

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

DIÁSPORA AFRICANA NO MARANHÃO

ANSO DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

DIÁSPORA AFRICANA E EDUCAÇÃO

ANSO DA SILVA

Dissertação de mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Políticas Públicas
como pré-requisito para obtenção
do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth
Maria Beserra Coelho

São Luis

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

DIASPORA AFRICANA E EDUCAÇÃO

ANSO DA SILVA

Dissertação de mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Políticas Públicas
como pré-requisito para obtenção
do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth
Maria Beserra Coelho

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Elizabeth Maria Beserra Coelho-UFMA (Orientadora)

Profa. Dr. Alvaro Roberto Pires- UFMA

Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior-UFMA

São Luis

2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia; aos meus pais (*in memória*), ao meu tio querido, que me ensinou o que é a vida e a saber lidar com as dificuldades. Por eles sou o que eu sou hoje e continuo sendo;

Especialmente, a minha querida Profa. Dra. Elizabeth Maria Beserra Coelho UFMA (Orientadora), que nos momentos mais críticos da minha vida pessoal e acadêmica, não me deixou na mão. Sem ela esse trabalho não teria chegado ao seu fim;

Aos meus Queridos filhos, Hezy e Helena Brustolin da Silva, e ao seu irmão mais velho, Henri Brustolin U. Pereira, menino que sempre foi muito amigo em vários momentos da minha vida pessoal;

A todos os meus familiares que contribuíram direta ou indiretamente na minha vida acadêmica e pessoal, família: da Silva e Cordeiro, Baticã Ferreira e Silva Monteiro, Coró Nanque e Nan e família Cabral.

Ao meu querido Prof. Dr. David Victor Emmanuel Tauro, se não fosse por ele eu não teria tido a oportunidade de estudar na UFMS,

Ao meu Padrinho de Batismo (Jorge Dórico), e a minha Querida Madrinha (Olivia Gonçalves);

Aos queridos estudantes do PEC-G da UFMA, que contribuíram muito para a realização deste trabalho, que faço questão de destacar os nomes deles aqui: Deolindo Deolino Lourenço Augusto Sá, Fiston Nsutani Sita, Anacleto Domingos Xavier, Osmilde Augusto Miranda, Danilo Mussa Fafina, Aivandra Levy Sariat Menout, Carla Brito e Silva, Cossi Yves Gbeffon, Yuri Andre Barbosa da Silva Gomes, Neiva Denise Paulo D'Anastácio Banze, Euclides Mendes Carvalho, Francisco António Pindalé e Nuhu Ayuba e pela consideração e amizade, aos meus amigos de Timor Leste (Jamito Gonçalves dos Santos) e Vladimir António Gomes (Guiné-Bissau).

Dedico especialmente (*in memória*) as minhas queridas amigas/irmãs Claire Fátima Leal e Valeria Oliveira Pinto, ambas da minha turma de graduação em ciências sociais (UFMS);

A Profa. Dra. Lindalva UFMA, que me apoiou incondicionalmente, tanto nas entrevistas, como nas indicações das pessoas para enriquecer esse trabalho.

Aos meus amigos/companheiros africanos da UFMS, na pessoa de Rosalino Francisco Sanca, Binta Seidi, Juvinal Manuel Fanda, Hassan Kamir Dabó e dos demais que não posso mencionar todos os nomes aqui.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é uma construção individual, mas reflete a contribuição de muitas pessoas que tornaram a possível realização da experiência e o seu registro. Os meus agradecimentos especiais.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, por me ter guiado e protegido na sua graça e me iluminado em todo esse trajeto de construção da minha vida acadêmica, assim como social.

Dirijo agradecimentos especiais a minha querida **Profa. Dra. Elizabeth Maria BeserraCoelho** (orientadora), que ao mesmo tempo fez um papel da mãe, e a Profa. Dra. Cíndia Brustolin, pela contribuição na minha vida acadêmica, desde graduação até ao mestrado.

Agradeço a Profa. Dra. **Salviana de Maria Pastor Santos Sousa**, ex-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, sob a gestão de quem entrei no Programa, por sempre ter me tratado como todo carinho.

Ao Prof. Dr. **José de Ribamar Sá Silva**, que nos momentos mais difíceis da minha vida pessoal ficou ao meu lado, me apoiando diretamente e incondicionalmente; Graças a ele não abandonei o curso.

A Profa. Dra. **Josefa Batista Lopes**, que sempre me motivou e me fez erguer a cabeça, sem desânimo, para poder chegar até ao fim.

A atual coordenadora do Programa, Profa. Dra. **Valeria Ferreira Santos de Almada Lima**, que me apoiou nos momentos que eu precisava, para apoiar minha participação em eventos fora do Maranhão.

Aos Professores Doutores Álvaro Roberto Pires e Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, pelas contribuições nos processos de qualificação da dissertação.

A todos os meus professores/as, que contribuíram de forma direta ou não, durante o curso.

Aos meus colegas/amigos africanos/as do Programa PEC-G (UFMS/UFMA), que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho.

A todos os meus colegas do mestrado, que logo nos primeiros momentos do curso, me acolheram de forma maravilhosa e carinhosa.

Para finalizar, agradeço a todos os meus amigos/colegas brasileiros/as, de ambos os estados.

RESUMO

Este trabalho analisou o processo da imigração de jovens estudantes africanos para o Brasil. Tomou como referência o processo migratório, em princípio “temporário”, de estudantes de diferentes países da África, para estudar em universidades brasileiras, a partir de acordos bilaterais firmados entre países em desenvolvimento e o estado brasileiro. Analisa essa migração articulada ao processo de implementação de políticas estudantis envolvendo alunos estrangeiros e os processos de socialização desses alunos na Universidade Federal do Maranhão, estabelecendo uma breve comparação com a mesma dinâmica na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Parte do pressuposto de que se trata de uma migração “temporária” e incentivada pelos acordos bilaterais entre os Estados e realizada dentro de determinados parâmetros. Articula a diáspora africana na UFMA com a questão racial. Buscou compreender as motivações e as condições que conduziram a migração de africanos para estudar no Maranhão mas, principalmente, as condições de vida no país de destino e as formas de articulação dos migrantes com seus países de origem. Toma como campo empírico as experiências de jovens estudantes africanos, oriundos de diferentes países, no Maranhão e a forma como está sendo desenvolvida a política para estudantes estrangeiros (o Convênio PEC-G) no mesmo Estado.

ABSTRACT

This work analyses the immigration process of young African students to Brazil. It took as a reference the migratory process, at first “temporary”, of students of different countries of Africa to study in Brazilian universities because of bilateral agreement signed between developing countries and Brazil. It analyses this migration connected to the implementation process of student policies involving foreign students and the socialization process of these students inside Maranhão Federal University (UFMA), establishing a short comparison with the same dynamic inside MatoGrosso do Sul Federal University (UFMS). It assumes that this is a “temporary” migration and motivated by bilateral agreements between the States and performed within certain parameters. It articulates the African Diaspora in UFMA with the racial question. It seeks to understand the motivations and the conditions which leded the migration of the Africans to study in Maranhão but mainly the conditions of life in the destined countries and the ways of articulation of the migrants with their countries. It takes as empirical field the experiences of some young African students,who come from different countries, in Maranhão and the way policies for foreign student are being developed (PEC-G covenant) in the latter State.

Key-words: African Diaspora, education.

LISTA DE SIGLAS

- 01 - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)
- 02 - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
- 03 - Programa de Estudantes de Convênio e Graduação (PEC-G)
- 04 - Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PREAE)
- 05 - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG)
- 06 - União da República Socialista Soviética (URSS)
- 07 - Ministério da Educação e Cultura (MEC)
- 08 - Ministério das Relações Exteriores x Itamaraty(MRE)
- 09 - Instituições de Ensino Superior (IES)
- 10 - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)
- 11 - Programa de Estudante de Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)
- 12 - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
- 13 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico(CNPq)
- 14 - Pró-Reitoria de Ensino (PROEN)
- 15 - Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)
- 16 - Departamento de Desenvolvimento e Organização Acadêmica (**DEOAC**)
- 17 - Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES)
- 18 - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – (SEF)
- 19 – Unidade de Pronto Atendimento – (UPA)

SUMÁRIO

Lista de Siglas

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Construção do objeto	24
1.2 O trabalho de campo	31
2. FORMANDO ESTRANGEIROS NO BRASIL	33
2.1 Programas voltados para estrangeiros	33
2.2 O PEC-G na UFMA.....	45
2.3 - O PEC-G na UFMS	56
2.4 UFMA/UFMS: aproximações e divergências	65
3. ESTUDANDO NO BRASIL: africanos UFMA	67
3.1 Em busca de novos horizontes	69
3.1 Porque o Brasil e o Maranhão?	71
3.2 Que país é esse?	78
3.3 A chegada ao Brasil	84
3.4 A vida na UFMA	88
3.5 A vida acadêmica	93
3.6 A ligação com a África	95
3.7 O futuro pós-diáspora (p.98)	
4. SER AFRICANO E NEGRO NO BRASIL	102
5. Considerações Finais	122
6.	Referências

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como finalidade analisar o processo da imigração de jovens estudantes africanos para o Brasil. Tomou como referência o processo migratório, em princípio “temporário”, de estudantes de diferentes países da África, para estudar em universidades brasileiras, a partir de acordos bilaterais firmados entre países em desenvolvimento e o estado brasileiro. Analisei essa migração articulada ao processo de implementação de políticas estudantis envolvendo alunos estrangeiros e os processos de socialização desses alunos na Universidade Federal do Maranhão. De posse de informações obtidas em pesquisa anterior, estabeleci uma breve comparação com a mesma dinâmica na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Compreender esse processo migratório tem sido uma preocupação que desenvolvi desde o curso de graduação, quando migrei para o Brasil, vindo da Guiné-Bissau, para dar continuidade aos meus estudos. Durante meu curso de graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, realizei, como trabalho de conclusão, uma investigação sobre a experiência dos alunos africanos nas instituições de ensino superior no Brasil. Naquela ocasião, como alunovinculado ao Programa de Estudantes de Convênio e Graduação-PEC-G, buscava compreender melhor o processo de implantação de políticas voltadas para alunos estrangeiros e os processos de socialização e adaptação desses alunos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Nas conclusões da pesquisa apontei que a relação entre políticas públicas de inclusão acadêmica de estudantes estrangeiros no Brasil, que eu então entendia que deveria gerar práticas de cidadania, respeito e empoderamento, não se configurava assim. Os estudantes chegam ao Brasil, um país estranho, com apoio institucional. No entanto, são submetidos a muitas formas de controle, devido ao receio do Estado brasileiro em relação ao não retorno destes migrantes aos seus países de origem. Naquele momento, faltava-me o amadurecimento teórico-metodológico para sociologizar a problemática da imigração e, mais especificamente, da imigração de africanos em um país de cunho racista.

Indo na contramão do interesse do estado brasileiro em devolver-me para meu país de origem, permaneci no Brasil em função de ter obtido um visto temporário, que

se estende até o ano 2020, por ter casado com uma brasileira e ser pai de crianças brasileiras. Decidi, então, dar continuidade aos meus estudos e ingressei no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, para cursar o mestrado. Mais uma vez meu interesse voltou-se para a questão da imigração africana no Brasil, desta feita com a preocupação de transformar em um problema sociológico a questão social que tanto me incomodava na graduação. Queria compreender melhor porque as políticas não davam conta de parte da complexa tarefa de favorecer a inserção dos acadêmicos africanos nas IES brasileiras e por que, conforme aponta Kaly (2001) os acadêmicos africanos quando chegam ao Brasil deparam-se, de início, com situações de discriminação racial.

Minha vivência foi o ponto de partida para a inquietação sociológica que motivou essa dissertação. Oriundo de família humilde e muito batalhador, órfão dos pais e com muitas dificuldades de estudar no meu país de origem, Guiné-Bissau, devido a instabilidade política e econômica que esse país vivenciou durante algumas décadas, migrei para o Brasil em busca da formação em nível superior.

A instabilidade política na Guiné-Bissau prejudicou a vida estudantil de vários dos seus filhos. Alguns, sem apoio e sem familiares em condições de assumir financeiramente seu deslocamento para fora do país, desistiram, ficaram para trás. Eunãotive uma trajetória muito diferente, mas me foi possível continuar os estudos através do esforço dos meus familiares e também do apoio de colegas que, de forma, direta ou não, contribuíram muito na minha vida acadêmica ainda dentro do meu país.

Logo que terminei o Liceu, optei por continuar a estudar, porque entendi que era o caminho certo para mim e meus familiares. Poderia escolher outra vida, mas sempre optei por essa, estudar...Foi com esse intuito que tomei a decisão de sair do país, mesmo sabendo que a minha família não teria condições de bancar os meus estudos no exterior. Isso não me desanimou. Logo consegui trabalhar, sem carteira assinada, e comecei juntar um pouco de tudo que ganhava, para realizar meu projeto.

Ao saber da existência da embaixada do Brasil no meu país, através dos amigos, fui também informado sobre a existência do acordo entre o Brasil e países da África, dentre eles a Guiné-Bissau, no âmbito de Educação/Cultura e Tecnológica, um programa chamado Programa de Estudantes de Convênio e Graduação-PEC-G. Logo, fiquei interessado e busquei informações junto a embaixada do Brasil. De posse das

informações comecei a providenciar os documentos necessários para a inscrição. Isso tudo foi no ano 2005.

Havia a exigência de disponibilidade de recursos financeiros, mas, como afirmei acima, já vinha reunindo um pouco de dinheiro, o que me permitiu começar a cuidar da documentação. Entreguei a minha candidatura na embaixada do Brasil e entre os documentos era exigida a declaração de autonomia financeira durante a estada no Brasil, como estudante. Esse documento deveria ser assinado por um responsável da família/parente próximo, que trabalhasse e possuísse renda suficiente para corresponder com as exigências dos familiares no país e com o parente que fosse estudar fora. Este seria o responsável por enviar o dinheiro todo o mês durante a minha estada no Brasil, para o pagamento de aluguel, alimentação, transporte e compras de livros/xerox e demais necessidades futuras que eu viesse a ter. Essa exigência da embaixada me deixou muito preocupado e sem saber o que fazer, sem alternativas. A única pessoa da minha confiança era o meu primo irmão, formado na antiga União Soviética (URSS), recém-chegado ao país, e com família. Fiquei receoso de falar com ele a respeito de tudo que estava acontecendo, mas como eu não tinha outra alternativa, resolvi conversar com ele. Na hora, ele aceitou e foi junto comigo para a embaixada e assumiu todas as responsabilidades acima citadas.

Minha candidatura foi aceita e me submeti à prova dissertativa e depois à entrevista, exigências do processo. Por ocasião da entrevista, novamente foi necessária a presença dos familiares responsáveis para assinar os documentos.

No momento da candidatura são colocadas duas opções e mais uma alternativa, no que se refere à escolha dos Estados onde realizar os estudos no Brasil. Coloquei como primeira opção o Estado do Mato Grosso do Sul e como segunda, Goiás.

Depois de todo o processo na embaixada do Brasil no país de origem, as candidaturas são enviadas para o Brasil, concretamente para o MEC/Ministério das Relações Exteriores/ Itamaraty, para a verificação das vagas de acordo com as demandas dos candidatos. Feita a seleção, o resultado é enviado para o país do candidato, sendo fixado no mural da embaixada. Ao ver o resultado, comecei a providenciar o visto junto à embaixada e marcar o minha viagem para o Brasil.

Até então eu estava muito ansioso e com muito desejo de viajar o quanto antes. Mas não foi fácil porque o meu projeto de estudar no Brasil não dependia somente de mim, mas de todos familiares/parentes/amigos e conhecidos que, de certa forma, sentiam a necessidade de analisar bem esse projeto para ser tomada a decisão certa.

Mas, a pergunta que alguém poderia fazer é: o que me motivou a escolher o Brasil para estudar? Essa pergunta encontra a seguinte resposta: o Brasil foi a minha escolha não porque não tivesse outras opções. Poderiam ser outros países da África, francófonos ou anglófonos, assim como poderia ser também Portugal, ou melhor, Europa... Mas, escolhi o Brasil devido ao que eu pensava que fosse o Brasil, através das mídias, principalmente a televisão, que veiculava muitas coisas sobre Brasil e brasileiros, como por exemplo: samba, carnaval, futebol, praias maravilhosas, mulatas, morenas, loiras, e todo mundo socialmente igual e com boas condições de vida. Nada era veiculado sobre preconceito, muito menos racial. O aspecto negativo que era apresentado pela TV eram os assaltos que aconteciam nos bairros e assassinatos, mas não dava para entender o que originava esses acontecimentos. Não eram mostradas as favelas, nem pessoas dormindo na rua. A imagem que construí foi de um país onde todo mundo está bem e há trabalho para todas as classes sociais, sem discriminação.

Por outro lado, da minha avaliação junto dos meus familiares, cheguei a conclusão de que seria melhor vir para o Brasil fundamentalmente por ter uma história próxima a do continente africano. Também produto da colonização portuguesa, a língua oficial é a mesma do meu país e a cultura é um pouco semelhante. Também conhecia pessoas que haviam estudado no Brasil e se deram muito bem. Fiz contatos com os amigos que ainda estavam no Brasil e obtive as informações de que tudo era legal e muito tranquilo, mas dependia do Estado e da pessoa para enfrentar os desafios... desafios esses que não foram citados. Logo entendi que eles não queriam desmotivar ninguém, muito menos a mim. Mas, como a vontade era grande, nem parei para pensar mais sobre qualquer tipo de problemas ou situações que eu poderia vir a enfrentar no Brasil. O que estava na minha cabeça era simplesmente conhecer o Brasil e começar a estudar na universidade, fazendo o curso superior, com todo orgulho.

Depois dos trâmites para a viagem serem resolvidos, quando estava em vias de embarcar no avião com destino ao Brasil, começaram minhas preocupações: viver fora do meu país, sem ninguém da família por perto. Naquele momento entendi que teria que

vivenciar essa experiência, pois outros colegas enfrentaram esse deslocamento sem problemas;

O dia tão esperado chegou, apesar da demora devido a falta de dinheiro para comprar a passagem no tempo devido. As aulas já tinham se iniciado no Brasil e eu estava muito desesperado. Então procurei outro primo irmão, que junto ao antigo Ministro de Turismo do meu país, que tinha uma agência de viagem, conseguiu uma passagem a preço de custo. Assim, embarquei no dia 26/04/2006 e entrei no Brasil no dia 28/04/2006, às 22h30mn, pelo aeroporto internacional de Fortaleza (CE).

Apartir da chegada começou outra história. Logo ao descer do avião, fui seguindo os passos dos outros passageiros que viajaram comigo, sem me dar conta de que estávamos dentro do túnel de desembarque. Com minhas malas na mão, empurrando-as, bem cansado, me deparei logo com Policiais Federais de Fronteira. Ai começou a história: havia três filas formadas, uma para os brasileiros, outra para estrangeiros europeus e outra para estrangeiros africanos... Enquanto estava na fila, pude processar o que estava acontecendo. Até então estava muito atento e com medo de não sofrer nenhuma recriminação relativa a problemas com minha documentação, preocupações que qualquer pessoa tem em sua primeira viagem internacional. As filas começaram a andar e as que fluíam com mais rapidez eram dos brasileiros e dos europeus. Com os componentes da fila dos estrangeiros africanos havia um excesso de cuidados, verificações de documentos de ponta a ponta e tinha ainda que passar pela maquina de detecção para verificar a presença de qualquer outra coisa irregular que estivesse sendo transportada.

Nessa fila havia muitos outros estudantes e imigrantes e foi a ultima a terminar de ser atendida, depois de horas e horas. Mesmo com todos os documentos na mão, o passageiro só era liberado após responder algumas perguntas tipo você vem passear no Brasil? Porque você veio para o Brasil?

Ainda no aeroporto, mesmo com todas essas preocupações relativas a ação dos agentes policiais e a forma de tratamento que recebi, comecei a perceber coisas que não havia visto nos veículos de comunicação, quando ainda estava em meu país de origem. Tudo parecia diferente. Comecei a perceber que o Brasil tem problemas sociais, raciais, enormes. Observei vários grupos de rapazes “negros (as)”, que trabalham no aeroporto, realizando tarefas de baixo nível na sociedade brasileira tipo; faxineira,

desembarcador das cargas dos passageiros, ajudante mecânico de avião. Outros andavam empurrando carrinhos que circulavam com as bagagens dos passageiros para colocar e tirar no avião, enquanto outros trabalhavam nas lanchonetes do aeroporto ou buscavam táxi para levar os passageiros aos seus destinos. Por outro lado, os funcionários com os quais me deparei nos balcões das companhias aéreas, na porta da recepção para o embarque no avião, assim como no desembarque, tripulantes, eram em sua maioria de cor branca.

Observei ainda, que mesmo sendo altas horas da noite, toda a atenção no aeroporto estava voltada para os africanos que ai se encontravam. Todos nos olhavam com muito receio e alguns ficavam muito longe, só observando-nos por onde passávamos, enquanto os mais curiosos tentavam chegar mais perto para saber de onde agente estava chegando e porque tínhamos escolhido o Brasil para estudar. Perguntavam se não havia universidades no nosso país (nesse caso o país era a África, não o continente).

Deixei o aeroporto indo de taxi para casa de um amigo, onde permaneci por dez dias. Durante esses dias vi muitas coisas que me chamaram atenção. Quando agente saía para almoçar no restaurante universitário, ai começavam o estranhamento, a aproximação para saber de onde agente era, e que língua, ou melhor, dialeto, a gente falava...

No primeiro dia à tarde, meu amigo nos levou para passear em um *shopping center* e alguns lugares históricos de Fortaleza. Durante o passeio, todo mundo parava para olhar para a gente e, alguns, até tentavam tirar fotos, de forma escondida para não chamar atenção e gerar algum problema.

Observei que nos lugares por onde passeamos e também no banco, havia poucas pessoas negras e, muito menos, ocupando postos chaves nos bancos ou nas lojas do *shoppingcenter*. Comecei então a me dar conta dessa ausência e perguntei ao meu amigo: por que nesses lugares todos que já passamos só tem brancos trabalhando nos lugares chaves? Ele olhou para mim e falou: aqui o problema social e racial é grande e você só vai entender isso durante a sua estada no Brasil.

Depois parti para o estado de Mato Grosso do Sul, onde estudaria na capital (Campo Grande), numa viagem de ônibus que durou quase quatro dias. Ao chegar ao

meu destino, fui recebido pelos meus conterrâneos, na rodoviária, que me levaram para casa deles, onde fiquei por alguns dias.

No primeiro dia fomos almoçar juntos num restaurante. Quando chegamos, a atenção dos presentes voltou-se para nós. Olhavam-nos, alguns curiosos perguntavam ao dono do restaurante, sobre nós... O dono do restaurante, que já conhecia meu amigo, depois nos contou o que falavam sobre nós, e sugeriu que a gente não se importasse com esse tipo de atitude, pois ele estava atento e qualquer coisa chamaria a polícia.

Depois do almoço, resolvi ir para a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), com o amigo que me acolheu. Ele me levou para a secretaria do curso e me apresentou a secretária, que veio a se tornar minha Madrinha de Batismo.¹

Devido a longa viagem, cheguei à cidade com o aspecto cansado, a secretária pensou que eu estivesse doente e agendou umas consultas com o médico no Hospital Universitário. Para poder efetivar minha matrícula, como as aulas já tinham iniciado e o sistema operacional da graduação já estava fechado, tive que ir direto falar com o responsável pelo Programa de Estudantes Convênio e Graduação (PEC-G), para que fosse autorizada a minha matrícula no curso. A responsável pelo setor não quis me receber, alegando que o tempo da matrícula já havia passado e não havia mais como efetivá-la. A única maneira de resolver seria entrar em contato com o MEC e explicar meu atraso, pedindo que autorizassem minha matrícula no curso, ou voltar para o meu país o quanto antes.

Diante do meu desespero, um professor de Filosofia e Ciências Políticas, junto com a secretária, tomou a iniciativa de ligar para Brasília e conversar com o Hilton Salles² e justificar que meu atraso havia sido devido falecimento dos meus pais, ocorrido quando eu estava preparando a minha viagem para Brasil e, também, a difícil situação do meu país. Conforme orientação do MEC, enviei as certidões de óbito dos meus pais e fiz um termo de responsabilidade de que queria estudar, mesmo tendo chegado atrasado, assumindo o compromisso de recuperar todos os conteúdos já trabalhados na sala de aula pelos professores (as), e acompanhar as aulas normalmente.

¹Fui batizado na Igreja Católica aqui no Brasil.

²Funcionário do Ministério da Educação que trabalha com o PEC G.

Eu ficava quase todo o tempo na universidade, junto dos meus colegas e professores, pedindo as explicações, textos. Tive a sorte de encontrar na minha turma um senhor, que hoje é meu Padrinho de Batismo, de nome Jorge Dórico, que fez também o papel de pai. Da mesma forma aconteceu com a senhora Claire Fátima Leal, falecida antes que eu terminasse o curso, e com a Valeria Pinto de Oliveira, que também já faleceu, que me tratava como a um irmão. Graças a elas ganhei mais coragem e me dediquei bastante para cursar Ciências Sociais. Durante a minha estada em Campo Grande fiz amigos e conheci várias pessoas,

Minha condição financeira não permitia que eu pagasse um aluguel de casa para morar e a universidade não tinha moradia estudantil. Resolvi colocar a questão para a universidade. Por sorte, recentemente havia sido doado um imóvel à universidade para um projeto, em um bairro da cidade. Então, a Pró-reitora de Ensino e Extensão (PREAE), permitiu que eu ficasse morando nesse imóvel, que se situava muito longe do campus, precisando trocar de ônibus três vezes para percorrer a distância entre a casa e a universidade. Isso se tornou minha rotina. Era difícil minha situação e por vezes quis voltar para o meu país de origem, mas sempre havia alguém que conversava comigo e me estimulava a permanecer, principalmente o meu padrinho e assenhoras Claire e Valeria, que me ajudaram muito durante a minha formação em Campo Grande.

Com o passar do tempo, fui obtendo a confiança dos meus professores, dos colegas da sala, assim como nos espaços, ou melhor, lugares que frequentava. No segundo ano do curso apresentei a candidatura para a bolsa Promisaes sendo contemplado pude mudar do bairro e ficar mais perto dos meus conterrâneos.

Durante o período do meu curso, em Campo Grande, comecei a entender um pouco da sociedade brasileira, da questão da raça negra e do preconceito que existe no Brasil. Comecei a querer entender por que na universidade, dificilmente havia estudantes negros brasileiros.

Também entendi que a política das universidades brasileiras era voltada mais para elite, e preocupada com o branqueamento, sendo os negros cada vez mais marginalizados e com poucas oportunidades para se inserir nas universidades públicas.

Morei em Campo Grande quase cinco anos e conheci um pouco dos campograndeses, uma sociedade voltada mais para elite, tanto nos lugares públicos

como, por exemplo, nos *shopping*, assim como nas universidades públicas e privadas. A presença dos negros é muito restrita nos bancos, supermercados etc...

Em todos esses anos vivi momentos bons e ruins. Bons porque convivi muito com meus conterrâneos, juntos realizamos várias atividades e projetos dentro da universidade. Pude participar das festas realizadas por esses alunos, jogamos bola juntos e saíamos para nos divertir na rua. Isso me marcou muito, porque tinha uma união muito forte entre esses estudantes africanos, mas também não se limitava só a eles. Havia brasileiros participando desses eventos. Os momentos ruins foram marcados por todo tipo de preconceito que sofri nessa cidade. Em uma ocasião, quando estava na parada de ônibus, chegaram muitos brasileiros, estudantes da mesma universidade onde estudava e se colocaram na minha frente. Quando chegou o ônibus, entraram todos e o último ficou bem perto da porta, sem subir para impedir que eu entrasse, até que o motorista partisse e eu ficasse para trás. Mal pude acreditar no que aconteceu e fiquei sem saber o que fazer.

Em outra ocasião, saímos com a família da dona da casa onde eu morava quando cheguei ao Brasil, para um assentamento, porque a universidade tinha projetos nesses lugares. Quando chegamos, fomos recebidos muito bem, e logo começou o estranhamento em relação à minha presença. Alguns ficavam curiosos para saber de onde que eu vinha, e outros nem olhavam para mim, desconfiados. Como eu sabia que isso poderia acontecer, comecei a brincadeira com duas crianças na área, e começaram a chegar outras crianças para brincar, e os jovens e mais velhos começaram a se aproximar também e a conversa começou a fluir.

Ficamos lá até o final do dia, e no retorno, na avenida principal, próximo a entrada para cidade, fomos barrados pelos policiais que estavam fazendo fiscalização... três policiais, dois com arma na mão e um revistando o carro, por todo os lados. Depois um deles olhou para dentro do carro e pediu os documentos do carro. Eu estava no banco de trás, no meio, assim que ele se deu conta de que um negro estava dentro do carro, deu um passo para trás e me mandou descer. Mas, antes de ele me mandar descer, a mulher com quem viajamos havia dito para mim, bem baixinho: não fale nada e nem fique com medo, talvez ele mexa com você, tipo mandar descer... dito e feito. Logo desci do carro e policial colocou logo a arma em cima de mim e mandou que encostasse no carro, de pernas abertas e mão para cima. Começou a passar máquina

detectoremim, verificando se eu estava com alguma coisa ilegal, droga... mas felizmente ele não viu nada e pediu todos os meus documentos, passaporte, o RG brasileiro, que eu não tinha e nem podiatê-lo.

Mas como eu sou muito desconfiado e prevenido, havia levado todos meus documentos para uma eventual situação. Entreguei tudo e, com os meus documentos na mão, perguntava ainda, de onde eu era, o que eu estava fazendo no Brasil. Entre os meus documentos estava carteira da universidade e o passaporte com visto de estudante e mais carteira da biblioteca da universidade, mas ele, de propósito não leu os que já estavam na mão dele, e começou a me questionar a ponto de me deixar muito chateado e falei para ele: não vou responder mais nenhuma pergunta e me entregue todos os meus documentos porque preciso entrar dentro do carro para ir embora. Ele então falou assim: “aqui é o Brasil tens que cuidar”. Respondi: pois então, eu já estou cuidando e é por isso que estou com meus documentos, para apresentar quando forem solicitados. Mesmo assim, levou um bom tempo para me entregar os documentos. Já dentro do carro, começaram os comentários dos meus companheiros de que o policial era abusado e arrogante, mas ninguém na hora teve coragem para falar com ele sobre as atitudes dele em relação a mim. Pensei comigo mesmo: deixa por lá porque você está no país que não é seu, caso contrário pode morrer, simplesmente a minha família que vai perder.

Situação semelhante aconteceu no período de carnaval. Um conterrâneo falou: “cara, vamos ver carnaval na praça (Afonso Pena)”. Lamentei que eu não iria porque não estava bem, queria simplesmente descansar. Ele insistiu de todo jeito e entendi que na verdade ele queriapassar, se divertir e precisava de companhia para sair e sentir-se mais seguro...Resolvi sair com ele e quando chegamos a praça estava lotada de gente, que nem tinha espaço para ficar. Mas como era o carnaval, tudo é mistura, estava tudo tranquilo até que as desconfianças dos policiais que lá estavam, devido aos nossos trajes diferentes, levaram-nos a acompanhar os nossos passos por todo lado que agente ia. A noite estava boa e ficamos ate altas horas. Assim que saímos de lá, os policiais começaram a perseguição e quando estávamos mais longe mandaram agente parar e nos encostaram à parede e começaram a revista. Como não encontraram nada, pediram a documentação. Na hora entregamos os protocolos da Policia Federal, mas não aceitaram e entregamos as carteiras da Universidade. Ai sim viram que não éramos bandidos e muito menos usuários de drogas. Como sempre, perguntaram a nossa nacionalidade e o que nós estávamos fazendo no Brasil. De posse dos nossos documentos

foiconsultarsuacolega. Tentei segui-lo e ele me mandou voltar. Recusei e então ele falou assim: “hoje vocês estão com sorte, mas se cuidem muito, não é para passar mais aqui”. Ocorre que aquele era o lugar por onde a maioria das pessoas estava passando.

Com os colegas na turma na universidade os diálogos sempre eram ótimos. A situação mudava quando os professores passavam os trabalhos para fazer em grupo. Quando isso acontecia todo mundo que costumava ficar perto do meu conterrâneo africano (guineense) fugia e criava os grupos deles, deixando-o sempre sozinho. Isso só não ocorria quando os professores decidiam dividir os grupos de trabalhos e, assim, ele era encaixado em um grupo, mesmo que os demais não quisessem. No meu caso, como eu ficava próximo a pessoas mais responsáveis, como o meu Padrinho e a senhora Claire, e também a Valeria, e me esforçava bastante para me sair bem, eu me encaixava nos grupos deles. Assim, acabei por dar conta de que esses alunos tinham uma concepção de nós africanos como inferiores e que não sabíamos nada. Acreditavam que a gente seria apenas um membro a mais no grupo, mas não iríamos fazer nada... Mas tudo acontecia ao contrário, pois nos esforçávamos muito e tirávamos notas boas, equivalentes as dos demais alunos, chegando ao ponto deles começarem a nos perceber de forma diferente e ir em nossa casa para estudarmos juntos. Ai sim, a relação melhorou. Meu padrinho sempre me orientava para eu não fazer coisas erradas e, sempre que pudesse, estudar mais. Afinal, era único objetivo da minha estada no Brasil.

Como estudante, conheci a Dr^a. Cíndia Brustolin, atualmente professora da Universidade Federal de Maranhão e, na época, Coordenadora do Departamento de Quilombolas no INCRA, em Campo Grande. Conhecemos-nos quando ela foi realizar uma palestra sobre quilombolas, na semana de Ciências Sociais, na UFMS. Após um bom tempo, através de uma amiga em comum, uma nigeriana que havia estudado língua portuguesa no Rio Grande do Sul, onde conheceu a Cíndia, que é gaúcha, retomamos o contato, começamos a namorar. Posteriormente casamos e tivemos um filho, Hezy, em 2010, exatamente no ano que mudamos do Mato Grosso do Sul para o Maranhão, porque Cíndia havia sido aprovada no concurso para professora da UFMA. Durante todos os anos que ficamos juntos ela sempre me deu muito apoio. Graças a ela consegui terminar o meu curso de graduação e também entrar no mestrado em Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão. Durante a minha preparação para o mestrado tivemos uma filha, Helena, que me deu mais motivos para me empenhar e dar conta das minhas responsabilidades.

Apesar das dificuldades que enfrentei durante a minha estada enquanto estudante da UFMS. (MS), onde a maioria da população é branca, senti menos o preconceito e o racismo em comparação com o Maranhão. Minha experiência no Maranhão começou em Bacabal, onde moramos por quase um ano e depois viemos para São Luís. Em Bacabal eu era visto como diferente. Quando no sábado eu jogava bola com os rapazes evangélicos, toda a atenção era voltada para mim: se eu jogava bem ou não, como que eu falava, a ponto de eu ficar dentro da quadra sem saber o que fazer. Assim que chegamos a São Luís, concretamente ao bairro Turu, no condomínio Gran Village, eu despertava muita atenção quando descia para ir às aulas de francês. Todo mundo botava olhos em mim e começavam fofocas querendo saber de onde eu tinha vindo, quem era eu. Nesse condomínio, somente os porteiros eram negros, fiz amizade com eles e pedi que não falassem nada para ninguém sobre mim, afim de observar o comportamento dos moradores. Percebia nos olhares deles uma preocupação sobre quem eu era, Jogador? Traficante? Ou o que? Poderia ser tudo muito menos estudante do ensino superior, ainda mais da Universidade Federal... Os moradores desse condomínio, na sua maioria, eram brancos e “de família” como dizem os brasileiros.

Então a minha presença chamava atenção e fiz questão de ficar fechado, sem falar com ninguém sobre mim, apesar de normalmente ser uma pessoa que faz amizade rapidamente. Mas lá foi tudo diferente, até que um dia decidimos sair desse condomínio e morar numa casa alugada, próxima do mesmo condomínio. Nessa casa tudo foi muito tranquilo, porque era uma rua onde os moradores, na sua maioria, eram negros e pessoas humildes, que sabiam respeitar os outros e não tinha nada de estranhamento, agente jogava bola, dominó, lidó e muito mais. Só mudamos dessa casa após sermos roubados. Decidimos comprar uma casa no mesmo bairro, mas distante desses vizinhos, que mantiveram o contato conosco visitando nossas crianças e conversando com a gente. Nessa casa que compramos, aconteceu uma coisa que nunca esperava acontecer aqui no Brasil. Um dia a tarde, um amigo chegou para me ajudar a arrumar o telhado Após feito o serviço, ainda sem camisa, ficamos sentados na calçada da casa, bem frente ao portão, enquanto Cíndia e crianças estavam dentro de casa. De repente surgiram policiais em duas viaturas e três motos, todos eles bem armados e pararam bruscamente, quase em cima da gente. Desceram muito rápido, com as armas na mão, já posicionadas para nós. Mandaram a gente se levantar e se encostar à parede da minha casa, de pernas abertas e mãos para cima, e começaram a vistoria. Um deles perguntou: “o que você tem aí?” Na

hora respondi: nada, a não ser a chave e o celular. No entanto, ele queria colocar a mão dele no meu bolso. Recusei e afirmei que o meu bolso me pertencia e só eu mesmo metia mão. Temia que ele colocasse alguma coisa estranha no meu bolso e depois falasse que havia encontrado lá. Então tirei e mostrei o que havia no bolso. Mandaram-nos virar de frente para eles. A essas alturas tinha muita gente olhando e querendo entender o que estava acontecendo, mas infelizmente ninguém tinha coragem de chegar por perto.

Depois começaram as perguntas, como sempre: “o que vocês estão fazendo aqui? Por que estão sem camisa? Falam logo se não a gente vai levar vocês...” Foi nessa hora que perguntei: levar agente para onde? E porque que vocês vão levar agente? Nós fizemos alguma coisa de errado? Ou simplesmente porque estamos sentados aqui? Eles perguntaram de novo: “o que vocês estão fazendo aqui?” Respondi: nós estamos aqui porque estamos descansando. “Aqui é casa de quem?” Perguntou policial. Eu respondi: é minha casa e caso você queira eu te informo o que tem dentro da casa, e depois abro a porta para você. Mas eles queriam entrar na casa, sem mandato e muito menos sem justificar o porque. Ai falei: aqui na minha casa ninguém vai entrar, porque vocês não estão lidando/conversando com analfabeto, sou estudante de mestrado da UFMA, sou casado, pai de dois filhos, a minha esposa, é professora na mesma Universidade. Ai eles começaram a mudar o tom da conversa e mesmo assim não explicaram porque que agiram com a gente daquela maneira. Simplesmente falaram para mim que estavam trabalhando e que, quando eles não passavam por lá, os moradores reclamavam e quando passavam trabalhando, também eram vistos de forma errada. Então falei para eles que infelizmente na hora que era necessário eles nunca apareciam e, quando não precisava, lá estavam eles para mostrar que estavam trabalhando e mais, abusando das pessoas inocentes e responsáveis. Após me tranquilizar do susto, ainda pensei em fazer uma queixa, mas ponderei, pensando logo nas crianças, na esposa e em mim mesmo, porque os caras já conheciam a casa e poderiam voltar para se vingar. Acredito que tudo isso não aconteceu por acaso, mas sim pela minha cor de e pelo fato de que estava usando trancinhas no cabelo.

Esses fragmentos da memória de minha vivência no Brasil, marcada por dificuldades e preconceitos, me levaram a buscar saber mais sobre essa diáspora. Outros estudantes africanos experimentam essas mesmas dificuldades? Isso seria parte de qualquer processo migratório?

A migração africana para estudar não é um fenômeno recente. Conforme Mungoi (2006), “este movimento teve início muitos anos antes do processo de descolonização que começou no final dos anos 50”. Cumpriu um papel importante na formação das elites intelectuais africanas, bem como, na carreira de intelectuais que lutaram nos processos de descolonização. Apesar de assumir um novo caráter, a migração continua sendo um investimento fundamental na trajetória de muitas famílias africanas.

Da mesma forma, não são recentes os Programas de Estudantes-Convênio de Graduação. O “Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)” foi criado em 1965, pelo Decreto nº 55.613 e, atualmente é regido pelo Decreto nº 7.948/2013. Pretende oferecer a estudantes de países “em desenvolvimento”³ com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico, a oportunidade de realizar seus estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Esse Programa é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores, por meio da Divisão de Temas Educacionais, e pelo Ministério da Educação, em parceria com Instituições de Ensino Superior em todo o país (<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php>). O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) seleciona estrangeiros, entre 18 e preferencialmente até 23 anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país. O aluno estrangeiro selecionado cursa gratuitamente a graduação. Em contrapartida, deve atender a alguns critérios; entre eles, provar que é capaz de custear suas despesas no Brasil, ter certificado de conclusão do ensino médio ou curso equivalente e proficiência em língua portuguesa, no caso dos alunos de nações fora da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) (<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=530>)

Apesar de ser difícil quantificar o número de estudantes africanos que tem procurado o Brasil para estudar, como afirma Subuhana (2005), sabe-se que mais de cinquenta universidades estão envolvidas neste projeto e que já é bastante significativo o número de estudantes de diversos países. Os setores de ensino de alguns países africanos estão em processo de grande expansão e também de inovação. Mas, ainda é pequeno o número de instituições de ensino superior na África, frente à demanda por vagas. O número de potenciais candidatos ao ensino superior não para de crescer e as

³São citados no Programa: África, Ásia e Oceania, América Latina e Caribe.

universidades nacionais locais, sobretudo as universidades públicas, não conseguem absorver os jovens, fazendo que a opção de alguns pais e familiares seja enviar seus filhos para realizar seus estudos universitários no exterior, em especial em Portugal, África do Sul e Brasil.

A migração temporária de jovens africanos para estudar no Brasil traz questões importantes para a reflexão sociológica. Primeiramente, relativas as problemáticas ligadas às migrações de africanos em geral, como os processos de socialização no país de destino, bem como fatores que determinam a migração. Em segundo lugar, é importante considerar o fato de se tratar de uma migração “temporária” e incentivada pelos acordos bilaterais entre os Estados. Portanto, a princípio, uma migração “controlada” pelos Estados e realizada dentro de determinados parâmetros. E, um terceiro aspecto, problematizar a singularidade da constituição de diásporas africanas no Brasil articuladas a questão racial.

1.1 Construção do Objeto

O processo de imigração dos estudantes africanos para o Brasil tem se constituído como uma preocupação de alguns pensadores/pesquisadores africanos, ou não. No entanto, conforme aponta Gusmão (2014) nada ou pouco se conhece dos caminhos que estão sendo trilhados por jovens africanos em movimento através de diferentes países do mundo atual. A problemática do estudante africano nas instituições brasileiras não tem sido objeto de reflexão acadêmica e científica sistemática. Alguns poucos pesquisadores e, muitas vezes, os próprios estudantes africanos é que tomam a experiência de viver no Brasil como temática de suas monografias, dissertações e teses, no interior do mundo acadêmico. Mesmo assim, no Brasil e em Portugal, estudantes africanos só encontram visibilidade, quando vitimados por violência, quase sempre de ordem racial, que ganham as mídias impressas e televisivas.

A mesma autora acrescenta (GUSMÃO, 2014 p.40):

A internacionalização e a migração com a finalidade de obter qualificação de nível superior entre países africanos de língua oficial portuguesa – os PALOP - e, destes para com diferentes países do mundo, dentre os quais, Portugal e Brasil, também não constituem

fato recente. No tempo, entre o passado e o presente, o que se apresenta como mudança é a intensidade dos fluxos, a natureza dos processos que motiva a migração para fins de formação. Nesse sentido, os fluxos contemporâneos não dizem respeito apenas a uma ordem mundial globalizada, mas envolvem diferentes governos e Estados-nação em movimentos econômicos e políticos que geram acordos de cooperação em nível internacional entre países desenvolvidos e outros países em busca de seu próprio desenvolvimento.

A partir da década de 1990 as nações africanas em processo de construção, investem no envio de seus jovens para estudar no exterior visando formar quadros dirigentes. Na década de 2000, passam a investir na criação de unidades de ensino superior. Não se trata apenas da circulação de estudantes e docentes que saem para formação no exterior. Conforme alerta Gusmão (2014) internamente a essas nações ocorre a expansão do ensino secundário e superior com o auxílio de verbas externas que ingressam via as políticas de cooperação entre países. Também, importam docentes estrangeiros, incorporam currículos e programas de países participantes das políticas de cooperação, entre estes, o Brasil e Portugal.

A mesma autora chama a atenção para as peculiaridades dessa leva de estudantes africanos que buscam formação em outros países. Diferentemente da “elite” que foi formada ainda na época colonial, através da Casa dos Estudantes do Império em Portugal, esses “novos estudantes”:

Posto que estes não descendam da elite colonial, não são herdeiros e, muitas vezes, serão os primeiros de seu núcleo familiar a obter formação de nível superior. Os “novos estudantes” são sujeitos que valorizam o “capital cultural” obtido por meio da escolarização e veem no diploma de nível superior uma possibilidade de se tornarem elites em seus países de origem (GUSMÃO, 2014, p.41).

Cabe destacar que independentemente desses programas de cooperação ou de políticas locais dos países de origem, o contingente dos “novos estudantes” é ampliado, por não bolsistas, e por aqueles que contam com apoio familiar ou privado.

Apesar do caráter peculiar desse tipo de migração, direcionada para fins de formação acadêmica e com o apoio de determinados incentivos estatais, permanecem relevantes problemáticas presentes em outras pesquisas sobre migrações. Uma delas refere-se às formas de socialização dos migrantes no país de destino e a questão racial.

As situações marcadas pelo preconceito racial, como aquelas que vivenciei no Brasil, foram tratadas por Subuhana (2005), em estudo realizado em São Paulo, quando constatou que o "preconceito de cor" e/ou "preconceito racial" é apontado como a principal, causa do mal-estar de um número considerável desses estudantes estrangeiros africanos em terras brasileiras. O autor constata que, apesar do reconhecimento de que ser universitário e estrangeiro atenua a experiência negativa que representa para esses estudantes descobrirem-se em desvantagem social pela simples pigmentação da pele, muitos dizem ter passado por situações constrangedoras pelo fato de ter uma tonalidade da pele escura (negros). A discriminação ocorre em vários ambientes sociais - como em prédios residenciais, ônibus, supermercados, restaurantes, bancos, *shoppingcenter*, em festas, dentro da universidade, entre outros, o que obriga esses estudantes a refletirem sobre a sua condição de "preto e africano" (Subuhana, 2005).

A migração de africanos tem sido um fenômeno social significativo também quando se considera como lugar de destino Portugal. Conforme Có (2004), Portugal abriga mais de cinquenta mil guineenses que se organizaram em associações e comunidades em prol do desenvolvimento de seu país de origem, reproduzindo e fortalecendo suas ligações com as comunidades locais. Este fluxo imigratório inclui mais de 20.000 guineenses legais, segundo os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF, de 2003. O autor explica que os motivos que levaram à saída dos africanos, a partir de meados da década de 1980, estiveram relacionados à conjuntura econômica e administrativa e à falha dos programas de ajustamento estrutural no país de origem, assim como, pela capacidade de absorção da mão-de-obra imigratória no mercado da construção civil e obras públicas em Portugal (CÓ, 2004).

Já Gusmão (2004) concentrou-se no processo de construção da identidade dos migrantes africanos a partir da análise dos bairros africanos em Portugal. A autora parte da problemática de que, em Portugal, alguns africanos são portadores de nacionalidade portuguesa, enquanto outros, mesmo que nascidos no país, não são reconhecidos como portugueses ou como nacionais, resultando tais fatos em dificuldades para eles, imigrantes, e seus filhos. Sua proposta é discutir "*a possibilidade de existência de mecanismos particulares de constituição da identidade social, individual e coletiva, que informam e orientam a explicação de realidades na qual o segmento negro se faz presente*" (GUSMÃO, 2004, p. 2). Em outras palavras, coloca a questão de compreender a presença negra no solo Português.

No seu trabalho, Gusmão (2004) constatou que os lusos africanos carregam consigo a dupla e ambígua condição de ser e não ser português, com a agravante de que essa pertença a um mundo de origem diferente do mundo no qual vivem é muito recente, por volta da segunda metade do século XX, e dá-se mais intensamente ao final dos anos 1980 e 1990, tornando-se significativo pensar o caso português. Para discutir e vivenciar as representações sobre o universo africano, em Portugal, assumiu como central a realidade do sujeito negro na diáspora, a relação entre o eu e o outro no solo estrangeiro, as desigualdades do meio social e a questão identitária e, ainda, a vida vivida em suas múltiplas determinações (GUSMÃO, 2004).

Nos estudos mencionados podemos observar as condicionantes que levam os africanos a migrar e, principalmente, o grande contingente de migrantes que se organizam no país de destino em busca do desenvolvimento do país de origem, indicando que, para além do elemento individual, a migração está relacionada com projetos coletivos.

A investigação que realizei assemelha-se a pesquisa realizada por Gusmão entre 2005 e 2008 sobre Luso-africanos em Campinas e em São Paulo, quando analisou a imigração africana dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa -PALOP para o Brasil, nomeadamente nos anos de 1990 do século XX, buscando compreender a natureza da inserção e integração social e política de estudantes africanos em duas cidades: Campinas e Porto Alegre (GUSMÃO, 2010). No meu caso, busquei compreender as motivações e as condições que conduziram a migração de africanos para estudar no Maranhão mas, principalmente, as condições de vida no país de destino e as formas de articulação dos migrantes com seus países de origem.

A migração de africanos para estudar no Brasil é considerada nessa investigação a partir da perspectiva colocada por Bourdieu (1998, p.11)

Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o imigrante situa-se nesse lugar “bastardo” de que Platão fala, a fronteira entre o ser e o não ser social.

Bourdieu acrescenta que o migrante é incômodo em todo lugar e doravante, em sua sociedade de origem, quanto em sua sociedade receptora. Nesse sentido, para esse autor o migrante obriga a repensar completamente a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre o estado e a nação ou a nacionalidade.

Ao estudar a imigração dos argelinos, na França, Sayad (1998, p. 55) afirma que um imigrante é essencialmente uma força de trabalho provisória, temporária e em trânsito e que sua estadia autorizada no país de destino está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida. Acrescenta o mesmo autor, que é a sociedade de imigração que nega ao imigrante o direito a uma presença reconhecida como permanente. No caso da migração por mim investigada, não se trata de uma migração de trabalho, mas pode ser pensada através da mesma perspectiva, pois estando fora de seu país de origem o migrante, independentemente das motivações que o conduziram ao país de destino, vai vivenciar a situação liminar já apontada por Bourdieu.

Ao refletir sobre a situação do migrante na ordem nacional, Sayad (1998) afirma que a imigração pode ser definida como a presença, no seio de uma ordem nacional, de indivíduos não-nacionais o estrangeiro. A emigração caracterizaria, para esse autor, a ausência na ordem nacional de nacionais pertencentes a esta ordem- os que se encontram no estrangeiro. Ambas são o lugar em que se realiza praticamente, no modo da experiência, o confronto com a ordem nacional, ou seja, com a distinção entre nacional e não nacional (1998, p. 266).

A partir dessa perspectiva é possível compreender os limites impostos pelas políticas e acordos que regem a presença de estudantes estrangeiros no Brasil.

A interação do migrante, no país de destino, foi considerada a partir da análise da inserção de estudantes no contexto universitário e em outras dimensões da socialização cotidiana, mediadas pelas políticas educacionais que regulam sua presença no Brasil. Trata-se, portanto, de um tipo bem específico de migração - a migração para a qualificação no ensino superior.

Questões instigantes podem ser levantadas a partir do cenário desse tipo de migração. Como o PEC-G direciona a presença? Que status assume o estudante africano no Brasil? Como os estudantes africanos são percebidos pelos agentes sociais que implementam essa política? Que relações estabelecem esses alunos com seus países de origem? Como se sentem na situação diaspórica?

A entrada dos estudantes estrangeiros no Brasil é controlada por trâmites legais e sua permanência no Brasil fica submetida a frequente renovação do "visto temporário

de estudante". A cada seis meses, o estudante deve ir à Polícia Federal para renová-lo, o que indica o controle que se exerce sobre esse estudante. Por outro lado, no caso empírico abordado nessa investigação, a condição de migrante soma-se a outra condição marginal: o "ser africano", negro, em um país que, a despeito de possuir grande contingente de negros em sua população, é um país racista. Kaly (2001) acrescenta outro elemento complicador da percepção do estudante africano no Brasil, a perda de suas nacionalidades sob a designação genérica de africanos. Esse autor salienta que "se a cor da pele constitui, para o olhar do brasileiro, o elemento homogeneizador desses estudantes (somos vistos e tratados como provenientes de um mesmo país), essa mesma cor já os coloca nas camadas sociais mais inferiorizadas, mais humilhadas e hostilizadas da sociedade brasileira: os pretos nativos". Já são colocados "à margem da cidadania". Para o autor "os estudantes africanos pretos recebem, basicamente, os tratamentos dispensados aos pretos brasileiros; isto é, são tratados como se fossem necessariamente pessoas pobres, analfabetas, perigosas, faveladas, ignorantes".

Para Kaly (2001) os africanos que chegam ao Brasil para estudar se deparam com uma realidade em que, para além da condição de estrangeiro e de todo o processo de estranhamento decorrente da socialização no país de destino, existem especificidades relacionadas à condição de "ser negro" e a história dos afro-brasileiros.

Na mesma perspectiva, Mungoi (2006) questiona a experiência "de ser africano e negro no contexto social brasileiro, onde a imagem do continente africano é projetada de forma estereotipada e o negro está sujeito a discriminação devido ao seu fenótipo". Acrescento a essa percepção, a relação das experiências dos estudantes com a política implantada pelo governo federal. Como são vistos os estudantes africanos no contexto universitário maranhense? Quais as dificuldades enfrentadas na implementação da política? Quais são as demandas desses estudantes? Esses estudantes já sofreram algum tipo de preconceito ou racismo, dentro da UFMA?

Os jovens migrantes de vários países africanos chegam ao Brasil com percepções e expectativas gestadas no alcance que têm os signos e imagens do Brasil em seus lugares de origem, que mascaram as desigualdades étnicas aqui existentes. Pressupõem um país que os irá acolher e as suas culturas. Mas o país que os recebe é um país onde, conforme aponta Segato (2005, p.4), as pessoas são categorizadas e inferiorizadas, dentre outros critérios, pela cor da pele:

Num país como o Brasil, quando as pessoas ingressam a um espaço publicamente compartilhado, classificam primeiro –imediatamente depois da leitura de gênero binariamente, os excluídos e os incluídos, lançando mão de um conjunto de vários indicadores, entre os quais *a cor*, isto é, *o indicador baseado na visibilidade* do traço de origem africana, é o mais forte. Portanto, é o contexto histórico da leitura e não uma determinação do sujeito o que leva ao enquadramento, ao processo de outrificação.

Como os estudantes africanos processam, num contexto diaspórico, essa discriminação? Para responder a essa questão, investiguei as peculiaridades do processo migratório de estudantes africanos para o Brasil, partindo do pressuposto de que, como as demais situações de migração, está marcada pela exclusão do migrante da ordem nacional. No caso investigado, à exclusão geopolítica associa-se a exclusão racial.

Tomei como campo empírico as experiências de jovens estudantes africanos, oriundos de diferentes países, no Maranhão e a forma como está sendo desenvolvida a política para estudantes estrangeiros, o Convênio PEC-G, no mesmo Estado. Procurei analisar o processo de implantação de políticas voltadas para alunos estrangeiros e os processos de socialização e adaptação desses alunos na UFMA e na sociedade maranhense.

Sayad (1998) afirma que a migração deve ser percebida como um fato social completo. Acrescenta que todo itinerário do imigrante é epistemológico, que se dá no cruzamento das ciências sociais, ponto de encontro de inúmeras disciplinas, história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia, psicologia social, antropologia, linguística, sociolinguística, ciência política, etc. Nessa perspectiva pretendo investigar o percurso migratório dos estudantes africanos, buscando conhecer desde as motivações que os levaram a migrar e o apoio que obtiveram da família até suas condições de vida no país de destino, mais especificamente, no Maranhão.

Os alunos africanos que estudam atualmente na UFMA somam trinta e dois. Como aluno dessa instituição e como estudante africano, tenho acompanhado de perto o cotidiano de grande parte desses alunos, tanto no que se refere às atividades acadêmicas, quanto as de lazer. Portanto, construí meus dados de pesquisa com base nessa convivência, que me permitiu, em certo sentido, realizar uma observação participante. A observação foi complementada com a realização de entrevistas semi-estruturadas com os estudantes africanos que estavam tanto no início do curso, bem como, aqueles que estavam em fase final e com os egressos que ainda se encontravam no Brasil. Completei

o quadro com entrevistas com os técnicos e pró-reitores, responsáveis pelo programa dentro da universidade.

O fato do objeto de pesquisa se confundir com minha condição de “estudante africano” trouxe desafios ao desenvolvimento do trabalho. Ao mesmo tempo em que propiciou uma inserção privilegiada “em campo”, exigiu uma vigilância constante em relação as minhas impressões, alegrias e frustrações para dar lugar ao que meus colegas estão expondo. Conforme situa Bourdieu (1989, p.51) precisei

Romper as aderências e adesões mais profundas e mais inconscientes, justamente aquelas que, muitas vezes, constituem o “interesse do próprio objeto estudado para aquele que o estuda, tudo aquilo que ele menos pretende conhecer na sua relação com o objeto que ele procura conhecer.

Com o auxílio da revisão da literatura e o uso das categorias analíticas, pude fortalecer o exercício de estranhamento do familiar.

1.2 O trabalho de campo

Meu trabalho de campo acabou se confundindo com o meu cotidiano. Isso já havia ocorrido na pesquisa na UFMS e não foi diferente na UFMA. Convivia muito com os estudantes africanos, já que eu mesmo era um deles. Então tive oportunidades ricas para observar o dia a dia desses alunos, desfrutar de atividades de lazer com eles, promover eventos...

Procurei, também, reservar momentos mais formais para a pesquisa, quando realizei entrevistas semi estruturadas com alguns deles, sobre suas vivências no Brasil. A ideia da pesquisa foi muito bem recebida e todos colaboraram com presteza. Busquei conversar mais demoradamente com pelo menos um de cada nacionalidade presente na UFMA e, em alguns casos, entrevistei mais alunos de um mesmo país. Construí um roteiro de questões que versavam sobre os motivos para migrar, a escolha do país de destino, as impressões sobre o Brasil e o Maranhão, a vida na UFMA, a vida em São Luis, o cotidiano na academia, as relações com o país de origem e os projetos de futuro.

Para obter informações sobre os Programas para estudantes estrangeiros e sua gestão na UFMA, busquei documentos oficiais junto ao Ministério da Educação e junto a UFMA e realizei entrevistas com os gestores do PEC-G na UFMA. Pude ainda

conversar com o responsável pelo PEC-G no MEC, por ocasião de sua vinda a São Luís para participar do Encontro África-Brasil, em 2014, do qual fui um dos coordenadores.

Também empreendi uma revisão da literatura sobre a temática, o que me permitiu estabelecer conexões entre os resultados aqui encontrados com a situação em outros estados da Federação investigados por outros pesquisadores.

O material obtido me permitiu organizar a dissertação em quatro partes. Na introdução apresento meu envolvimento com o objeto da dissertação e como e em que condições ele foi sendo construído, assim como o trabalho de campo que realizei. Na segunda apresento os programas educacionais construídos no Brasil, voltados para alunos estrangeiros e que se aplicam aos países africanos e outros países no que diz respeito à educação nas Instituições de Ensino Superior (IES) e sua efetivação na UFMA e estabeleço uma breve comparação com o que ocorre na UFMS. Na terceira parte abordo a diáspora dos africanos na UFMA, fazendo algumas relações com o que observei na UFMS, buscando articular com situações observadas em outras IES por pesquisadores como Kaly (2001) e Mungoi (2006), dentre outros. Na quarta parte trato das questões relacionadas ao ser negro e africano no Brasil, destacando a questão da discriminação racial que os vitima. Encerro fazendo algumas considerações finais sobre a diáspora africana no âmbito da formação universitária.

2. FORMANDO ESTRANGEIROS NO BRASIL

Neste capítulo, apresento os programas educacionais construídos no Brasil e que se aplicam aos países africanos no que diz respeito à educação nas Instituições de Ensino Superior (IES) e sua efetivação em duas universidades: UFMA e UFMS. A vinda de africanos para estudar no Brasil se dá, basicamente, através desses programas.

Inicialmente discuto, em nível mais geral, a implementação do Programa de Estudante-Convênio de Graduação -PEC-G e do Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação-PEC-PG no Brasil, apresentando seus critérios e suas regras. Esses Programas viabilizam a presença de alunos africanos e de outros países “em desenvolvimento” nas IES brasileiras. Num segundo momento, trago a experiência do PEC-G em Mato Grosso do Sul e no Maranhão. Por fim, tento mostrar a dinâmica desse convênio e como está sendo percebido por quem o executa, ou seja, técnicos e responsáveis pela sua aplicação na universidade sul-mato-grossense e maranhense e como esses acadêmicos são vistos dentro dessas instituições públicas.

2.1 Programas voltados para estrangeiros

O PROMISAES, o PROUNI e o PEC-G estão voltados ao acesso de alunos “pobres” e “estrangeiros de países pobres” ao ensino superior. Em nada problematizam a questão de se tratar de alunos de outras nacionalidades, inserindo esses alunos numa universidade colonizada. Esse tem sido o caso das duas universidades onde estudei e que já possuem histórico de casos de racismo e de outros tipos de violência dirigidas aos alunos negros. Garante-se o acesso e por vezes há auxílios para a permanência, mas a questão da diversidade não se coloca nem nos textos formais, nem na prática.

A principal política educacional atual que possibilita a inserção de jovens africanos nas instituições de ensino superior brasileiras está relacionada ao protocolo firmado entre o Brasil, os países da África e os países da América Latina, designados como “em desenvolvimento”.

Os programas derivados desse acordo, denominado PEC-G e PEC-PG, são desenvolvidos pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Educação

brasileiros, em parceria com universidades públicas federais, estaduais e particulares. Atualmente estão envolvidas cerca de oitenta e duas instituições de ensino superior.⁴

A ideia da criação de um Programa de Governo para amparar estudantes de outros países adveio do incremento do número de estrangeiros no Brasil, na década de 1960, e das consequências que este fato trouxe para a regulamentação interna do status desses estudantes no Brasil. Havia necessidade de unificar as condições do intercâmbio estudantil e de garantir tratamento semelhante aos estudantes por parte das universidades. Dessa forma, em 1965 foi lançado o primeiro Protocolo do PEC-G (<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>).

Conforme pode ser observado, não são recentes os Programas de Estudantes-Convênio de Graduação. O “Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)” foi criado em 1965, pelo Decreto nº 55.613 e, atualmente, é regido pelo Decreto nº 7.948/2013.

Segundo informações do MEC, ao longo da última década, foram mais de 6.000 os selecionados pelo Programa. A África é o continente de origem da maior parte dos estudantes, com destaque para Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola. (<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>)

O PEC-G em vigor resultou de um Protocolo que entre si celebraram o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Educação e do Desporto, para regulamentar o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação.

Ainda de acordo com o MEC, atualmente, são 56 os países participantes no PEC-G, sendo 24 da África, 25 das Américas e 7 da Ásia. Os cursos com o maior número de vagas oferecidas são Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia. (<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>)

⁴Informações retiradas do site:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12277%3Aprocesso-seletivo&catid=253%3Apec-g&Itemid=531, 12.10.2009).

Quadro1: países atualmente participantes do PEC-G

África	América Latina e Caribe	Ásia
1. África do Sul	1. Antígua & Barbuda	1. China
2. Angola	2. Argentina	2. Índia
3. Argélia	3. Barbados	3. Líbano
4. Benin	4. Bolívia	4. Paquistão
5. Cabo Verde	5. Chile	5. Síria
6. Camarões	6. Colômbia	6. Tailândia
7. Costa do Marfim	7. Costa Rica	7. Timor Leste
8. Egito	8. Cuba	
9. Gabão	9. El Salvador	
10. Gana	10. Equador	
11. Guiné-Bissau	11. Guatemala	
12. Mali	12. Guiana	
13. Marrocos	13. Haiti	
14. Moçambique	14. Honduras	
15. Namíbia	15. Jamaica	
16. Nigéria	16. México	
17. Quênia	17. Nicarágua	
18. República Democrática do Congo	18. Panamá	
19. República do Congo	19. Paraguai	
20. São Tomé & Príncipe	20. Peru	
21. Senegal	21. República Dominicana	
22. Tanzânia	22. Suriname	
23. Togo	23. Trinidad & Tobago	
24. Tunísia	24. Uruguai	
	25. Venezuela	

Fonte: http://www.dce.mre.gov.br/PEC/paises_participantes.html

Em sua cláusula primeira, o PEC-G/2013 assim é definido:

Cláusula 1 - O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (doravante denominado PEC-G), conjuntamente gerido pelo DCT e pela SESu, constitui uma atividade de cooperação, prioritariamente, com países em desenvolvimento, que objetiva a formação de recursos humanos, possibilitando a cidadãos de países com os quais o Brasil mantém acordos educacionais ou culturais realizarem estudos universitários no Brasil, em nível de graduação, nas instituições de ensino superior brasileiras (doravante denominadas IES) participantes do PEC-G.

Parágrafo único - O PEC-G dará prioridade aos países que apresentem candidatos no âmbito de programas nacionais de desenvolvimento socioeconômico, acordados entre o Brasil e os países interessados, por via diplomática.

O protocolo anterior, assinado em 1998, trazia a mesma definição e objetivos:

Atividade de cooperação, prioritariamente, com países em desenvolvimento, que objetiva a formação de recursos humanos, possibilitando a cidadãos de países com os quais o Brasil mantém acordos educacionais ou culturais realizarem estudos universitários no Brasil, em nível de graduação, nas instituições de ensino superiores brasileiras (doravante denominadas IES) participantes do PEC-G.
“Parágrafo único - O PEC-G dará prioridade aos países que apresentem candidatos no âmbito de programas nacionais de desenvolvimento socioeconômico, acordados entre o Brasil e os países interessados, por via diplomática (MEC PEC-G; Protocolo, 1998; Anexo 2).

Conforme aponta Mungoi (2006), foi somente na versão protocolada em 1974, que correspondeu ao segundo protocolo, que passou a abarcar outros países situados fora da América Latina. Foi a partir deste período que os países africanos passaram a ser contemplados.

Segundo Mungoi (2006, p. 31-32), esse programa teve início, de forma pontual, ainda na década de 1920:

E se intensificou na década de 1940. Como o resultado do aumento de estudantes oriundos dos países latinos americanos que se inseriam nas universidades brasileiras por iniciativas individuais e por forma esporádica. A partir de então, o Brasil passou a celebrar convênios bilaterais de cooperação educacional e cultural com outros países, sobretudo da América Latina. Foi nesse contexto que, em 1964, estes convênios passaram a ser designados pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) de programa a de estudante convênio de graduação. Desde o surgimento de PEC-G, até hoje já foram assinados cinco protocolos. É através destes protocolos assinados entre o MRE e MEC que são definidas as normas do funcionamento do programa (seleção, distribuição de vagas encaminhamento, direitos e deveres dos estudantes) bem como a responsabilidades dos diferentes interlocutores do mesmo. O primeiro protocolo foi assinado em 1967 com vista à regulamentação do funcionamento do programa. Em 1974 é assinado o segundo protocolo. Com a assinatura deste documento (cláusula 2), o PEC-G passou a abarcar outros países situados fora da América Latina. Foi a partir deste período que os países africanos passaram a ser contemplados. O protocolo vigente atualmente, firmado em 13 de Março 1998, define que o PEC-G é gerido simultaneamente pelo Ministério das relações Exteriores (MRE), representado pelo Departamento Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (DCT), O Ministério da Educação e Desporto, MEC através da secretária de educação superior (SESU) e conta com o envolvimento das Instituições de Ensino Superior (IES) através de diferentes setores e da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) (Mungoi, 2006).

O número total de estudantes contemplados em 2009 foi de 699. Desses, 585 são africanos dos seguintes países: Angola (117 estudantes); Barbados (02); Cabo-Verde (215); Guiné-Bissau (182); Moçambique (04); Quênia (03); República Democrática do Congo (54); São Tomé e Príncipe (04). Os países da América Latina contam com 108 estudantes: Bolívia (12); Chile (01); Colômbia (02); Cuba (05); Equador (28); Haiti (08); Honduras (02); Jamaica (05); Panamá (02); Paraguai (29); Peru (11); República Dominicana (01); Trindade Tobago (02). Aqui precisam entrar dados mais atuais. Para fazer a comparação se tem aumentado o número de africanos.

O Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) foi criado oficialmente em 1981. De acordo com a CAPES o PEC-PG tem como objetivo a:

Concessão de bolsas de doutorado visando o aumento da qualificação de professores universitários, pesquisadores, profissionais e graduados do ensino superior dos países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia. Essas bolsas serão concedidas em todas as áreas de conhecimento nas quais existam cursos de doutorado recomendados ou reconhecidos pela Capes com conceito igual ou superior a 03 (três) que emitam diplomas de validade nacional. (<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/pec-pg>)

Nas duas universidades onde realizei pesquisa, o PEC-PG ainda se encontra em fase inicial, com a participação de poucos estudantes. Todos eles são oriundos do PEC-G. Alguns egressos do PEC-G continuaram os estudos pós-graduados sem retornar aos seus países de origem, como foi o meu caso, e sem fazer uso de bolsa do PEC-PG. Como vários programas de pós-graduação no Brasil abrem vagas para estrangeiros sem necessidade de disputar vagas com brasileiros, após ingressar no curso tem sido possível obter bolsas da CAPES ou do CNPq. Apenas um estudante da UFMS, após a graduação retornou a São Tomé e Príncipe, seu país, e dois anos depois voltou ao Brasil para cursar a pós-graduação.

Com a implementação do PEC-G, e com a sua extensão para os países africanos, no final da década de 1970, a presença de estudantes oriundos de países da África se tornou significativa. Isso foi possível com a instalação das primeiras embaixadas brasileiras no continente africano, na década de 1960, que permitiu o estabelecimento de acordos de cooperação cultural e técnica entre Brasil e alguns países da África Subsaariana. A partir daí se iniciou a emigração estudantil para o Brasil. O primeiro

grupo de estudantes africanos veio ao Brasil na década de 1960 e era constituído por 16 estudantes do Senegal, Gana, Camarões e Cabo Verde.

Com o governo Lula, ampliaram-se as relações entre Brasil e África, no que diz respeito à educação e fortaleceram-se os programas PEC-G e PEC-PG. De 2004 a 2005, estiveram no Brasil entre outros os presidentes de Angola (José Eduardo dos Santos); Moçambique (Joaquim Alberto Chissano); São Tomé e Príncipe (José Fredick Menezes); Nigéria (Olosegum Obasanjo) e de Ghana (John Agye Kum Kufuor) (MRE, s/d).

A forma de acesso ao PEC-G se dá através da embaixada do Brasil em seus países de origem. Os estudantes se candidatam mediante os requisitos solicitados nas embaixadas e depois passam por um processo seletivo que consta da apresentação de documentos, como o primeiro passo, e depois de uma prova escrita e oral, como segundo passo. O resultado das provas realizadas é enviado para o Brasil através do departamento responsável ou coordenação dos assuntos estudantis, junto ao MEC, para uma seleção final de acordo com os espaços oferecidos pelas IES. Após os últimos ajustes, os nomes dos aprovados são enviados para seus países de origem para sua divulgação, junto a embaixada do Brasil. Concluído esse processo, os selecionados fazem uma entrevista com os corpos diplomáticos a serviço da embaixada do Brasil nos seus países de origem.

O PEC-G seleciona estrangeiros, entre 18 e 25 anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país. Para participar do Programa o pleiteante deve cumprir os seguintes requisitos, conforme o Art. 6º

- I - residentes no exterior e que não sejam portadores de visto permanente ou qualquer outro tipo de visto temporário para o Brasil;
- II - maiores de 18 e preferencialmente até 23 anos;
- III - que firmarem Termo de Responsabilidade Financeira, em que assegurem ter meios para custear as despesas com transportes e para subsistência no Brasil durante o curso de graduação;
- IV - que firmarem Termo de Compromisso, em que se comprometam a cumprir as regras do PEC-G; e
- V - que apresentarem certificado de conclusão do ensino médio e Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros – Celpe-Bras.

§ 1º Excepcionalmente, o candidato que não tiver concluído o ensino médio na data da inscrição poderá apresentar o certificado de conclusão do ensino médio no ato da matrícula na IES.

§ 2º O candidato originário de país em que não haja aplicação do Celpe-Bras poderá realizá-lo no Brasil, uma única vez, após conclusão do curso de Português para Estrangeiros preparatório para o exame Celpe-Bras, em IES credenciadas.

§ 3º O candidato reprovado no Celpe-Bras aplicado no Brasil, na forma do § 2º, não poderá ingressar no PEC-G, vedada a prorrogação de seu registro e do prazo de estada no Brasil, conforme disposto na Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e no Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981.

§ 4º É vedada nova inscrição no PEC-G ao candidato selecionado que deixar de efetuar sua matrícula inicial na IES sem justificativa. (Decreto Nº 7.948, De 12 de março de 2013)

Embora o estrangeiro assuma a responsabilidade de custear suas despesas no Brasil, o PEC-G permite que as IES concedam auxílio financeiro ao estudante convênio:

Art. 15. As instituições participantes do PEC-G poderão, nos termos da lei, conceder auxílio financeiro destinado ao estudante-convênio, por prazo limitado e durante o curso, a título de custeio de moradia, transporte ou alimentação, em qualquer caso condicionado ao bom aproveitamento acadêmico (Decreto Nº 7.948, De 12 de março de 2013).

Ao estudante estrangeiro que preencher os requisitos expostos no art. 6º do Protocolo de 2013, será concedido o visto temporário, ficando toda a condição migratória sob sua responsabilidade, conforme artigo 7º:

Art. 7º Após divulgação do resultado da seleção, as missões diplomáticas e as repartições consulares brasileiras concederão aos candidatos selecionados o visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

§ 1º A condição migratória regular no Brasil, que compreende a obtenção do visto e a atualização do registro de estrangeiro, é de responsabilidade do estudante-convênio, e é indispensável para efetivação da matrícula e, posteriormente, para a inscrição em disciplinas a cada início de período letivo.

§ 2º A IES zelará pelo cumprimento das obrigações previstas no § 1º, provendo os documentos necessários para o registro do estrangeiro, vedada a inscrição em disciplinas de estudante-convênio em situação migratória irregular.

Depois de todo o processo de seleção, cabe ao candidato organizar e custear a viagem, com destino ao estado da federação escolhido no momento de inscrição. O estudante será portador de visto temporário no Brasil, que será atualizado todos os anos

junto à polícia federal. A condição de visto como estudante impõe limites às suas ações em vários sentidos como, por exemplo, no que se refere a trabalho. Conforme o protocolo do programa do PEC-G expõe:

Art. 13. É vedado ao estudante-convênio o exercício de atividade remunerada que configure vínculo empregatício ou caracterize pagamento de salário ou honorários por serviços prestados.

Parágrafo único. É permitida a participação do estudante-convênio em estágio curricular, atividades de pesquisa, extensão e de monitoria, obedecida a legislação referente a estrangeiros residentes temporários.

O visto é rigoroso também em relação a seus prazos, sendo o limite de permanência no Brasil coincidente com o término do curso. Após graduado, o estudante deverá regressar ao seu país de origem:

Art. 16. O vínculo do estudante-convênio com o PEC-G cessa com a conclusão do curso e colação de grau.

§ 1º Compete à IES informar a relação dos estudante-convênio graduados à Polícia Federal, ao Ministério da Educação e ao Ministério das Relações Exteriores, imediatamente após a colação de grau.

§ 2º É vedada a extensão da estada do estudante-convênio no Brasil além do prazo legal indicado no Estatuto do Estrangeiro.

A entrega do diploma, de forma gratuita, ocorrerá na missão diplomática brasileira onde se inscreveu no PEC-G.

As diretrizes do Convênio PEC-G indicam os pressupostos gerais da política de cooperação entre o Brasil e países em desenvolvimento, que ganham expressões distintas de acordo com o processo de implantação em diferentes IES. Existem desde IES que mantêm relações diretas com os países africanos, a partir de outros acordos de cooperação ou centros de estudos, até as que se inseriram no processo, mas não mantêm nenhuma relação maior com a temática ou com as relações entre os países.

Apesar do PEC-G determinar que os estudantes estrangeiros deveriam assumir suas despesas no Brasil, conforme apontei anteriormente, há uma abertura para que a IES conceda auxílio financeiro ao estudante do convênio. Nesse sentido, o Ministério da Educação mantém programas destinados aos acadêmicos do PEC-G, com o objetivo de incentivá-los a redobrar os seus esforços nos estudos e obterem boas notas e um bom acompanhamento acadêmico. Esse é o caso do Projeto Milton Santos:

O Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) tem o objetivo de fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos – em especial os africanos – nas áreas de educação e cultura.

O projeto oferece apoio financeiro no valor de um salário mínimo mensal para alunos estrangeiros participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), regularmente matriculados em cursos de graduação em instituições federais de educação superior. O auxílio visa cooperar para a manutenção dos estudantes durante o curso, já que muitos vêm de países pobres.

Para concorrer ao Promisaes, o estudante, além de estar matriculado em instituição federal de educação superior, deve ter bom desempenho acadêmico, de acordo com as exigências da universidade em que estuda. “A universidade, para aderir ao programa, precisa estar vinculada ao PEC-G e receber, regularmente, estudantes estrangeiros por meio desse programa.

(http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12284&Itemid=545).

Para que os estudantes acessem esses benefícios concedidos pelo programa precisam ter bom rendimento nas atividades acadêmicas e participar em projetos voltados a pesquisa, sob a orientação de professores e, também, devem participar de eventos extra sala de aula como palestras, seminários, realizadas pelos seus cursos ou departamentos, devendo apresentar certificados de participação.

O programa denomina-se Projeto Milton de Almeida Santos -PROMISAES, em referência ao negro brasileiro (baiano) que nasceu em Brotas de Macaúbas, no dia 3 de maio de 1926 e foi um ícone importante das questões relacionadas ao negro no Brasil.



(foto: Milton Santos
(Oswaldo J. dos Santos/Agência USP)

O referido programa dispõe de uma verba destinada para os estudantes de PEC-G, cabendo as IES fazerem o cadastramento de modo que todos possam concorrer às bolsas.

Os estudantes africanos quando chegam ao Brasil costumam ser recebidos pelos seus conterrâneos, que aqui já se encontram e com os quais já tinham contato através das redes de informações ou parentesco. Depois são conduzidos para se apresentarem na universidade e, em seguida, à Polícia Federal a fim de registrar sua entrada no Brasil e apresentar a documentação exigida de acordo com a lei brasileira. São esses os primeiros trâmites com os quais um estudante de convenio se depara: visto na Polícia Federal, documentos na Receita Federal, matrícula na Universidade e questões como moradia e alimentação.

De acordo com informações do MEC, ao longo da última década, foram mais de 6.000 os selecionados pelo Programa. A África tem sido o continente de origem da maior parte dos estudantes, com destaque para Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola.

Na UFMA, também, a África tem tido a maior participação no Programa, com grande participação da Guiné-Bissau. Poucos alunos a UFMA recebeu de países da América Latina.

Tabela: 1 Países da África participantes do PEC-G

PAIS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
África do Sul															0
Angola	3	21	29	23	33	11	31	28	91	68	48	83	61	53	583
Benin									11	5	7	19	40	37	119
Cabo Verde	117	65	227	263	192	230	314	265	381	206	133	76	100	88	2657
Camarões			1					2	1		3	6	4	9	26
Costa do Marfim				1	1			3	1				1	4	11
Gabão		11		2	1	1	3	4							22
Gana	2	3	7	9	11	6	3	3	6		1	1		7	59
Guiné-Bissau	36	88	111	97	58	186	159	19	133	181	95	55	118		1336
Mali							2								2
Marrocos															0
Moçambique	12	13	27	21	26	27	13	9	4	4	9	7	6	13	191
Namíbia	1	1													2
Nigéria	9	6	7	11	14	27	19	22	32			12	1	2	162
Quênia		4	14	14	11	12	5		6	3	3	3		2	77
R. D. Congo								9	106	46	78	92	26	19	376
Rep. Congo													4	6	10
S. Tomé & Príncipe			24		47	147	35	13	12	4	6	19	5	3	315
Senegal	7	2	4	1	1	3	5	1				1	1	4	30
Togo												4	11	8	23
TOTAL	187	214	451	442	395	650	589	378	784	517	383	378	378	255	6001

Fonte: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>

Na América Latina, a maior participação é de **paraguaios**, equatorianos e peruanos:

Tabela 2: Países da America Latina participantes do PEC-G

PAIS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Argentina	1		1	1		6	2				1	1			13
Barbados				1				5	2	2	5	3	1	4	23
Bolívia	12	9	10	4	1	6	11	5	4	13	11	4	1	7	98
Chile	4	4	3	1	1		2	3	2	3	2	2	2	3	32
Colômbia	6	11		3	5	3	4	3	2	2	2	2	6	8	57
Costa Rica		2	2	3	1	3	3	1	4		3	2	1	1	26
Cuba					1	3	3	2	4	5	8	7	11	3	47
El Salvador	1		1	2		1	1	2			1		3	3	15
Equador	3	12	3	6	6	9	19	19	19	32	7	11	17	11	174
Guatemala	1		4		3	3	2	1	1		4	4	4	4	31
Guiana															0
Haiti							2	15	12	8	11	3	3	10	64
Honduras	1	4	9	7	3	5	7	9	4	3			3	21	76
Jamaica			5	4	3	7	5	3	4	5	10	6	8	10	70
México				1						1			2	3	7
Nicarágua		2						1			3		1		7
Panamá	14	12					1	2	2	3	8	1	5	1	49
Paraguai	70	86	85	43	20	68	48	42	42	32	28	26	22	24	636
Peru	18	23	11	2	5	12	13	11	14	11	11	7	7	16	161
Rep. Dominicana					1	1	1			1			1	1	6
Suriname		1													1
Trinidad & Tobago	2	5	2	4			2	1	1	2		2	1	2	24
Uruguai	1	1	2		1	1	1			1					8
Venezuela	1		2		1	2			1	1		3			11
TOTAL	135	172	140	82	52	130	127	125	118	125	115	84	99	132	1636

Fonte: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>

Na Ásia, os timorenses respondem pelo maior número de selecionados:

Tabela 3: Países da Ásia participantes do PEC-G

PAIS	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Paquistão								2	2
Tailândia								1	1
Timor Leste	1					1		34	36
TOTAL									39

Fonte: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>

Os dados acima apresentados são de 2000 a 2013, portanto posteriores ao momento em que o PEC-G se amplia para os países da África, que passam a ser responsáveis pelo envio do maior número de estudantes. Essa mesma relação pode encontrar na UFMA, após 1994, quando começaram a vir os africanos.

O estudante-convênio é um aluno especial, selecionado diplomaticamente em seu país pelos mecanismos previstos no Protocolo do PEC-G e dentro dos princípios norteadores da filosofia do Programa. Nesse sentido, goza de direitos e forma de acesso diferenciados. Conforme o Manual do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação-PEC-G (MEC, 2000, p 28) o estudante-convênio goza da:

- a) dispensa do processo seletivo: ingressa no curso superior em uma vaga criada pelas IES participantes do PEC-G especialmente para esse fim, sem precisar enfrentar a barreira do processo seletivo de acesso ao ensino superior brasileiro;
- b) gratuidade do ensino: é liberado do pagamento de quaisquer taxas ou anuidades escolares, ainda que estude numa instituição privada, durante o período em que estiver vinculado à IES.

Mas, a mesma condição que gera direitos diferenciados limita a vida desses estudantes por estarem na condição de imigrantes, portanto fora da ordem nacional.

2.2 O PEC G na UFMA

As informações sobre o PEC-G na UFMA não estão sistematizadas. Os dados que consegui encontrar de forma mais organizada são referentes aos que concluíram seus cursos. Na divisão de diplomas da Pró-Reitoria de Ensino, encontrei registros organizados do número de estudantes estrangeiros que já foram formados no âmbito do PEC-G.

Quadro2: alunos formados pelo PEC-G na UFMA

Alunos	Sexo	País	Curso	Ano Colação
02	M	Bolívia	Odontologia	1979
01	M	Paraguai	Eng. Elétrica	1980
01	M	El Salvador	Medicina	
02	M	El Salvador	Odontologia	
04	M	Paraguai Paraguai	Eng. Elétrica	1982
		Bolívia El Salvador		
03	M	El Salvador Bolívia Bolívia	Medicina	
02	F	El Salvador	Odontologia	
02	M F	Bolívia El Salvador	Farmácia	1983
03	F	Cabo verde	Medicina	
01	M	Paraguai	Química Industrial	
02	M	El Salvador Bolívia	Comunicação Social	1984
02	M	Rep. Do Panamá Venezuela	Medicina	
03	M	Bolívia El Salvador	Odontologia	
01	M	El Salvador	Desenho Industrial	1985
02	M	Paraguai	Eng. Elétrica	
02	F	Bolívia	Farmácia	
03	M	Nicarágua El Salvador Equador	Medicina	
03	M	Paraguai Bolívia	Eng. Elétrica	1986
03	M	Paraguai Bolívia	Medicina	
01	F	Bolívia	Odontologia	
01	F	Bolívia	Desenho Industrial	1987
01	M	Paraguai	Eng. Elétrica	
02	M	Bolívia	Química Industrial	
02	M	Paraguai El salvador	Medicina	1988
01	M	Honduras	Eng. Elétrica	1989
01	M	Peru	Odontologia	
01	M	Bolívia	Química Industrial	
03	M	Bolívia Equador Suriname	Eng. Elétrica	1990
01	M	Nigéria	Medicina	
02	M	Guatemala Venezuela	Odontologia	

Alunos	Sexo	País	Curso	Ano Colação
01	F	Suriname	Comunicação Social	1991
05	M	Suriname Equador Paraguai Bolívia Benin	Eng. Elétrica	
02	M	Peru Bolívia	Farmácia	
02	F	Bolívia Venezuela	Odontologia	
01	F	Peru	Ciências Biológicas	1992
01	M	Bolívia	Farmácia	
01	M		Medicina	
	F	Peru	Odontologia	
01	M	Bolívia	Eng. Elétrica	1993
02	F	Bolívia	Farmácia	
03	M	Venezuela	Medicina	
01	M	Nigéria		
	F	Bolívia		
	F	Bolívia	Odontologia	
02	M	El Salvador Equador	Eng. Elétrica	1994
06	M	Colômbia Peru	Medicina	
01	M	Paraguai		
	M			
	M			
	F	El Salvador		
	F	Peru	Odontologia	
01	M	Honduras	Eng. Elétrica	1995
01	M	Bolívia Bolívia	Química Industrial	
	M	Suriname	Química Industrial	1996
01	F	El Salvador	Medicina	1997
02	M	Angola	Química Industrial	1999
01	M	Angola	Química Industrial	2000
01	F	El Salvador	Química Industrial	2005
01	F	Cabo Verde	Psicologia	
01	F	Cabo Verde	Enfermagem	2006
02	M	Rep. Do Quênia Rep. Do Congo	Medicina	2011
01	M	Paraguai	Odontologia	
03	M	Guiné-Bissau	Ciências Sociais	2013
	M	Guiné-Bissau		
	F	Guiné-Bissau		
01	M	Angola	Ed, Artística	
01	F	Guiné-Bissau	Turismo	
01	M	Guiné –Bissau	Comunicação Social	

Alunos	Sexo	País	Curso	Ano Colação
01	M	Guiné –Bissau	Letras	2014
01	M	Guiné –Bissau	Turismo	
01	M	Republica do Congo	Ciência da Computação	

Fonte: Divisão de Registro de Diploma-UFMA

Segundo os números constantes do quadro acima, 95 estudantes já colaram grau no âmbito do PEC-G, do ano de 1979 a 2014. No entanto, somente em 1999 o primeiro africano colou grau na UFMA. Desde então, todos os que colaram grau pelo Programa nessa IES eram oriundos de países africanos. No total foram 16 alunos, sendo 07 da Guiné-Bissau, 03 de Angola, 03 da República do Congo, 02 de Cabo Verde e 01 da República do Quênia.

Não há registro dos que atualmente estão participando do Programa. Na UFMA esse Programa foi inicialmente administrado pela Pró-Reitoria de Ensino-PROEN. Posteriormente, foi transferido para a Pró-Reitoria de Extensão-PROEX. Como na UFMS, onde realizei pesquisa anterior, os gestores, especialmente os atuais, pouco sabem sobre o Programa. Esse desconhecimento costuma ser uma constante no serviço público, onde há grande rotatividade das pessoas nos cargos e nos setores da administração. No caso do Programa em pauta, na UFMA não só houve mudança de Pró-Reitoria, como de departamento dentro da Pró-Reitoria e de gestores.

Sobre a transferência do Programa de Pró-Reitoria, a atual Pró-Reitora de Ensino assim justificou-a:

Mais ou menos entre março/abril de 2013 começou a discussão de uma reorganização da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), e era uma tentativa de fazer uns programas que cuidassem dos assuntos estudantis, e um desses programas quer era muito antigo é o PEC-G... e de uma certa forma criamos uma divisão de programas estudantis, DEOAC, e chegamos a isso para que todos conhecessem os programas, para facilitar caso alguém entrasse de férias estaria outro para responder. Ainda, sempre haveria um técnico responsável por cada esses programas, e desses programas temos (Ciências Sem Fronteiras, Pet Educação Tutorial e PEC-G), pela primeira vez, e também as monitorias. (Entrevista concedida em 10/12/2014 pela Profª. Dra. Isabel Ibarra - UFMA)

E prosseguiu alegando vantagens financeiras que os alunos do Programa poderiam auferir com a transferência para a PROEN

Logo na entrada da Profa. Cenidalva, para a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, ela sentiu a necessidade que esse programa fizesse parte da Pró-Reitoria qual ela dirige como Pró-Reitora, se sentiu muito interessada de levar o PEC-G para a sua Pró-Reitoria, e foi o momento que eu acreditava que a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis teria muito mais condições financeiras de que nós, porque na verdade a nossa Pró-Reitoria não tem condições financeiras ou uma verba específica para o apoio acadêmico, e vimos nesse sentido que seria uma possibilidade de garantir a melhoria para o programa (PEC-G), mas ao mesmo tempo sentimos uma perda, eu mesmo senti isso, porque é um programa que não só precisa de apoio, mas sim ele tem contrapartida desses alunos, que estudam que possam trazer muitas contribuições para o ensino mesmo da universidade, para vivência, discussão como já falei antes, e de colocar o dedo na ferida... por questão de discriminação, preconceito, xenofobia, e são casos já foram vistos aqui na UFMA, e que já tiveram repercussão nacional. (Entrevista concedida em,10/12/2014 pela Profa. Dra. Isabel Ibarra - UFMA)

A Profa. Dra.Lindalva Martins Goias, foi das primeiras pessoas a gerenciar o PEC-G na UFMA. Segundo seu depoimento, nada sabia sobre o Programa quando teve contato com o primeiro aluno do convênio:

Quando o Prof. Fernando Ramos, assumiu a reitoria, eu era a coordenadora do curso da pedagogia, e fui na época convidada pelo magnífico reitor, para assumir o departamento da organização acadêmica (DEOAC), e quando eu cheguei no DEOAC, inicialmente não tinha a informação sobre o PEC-G. Numa bela manhã, recebemos um aluno do PEC-G, cujo o nome é Erick, e nós ficamos surpresos, e não sabíamos como agir e ficamos muito preocupados e, imediatamente, ligamos para Brasília, para o Ministério das Relações Exteriores, e lá eles nos informaram de que já tinha informado a UFMA, da vinda do aluno que é do Quênia e veio cursar medicina... Bem, as primeiras iniciativas foi de matricular ele, e depois dar todos os respaldos possíveis, porque ele chegou aqui e não conhecia ninguém, e na época era a Fernanda que estava no (NAE), e lá demos a casa de estudantes, a bolsa, alimentação... enfim dar condições mínimas para o Erick, se instalar aqui na UFMA/São Luís, e daí passamos a levantar os números desses alunos que já estavam aqui. (Entrevista concedida em 07/11/2014 pela Profa. Dra. Lindalva Martins Goias - UFMA)

Naquele momento, já se podia observar os mesmos problemas que ocorrem hoje na administração do Programa: o pouco conhecimento sobre a dinâmica do mesmo e o

pouco envolvimento institucional. Já estavam aqui alguns alunos, sobre os quais a referida professora foi buscando ter conhecimento.

Então nós tínhamos a **Jandira de Cabo-Verde**, cursava Psicologia, e também a **Marlinda de Cabo-Verde**, que cursava enfermagem... e as duas estavam encerrando o curso. Confesso que elas tinham mais apoio dos colegas da coordenação do curso, mais um apoio muito indireto do DEOAC. Ea UFMA, se mostrava muito distante desses alunos e depois eu conheci o Nuno (Moçambique), fizemos as reuniões e ouvimos as suas expectativas, os problemas, e passamos assim a interferir, mais subjetivamente, mais de que uma instituição junto a esses alunos. (Entrevista concedida em 07/11/2014 pela Profa. Dra. Lindalva Martins Goiás - UFMA)

Foi impossível saber através dos gestores entrevistados quando o Programa começou na UFMA

Eu não sei o ano que iniciou, mas o Prof. Luna, que era o diretor de DEOAC, antes de me, ele já tinha e trabalhava com esses alunos... mas tem uma servidora da UFMA, que Leanis, ela trabalha DIORG/PROEN, ela consegue resgatar historicamente quem primeiro chegou aqui na UFMA... eu lembro um aluno de Angola, que inclusive se estabeleceu aqui no Brasil, casou mas. Mas ela é a pessoa que pode buscar esses dados de todos esses alunos porque não são muitos, até o período da minha gestão eram poucos alunos, e me parece que Angola foi o ponto da partida. Entrevista concedida em 07/11/2014 pela Profa. Dra. Lindalva Martins Goiás - UFMA)

Outra dificuldade foi referente ao número de alunos envolvidos no Programa. Os dados não estavam sistematizados, com exceção dos que pude encontrar na Divisão de Diplomas desta instituição. Esse desconhecimento foi marcante nas várias entrevistas que realizei.

Eu lembro do Nuno, que cursava comunicação social, Marlinda que cursava Enfermagem, Jandira que cursava psicologia, o Erick, medicina, um aluno do Centro Tecnológico, que eu não lembro muito bem o seu curso, depois Adriano Pedro, e Samanta... mas assim nesse momento eu não sei que precisar o número dos alunos desse programa que cursaram aqui na UFMA. (Entrevista concedida em 07/11/2014 pela Profa. Dra. Lindalva Martins - Goiás- UFMA)

Quando o PEC-G ainda estava sendo gerido pela PROEN, o professor Manoel Jesus de Barros Martins, de 2007 ao início de 2013, esteve à frente do Departamento de Organização Acadêmica-DEOAC dessa Pró-Reitoria. Durante sua gestão atuou como coordenador institucional do PEC-G na UFMA. Embora não lembre exatamente quando

teve início esse Programa na UFMA, afirmou ter sido na década de 1990, havendo um incremento a partir de 2007. Reconhece como importante a participação da UFMA no Programa porque:

É um programa que estimula a participação, para que o Brasil atinja os seus objetivos gerais junto a comunidade internacional e particularmente em áreas focais, tipo América Latina, África e agora Timor Leste. O Brasil agora tem muito interesses nessas áreas ...para mim é muito importante as pessoas que se formam no Brasil em algum modo, já criam a inteligência para os seus países tendo o Brasil como referência. Antes era Portugal como país lusófono ...isso vem demonstrando o Brasil dentro do contexto internacional e uma coisa dessa natureza é muito importante para o país como o Brasil. Entrevista concedida pelo em 11/11/ 2014 pelo Prof. Dr. (Manoel Jesus de Barros Martins - UFMA)

O referido professor também não dispunha de dados para informar o quantitativo de participantes do Programa no geral, nem por suas nacionalidades:

Eu não teria o número exato agora, mas a grande maioria desses alunos são da Guiné-Bissau, depois vem Cabo-Verde, Angola, Moçambique, Nigéria, Benin, Congo, Quênia, Colômbia, Peru, Paraguai, Equador e Timor, então é basicamente isso. (Entrevista concedida em 11/11/ 2014, pelo Prof. Manoel Jesus de Barros Martins - UFMA)

Afirmou, ainda, que o Programa abre vagas para todos os cursos

Em tese todos os cursos podem oferecer vagas, menos cursos noturnos. Agora aqui na UFMA, é bom falar disso, em 2007, quando o reitor Prof. Dr. Natalino Salgado Filho, assumiu e fui dirigir o setor e acertei o problema e disse o seguinte: as vagas do PEC-G são duas por ano e naquele tempo perguntávamos aos colegiados dos cursos, se gostariam de oferecer as vagas para o ano seguinte. Existia colegiados que não tinham interesse... Então o Prof. Natalino, como é uma política do estado brasileiro em geral em relação ao Programa, uma vaga a universidade já vai dar e outra agente negocia com os colegiados dos cursos. Então, desde isso a vaga é oferecida nos cursos diurnos, mas isso não significa que não tem demanda para os outros cursos, mas a regra sempre tem. A área da Medicina, Sociais Aplicadas, Direito, Turismo, Administração, Ciências Contábeis e nas áreas humanas tipo em Ciências Sociais e nas engenharias também, é mais ou menos assim e todos os anos essas vagas são encaminhadas para o MEC, logo no meio do ano e de lá para frente o MEC, acaba de resolver o resto, sobre a relação de quem deve ser matriculado na

nossa instituição. (Entrevista concedida em 11/11/2014 pelo Prof. Manoel Jesus de Barros Martins - UFMA)

Em relação a restrição da matrícula dos alunos em cursos noturnos o Prof. Manoel esclareceu que se tratava de uma determinação nacional

Não podem vir para os cursos noturnos, agora eventualmente fazem algumas disciplinas dos cursos noturnos, mas na regra não podem de forma alguma, não tem vagas para os cursos noturnos em relação a esses alunos, isso é a legislação do PEC-G nacional, não é lei da UFMA. Por questões de segurança e várias outras coisas por ai. Mas agora, durante administração do curso, o aluno carece de fazer algumas disciplinas e tal, é questão eventual, o PEC-G, mesmo que não admite. (Entrevista concedida em 11/11/ 2014, pelo Prof. Manoel Jesus de Barros Martins - UFMA)

A Profa. Isabel Ibarra, antes de ser Pró-Reitora de Ensino dirigiu a Divisão Docente e reconhece que foi difícil organizar as tarefas relacionadas ao Programa, mas sempre reconheceu seu potencial e importância:

Com o PEC-G, em relação a organização da Pró-Reitoria de Ensino, foi muito difícil porque eu terminei assumindo algumas atribuições que eram de outros setores. A divisão docente, que tinha o planejamento acadêmico da universidade. Então foi o momento conturbado mesmo dentro da Pró-Reitoria e nós começamos a organizar a semana do fórum da graduação e uma das metas era conhecer um pouco da graduação, que os cursos retratassem os problemas, e quando comecei a ler os relatos dos cursos, lamentavelmente foi um curso de Ciências Sociais que tinha relato sobre o PEC-G, e que me chamou muita atenção. Eu já tinha uma preocupação, que nós precisamos olhar o Programa de uma forma diferente, e para mim o Programa era tudo novo, e tem uma potencialidade enorme, que já tem uma força no Brasil de 50 anos, histórias e sucessos dos que vinham se esforçavam muito e muitos deles, e a bolsa era para metade, e todos se esforçavam para se manterem se esforçando muito para superar e manter o curso, então é bem visto que esses alunos que vinham e vem desse programa, se esforçavam e terminavam os seus cursos em relação aos que estavam ou estão aqui que as vezes não conseguem terminar os seus cursos. eles se esforçam muito para cumprir a possibilidade que o Brasil deu para eles virem estudar aqui, se formar. Então eu sempre vejo dessa forma, em relação ao programa, que para mim é uma luta mesma. (Entrevista concedida em 10/12/2014, pela Profa. Isabel Ibarra - UFMA)

A mesma professora afirmou que esse era também o posicionamento do Ministério da Educação, mais especificamente do Coordenador do PEC-G

... essa compreensão, tinha também o coordenador do programa o Hilton Salles, quando fui a Brasília conversei mais um pouco sobre o Programa, e a preocupação dele, é de criar uma política que fortaleça o Programa, para que todos esses alunos que vem no Brasil, tenham a bolsa, porque a certeza entre esses alunos que vem para o Brasil na sua maioria são dos países africanos, principalmente aqui na UFMA...alguns com situações de conflitos nos seus países de origem, situações de vulnerabilidades, muito grande e familiar enfim. (Entrevista concedida em 10/12/2014, pela Profa. Isabel Ibarra - UFMA)

O principal potencial do Programa, na visão da referida professora, é o enriquecimento do meio acadêmico por meio das trocas culturais e de experiências que alunos de diferentes países proporcionam.

Esses estudantes proporcionariam outros olhares sobre a nossa própria realidade, então eu sempre achei importante e nos primeiros contatos que tive com eles, os encontros que eles fizeram já duas vezes, então cria essa preocupação que eles estão dando e trazendo as suas realidades e realmente contribuindo academicamente com o meio acadêmico brasileiro. Então eu acho que é umas das coisas mais importantes dentro do programa, que possibilita a universidade de ter um diálogo diferente, que a universidade seja aberta ou tem que ser aberta para isso. Então esses primeiros contatos com o programa foi no sentido de... quando terminou o fórum de novembro de 2013, falei com o Campos, que cuidava desse Programa, e disse a ele: sei que tem algumas pendências, dentro do Programa, vamos conversar com esses alunos, realizar algumas reuniões, para que possamos ter ideias sobre algumas prioridades de algumas coisas do ensino para apoiar esses alunos, e para ver também aqui dentro como podemos transitar com outras Pró-Reitorias dentro da UFMA, afim de ter outros suportes maiores para dar ao Programa (Entrevista concedida em 10/12/2014 pela Profa. Isabel Ibarra - UFMA)

O posicionamento daqueles que assumiram posteriormente a gestão do Programa, em 2013, não é muito diferente no que se refere ao domínio de informações sobre o mesmo. A Profa. Janiery Queiroga da Costa, diretora do Departamento de Assuntos Estudantis, ligada a Pró-Reitoria dos Assuntos Estudantis, justificou seu desconhecimento em relação ao início do Programa por ter assumido há pouco tempo sua gestão.

O ano exato eu desconheço, porque o DAE assumiu a responsabilidade dos alunos voltados a esse convênio, basicamente há três meses, porque antes era ligada a (PROEN), então eu desconheço a data real. (Entrevista concedida em 08/12/2014 pela Profa. Janiery Queiroga da Costa - UFMA)

A Profa. Janiery fez referência a um seminário no qual poderia obter maiores informações sobre o Programa.

Justamente como agente assumiu agora, apenas demos só o encaminhamento previsto, e agora está com a data prevista para participar do seminário sobre o PEC-G, e lá com certeza agente vai conseguir mais informações. (Entrevista concedida em 08/12/2014 pela Profa. Janiery Queiroga da Costa - UFMA)

Com relação ao que a UFMA oferece aos alunos participantes do Programa, a diretora do DAE afirmou que o termo do convênio PEC-G não obrigava a instituição a fornecer auxílio aos conveniados, mas a UFMA vinha, por iniciativa própria, providenciando diferentes subsídios a esses estudantes:

Como no termo não existe a obrigação da instituição, isso é a sensibilidade da UFMA, perante esses alunos da UFMA que vem desse convênio, a reitoria já inseriu a alimentação, a cesta básica nos finais de semanas, e nós agora estamos entrando no direito de entrar na concorrência da vaga da moradia, do auxílio permanência, existe ainda uma discussão de não acumulação de quem recebe a bolsa Promisaes, de não receber a permanência, justamente para dar a oportunidade a quem não tem alguma outra bolsa, assim para poder ter também um auxílio da UFMA. (Entrevista concedida em 08/12/2014 pela a Profa. Janiery Queiroga da Costa - UFMA)

A forma de auxílio através de bolsas teve início quando a profa. Lindalva estava à frente do Programa

Na época que eu estava na PROEN, foi instituída a bolsa... Que é via PROMISAES, e lembro que na época nós mobilizamos para que todos esses alunos recebessem essa bolsa, e para que hoje já estivesse em plenarealização. Mas o recurso vem na conta da UFMA, e cabe a quem está na coordenação de DEOAC, correr atrás para não houver o atraso do pagamento das bolsas. (Entrevista concedida em 07/11/2014, pela Profa. Dra. Lindalva Martins Goias- UFMA)

A UFMA tem oferecido moradia aos estudantes do convênio, nas denominadas “casa do estudante”, como oferece aos demais acadêmicos, brasileiros ou não. O acesso se dá mediante a procura junto ao departamento responsável e ao cumprimento das inscrições e regras. Atualmente somente dois alunos do PEC-G moram em uma residência estudantis situada dentro do campus do Bacanga. Esse reduzido número não decorre de restrições por parte da UFMA. A maioria dos estudantes do convênio opta por formar pequenos grupos e alugar uma casa, sob a alegação de que morar na residência estudantis gera conflitos culturais. Os estudantes brasileiros costumam acusar os africanos de falarem muito alto, em línguas diferentes, levando a suspeita de que estariam falando mal dos brasileiros. Alegam ainda as diferenças nos hábitos alimentares. Por outro lado, como os estudantes do convênio cultivam o hábito de usar roupas, calçados e relógios de marcas mais caras, os brasileiros consideram que são ricos e não deveriam ocupar vagas na residência universitária.

Outra forma de assistência prestada pela UFMA aos conveniados se dá na forma de alimentação. Todos os alunos da UFMA têm direito a usar o restaurante universitário, para o almoço e jantar, pagando R\$ 1,25 por cada refeição. Como alunos regulares da UFMA os estrangeiros incluem-se nesse direito. No entanto, os primeiros alunos do convênio que vieram para a UFMA, recorreram a reitoria para solicitar que as refeições fossem gratuitas, através de abaixo assinado entregue na reitoria, pelo então responsável pelo Programa. O Reitor analisou o pedido e atendeu ao pleito. Essa concessão foi ainda ampliada pela entrega de uma cesta básica, a cada aluno do PEG-G, todas as sextas feiras, em virtude do restaurante universitário não funcionar aos finais de semana.

Os alunos do PEC-G podem, ainda, concorrer a bolsas de estudos, como é o caso da bolsa PROMISAES, que provém do Ministério da Educação e cuja distribuição é gerenciada pelas universidades. Podem, também, candidatar-se a bolsa mérito, desde que cumpram as condições exigidas através dos editais lançados pelo MEC e pela UFMA e não acumulem benefícios.

Os que fazem cursos como Odontologia, Medicina, Farmácia recebem, do MEC, um auxílio para bancar o material didático necessário ao cumprimento do curso.

Outro tipo de assistência prestada aos alunos do PEC-G é a médica, a odontológica e o acompanhamento psicológico, que são previstos na cláusula 25 do Protocolo assumido pelo MEC (1998).

Cláusula 25 - É garantido ao estudante-convênio o atendimento de suas necessidades básicas de assistência médica, odontológica e farmacêutica no Sistema Único de Saúde - SUS -, à luz do convênio firmado entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Saúde em 25 de janeiro de 1994)

A UFMA ainda afirma disponibilizar um acompanhamento escolar dos alunos do convênio, observando se estão cumprindo a grade curricular de seus cursos. Essa também é uma exigência do MEC, que afirma que a IES deve acompanhar a vida acadêmica do aluno a fim de cumprir os termos do Protocolo e do Manual que se referem a desligamento de estudantes-convênio.

2.3 - O PEC-G na UFMS

Em pesquisa anterior, realizada em 2008/2009, havia identificado que em Mato Grosso do Sul, existem cerca de onze instituições de ensino superior, dentre as quais, duas são públicas federais, uma estadual e o restante particular. Apenas a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul faz parte do convênio PEC-G. Portanto, quase todos os estudantes africanos estão concentrados nessa universidade, situação semelhante à que ocorre no Maranhão. Em outros estados da federação o quadro é diferente, como pode ser observado na situação analisada por Subuhana (2006; 2009) no Rio de Janeiro e em São Paulo, e dos resultados encontrados por Mungoi (2006), acerca dos estudantes em Porto Alegre. Outra diferença relevante diz respeito ao fato de que em Mato Grosso do Sul não existe nenhum estudante do programa PEC-PG.

Em Mato Grosso do Sul, por ocasião da minha pesquisa, havia 30 estudantes africanos, sendo que seis, colaram grau durante a pesquisa e não mantiveram mais vínculos formais com a universidade.

Os estudantes da UFMS eram oriundos dos seguintes países: Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Gabão, Quênia e Nigéria. A maioria desses estudantes morava na capital, Campo-Grande, e os demais em Aquidauana (cidade interiorana que possui um dos *campi* da UFMS). Havia, também, o caso de dois estudantes africanos que ingressaram na universidade a partir do vestibular.

Os estudantes vinculados ao PEC-G, da mesma forma como observei no Maranhão, estavam matriculados nos cursos distintos, de acordo com a escolha realizada no momento da candidatura na embaixada do Brasil no país de origem. Os cursos frequentados eram os seguintes: Ciências Sociais, Psicologia, Direito, Química, Biologia, Administração, Odontologia, Farmácia, Medicina, Economia, Engenharia Civil e Turismo.

A UFMS não contava com moradia estudantis pública, como “casa do estudante”, existentes em outros Estados. A não existência de casa de estudante expunha os estudantes africanos a situações difíceis no que se refere a moradia. Os proprietários dos imóveis próximos à universidade costumavam exigir, para efetivar o aluguel, fiança e o adiantamento de dois ou mais meses de aluguel como garantia e segurança. As alternativas encontradas pelos africanos residiam nos laços de amizade e reciprocidade com os conterrâneos que estavam há mais tempo no local ou com colegas brasileiros, que acabavam suprimindo a demanda por moradia. Os veteranos abrigavam os recém chegados nas suas casas até quando estivessem adaptados ao novo local e ajudavam a conseguir alugar uma casa assumindo o contrato junto aos proprietários e pagando uma caução como uma garantia do aluguel. Em algumas situações, ainda serviam como intermediários no recebimento do aluguel até que o proprietário adquirisse confiança nos novos inquilinos.

Os estudantes africanos concentravam-se nos bairros próximos a universidade. A maioria residia na “Casa Branca”⁵. Desde o ano de 2005 essa casa já era ocupada por

⁵Casa Branca, assim chamada por ser pintada de branco, era onde morava maioria dos estudantes africanos e alguns brasileiros/as. O prédio tinha três andares e nela ocorriam reuniões sobre os problemas desses estudantes, todas as decisões eram tomadas lá. A maioria das festas e discussões sobre

estudantes africanos e brasileiros de outros estados, pelo fato do dono ser uma pessoa compreensiva em relação a realidade dos estudantes recém-chegados, não exigindo muita burocracia ou garantias para efetivar a locação. A relação com o proprietário se efetivava mediante a rede dos conterrâneos que já vivem no Mato Grosso do Sul e servem como intermediários no momento da chegada dos calouros.

Essa casa possuía três pavimentos e quatorze cômodos. Quatro localizavam-se no piso térreo, seis no primeiro andar e quatro no segundo andar. Havia dois banheiros, uma sala de visita, cozinha e área de serviços em comum. Os quartos possuíam dimensões diferentes e, portanto, o valor do aluguel variava. Mesmo os que não residiam lá, utilizavam-na como referência para encontros, festas e reuniões.

Além dessa casa, havia outra residência, com um número menor de estudantes africanos e brasileiros, que é considerada como a segunda “república”, e fica perto da universidade e da casa branca, que era considerada a primeira “república”. Os demais africanos moravam de forma dispersa, em bairros diferentes e um pouco mais distantes da universidade.

Diferentemente da UFMA, a UFMS não fornecia nenhum subsídio ao estudante convênio no que se refere à alimentação e o restaurante universitário era terceirizado, o que elevava o preço das refeições para cerca de R\$6,00, um dos mais caros do país, especialmente quando comparamos com os preços praticados na UFMA.

Na UFMS, existem dois setores que tratam diretamente com o PEC-G: a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PREAE) e a Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PREG).

Nos discursos dos técnicos e dirigentes responsáveis pelos trabalhos no setor pude observar, principalmente, dois posicionamentos: o primeiro que denominei legalista e o segundo propositivo. Esses posicionamentos mais do que divergirem entre si, indicam percepções distintas a respeito da educação, cultura e cidadania.

Identifiquei também diferentes níveis de comprometimento dos responsáveis técnicos da universidade coma situação desses estudantes do convênio em Mato Grosso

os projetos em relação a esses estudantes também eram feitas nessa casa. Cheguei lá em 2006 e ingressei na comunidade e acabei morando na mesma casa, e com o tempo juntos dos colegas que já estavam indo embora a direção foi-se renovando e acabei por assumir a secretaria e por um ano, 2007, e depois assumi a presidência até 2010.

do Sul. Os menos comprometidos entendiam que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes estavam mais relacionadas ao cumprimento da legislação. Nesse caso, entendiam que os estudantes, antes de vir ao Brasil, deveriam pedir na embaixada do Brasil em seus países todos os esclarecimentos para, após chegar ao Brasil, não exigirem junto as universidades locais benefícios como bolsas PROMISAES ou Mérito, moradia, alimentação, acumulação de bolsas, mantimentos. Os que assumem um posicionamento legalista entendem que os participantes do Programa deveriam sair dos seus países de origem para estudar no Brasil conhecendo todas as regras. Consideram que, ao concordarem com o acordo, esses estudantes têm direito ao ensino gratuito e assumem diversas obrigações, como a de se preocupar com a regularização do visto temporário junto à Polícia Federal, bem como, suas famílias obrigam-se a mandar recursos para custear a estadia no Brasil. Nesse sentido, o Pró-Reitor (PREAE), Milton Mariani considera que a expectativa dos estudantes em obter bolsas ou outras formas de auxílio no Brasil configura uma das maiores dificuldades na gestão do Programa:

Acho que esse é um bom programa em função dessa cultura bilateral que ele se forma e se transforma numa cultura bilateral, acho que isso é muito importante.

O que eu sinto ainda dificuldades que os alunos ainda insistem ainda de dizer a respeito de modalidades de outras bolsas, que hoje a legislação brasileira não permite, e acho que esse é maiores dificuldades que agente tem na gestão de problemas, mas nada impede que o aluno do convênio participe na pesquisa, projetos de extensão, mas ele não pode receber por isso e acho que esse é maiores dificuldades que tem. Agora o problema é que importante beneficie também e existir mais Programa no país donde que a universidade poderia envolver com mais pesquisas e mais extensão, caso se o Governo Federal desse mais recurso para agente trabalhasse mais especificamente com esses alunos acho seria interessante. Eu acho que o Programa tem que esclarecer melhor os alunos como que é processo de recebimento de recurso financeiro, ou melhor, de auxílio financeiro, e isso não é o papel da universidade pública brasileira, ela já vem do consulado e agora acho que falta uma comunicação maior entre o programa e os países e que deveria ser revistos. (Entrevista concedida em março de 2009, pelo Prof. Dr. Milton Mariani, Pró-Reitor da PREAE - UFMS).

Para o Pró-Reitor existe uma divisão clara entre o papel da universidade que deve limitar-se ao cumprimento da legislação e o papel das embaixadas e do governo brasileiro que deveriam “esclarecer” melhor os alunos. Nessa concepção, a participação

da universidade é vista como de mera execução do que está posto na legislação e não como uma instituição propositora e crítica face ao Programa.

Se o problema maior é de comunicação entre países africanos e as regras do programa, seguindo a narrativa, nota-se uma confusão entre o que denomina de Acordo bilateral e suas determinações e o PROMISAES.

E enquanto direito deles, acho que eles têm que ter uma vida acadêmica, como qualquer outro aluno da universidade brasileira, com uma exceção de alguns programas de extensão estudantil e de bolsas principalmente, isso é complicado porque legalmente a legislação não permite que seja fornecido qualquer tipo de bolsa que seja ou auxílio de alimentação para o PEC-G, porque isso está no contrato de PROMISAES.

Eles têm acompanhamento de assistência social, de psicólogo e o que eles não são beneficiados é a bolsa de PENAIC⁶, auxílio de alimentação, bolsa de extensão de iniciação científica porque eles já recebem outra bolsa e o tribunal da conta de união não permite dois tipos de bolsas. (Entrevista concedida em março de 2009, pelo Prof. Dr. Milton Mariani, Pró-Reitor de Extensão - UFMS).

Para o Pró-Reitor, é a falta de esclarecimentos sobre as regras do convênio que torna as coisas mais difíceis. Por não conhecerem as regras, os acadêmicos exigem o que não podem estar exigindo, como a participação em bolsas de pesquisa e extensão. Entretanto, observa-se que o entrevistado faz uma total confusão entre o que determinam as regras do convênio e o auxílio denominado PROMISAES. Demonstra não conhecer o protocolo do PEC-G e afirma que não é permitido o auxílio de alimentação ou da bolsa para esses alunos, e ainda confunde bolsa PROMISAES com PENAIC, o que revela seu distanciamento e desconhecimento em relação à política.

Dessa forma, argumentar que o convênio enfrenta problemas pela falta de conhecimento dos alunos das suas regras indica uma recusa em assumir uma participação mais reflexiva por parte da universidade. O gestor insiste numa postura de exclusivo cumprimento das regras que estão postas

O programa que é concedido aos alunos brasileiro é diferente ao programa que é concedido ao aluno de convenio PEC-G, por

⁶Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

causa da legislação não permite outra bolsa e nem auxílio de alimentação, *porque o estudante de PEC-G já recebe um benefício do consulado. É isso que juiz ou a legislação nos disse.* E desconheço a informação se existem nas outras universidades federais e se esses alunos são beneficiados com isso. Aqui, nós tivemos a orientação do ministério, do consulado de que não poderia conceder isso, é tudo que eu sei mais nada. (Entrevista concedida em março de 2009, pelo Prof. Dr. Milton Mariani, Pró-Reitor da PREAE - UFMS).

Uma vez que o problema do convênio é sempre “o outro” que não é esclarecido suficientemente, a solução seria a construção de um manual. O manual poderia dar conta do que está sendo ignorado e socializar o aluno na universidade.

Nós através do manual acadêmico do aluno estamos a fazer o processo de poder inserir esses alunos no novo processo de socialização da atividade docente ou descente de forma que agente dá um panorama da universidade para ele, de como que funciona e que ele possa pelo menos conhecer um pouco da instituição. (Entrevista concedida em março de 2009, pelo Prof. Dr. Milton Mariani, Pró-Reitor da PREAE - UFMS).

O mesmo gestor aponta a provisoriedade da responsabilidade da Universidade em relação ao aluno conveniado, que se limita ao período do curso de graduação:

Quando acaba o curso acaba o programa e então a universidade não tem mais nenhuma responsabilidade com essa pessoa, porque a responsabilidade com o aluno é durante o período do curso. E em todo momento vai a responsabilidade da universidade desde que esse aluno está matriculado no curso. Depois que ele se forma passa a ser o egresso como qualquer outro estudante, e depois de todo o processo é avisado ao consulado e de lá não sei como o processo funciona mais. Também não sei falar quando a universidade entrou nesse Programa e eles tem atendimento de assistência social, psicólogo e hospital relativamente à saúde em geral (Entrevista concedida em março de 2009, pelo Prof. Dr. Milton Mariani, Pró-Reitor - PREAE - UFMS).

Ao mesmo tempo, o referido gestor explicita seu desconhecimento de outras dimensões do Programa, relacionadas aos tramites diplomáticos e do histórico do Programa na instituição em que atua.

Além das questões formais apontadas pelo Pró-Reitor, haveriam dificuldades “pedagógicas”, relacionadas a falta de habilidade desses alunos com a escrita e com a compreensão dos textos. No geral não observa nenhum problema nos alunos conveniados, que na sua compreensão são muito participativos na vida acadêmica:

Eu acredito que esses alunos, os problemas deles são mais de ordem pedagógica de que qualquer outra coisa. E não vejo nenhum problema nos alunos conveniados, eles são muitos participativos na vida acadêmica de UFMS.

Eu acho que nós temos algumas falhas e temos que corrigir e nós temos ainda pouca gente para poder atender esses alunos de PEC-G e não só como em geral da universidade. E também as dificuldades deles, é mais na parte da língua mesmo na escrita eles têm muitas dificuldades com essa habilidade, e de verbal não acho que a língua é falada pela agente e de mesmo modo agente entende na verdade é mais na leitura e interpretação do texto pela experiência que eu tenho, mais como trabalho nas áreas de humanas não sei áreas de exatas. E agora acho que eles se inserem rapidamente, porque eles têm uma sociabilidade com os alunos brasileiros e enfim eu entendo que o maior problema é a escrita botar no papel o que pensa de forma correta (Entrevista concedida em março de 2009, pelo Prof. Dr. Milton Mariani, Pró-Reitor da PREAE - UFMS).

O posicionamento que considerei propositivo defende a necessidade da participação da instituição no que diz respeito a resolução dos problemas e de propiciar melhores formas de atendimento aos alunos. Os gestores propositivos entendem que apesar dos conveniados assinarem o protocolo na embaixada em seu país de origem, assumindo todas as responsabilidades por seu sustento no país de destino, Brasil, esses alunos chegam no Brasil, um país diferente, sem informações suficientes. Consideram que a universidade pouco colabora no sentido de facilitar a permanência desse estudante e sua adaptação no contexto brasileiro.

Subuhana (2007), ao referir-se aos moçambicanos no Rio de Janeiro, afirma que os estudantes preferem escolher o Rio de Janeiro para prosseguir seus estudos universitários por acreditarem ser uma cidade mais dinâmica, “onde tudo acontece”. Daí existirem moçambicanos que depois de morar e estudar, por alguns meses em outros

estados, preferem pedir transferência para o Rio de Janeiro. Essa cidade é cobiciada pela maioria desses alunos e, como todos não podem ir para lá, usam a estratégia de ir para outros estados, e depois pedem transferência para o Rio de Janeiro. Isso só pode ocorrer depois que o aluno cursou um ano no estado para o qual foi enviado e, mesmo assim, para fazer essa transferência, o aluno precisa alegar motivos convincentes e aguardar a existência da vaga e a compatibilidade entre as grades curriculares.

Algumas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras aceitam transferência de estudantes-convênio; outras não. No caso de o estudante-convênio desejar transferir-se para outra IES, somente poderá fazê-lo depois do final do primeiro ano de estudos, para o mesmo curso, para uma IES de outro Estado e por uma única vez. (Ministério das Relações Exteriores, Protocolo 2013)

Para o Pró-Reitor da PREG, é preciso que a universidade atue nas múltiplas dimensões que envolvem a inserção do aluno estrangeiro na universidade.

Relativamente a isso, eles podem ter acesso em relação à bolsa de estudo como qualquer outro, mas os benefícios desses não sei lhe explicar, compete ao meu coordenador do Programa. Eu desconheço porque eu sei que o PEC-G é mais de que UFMS, mas eu acho de que em todas as universidades, acho tem que dar apoios a esses acadêmicos em vários sentidos, no que diz respeito ao acompanhamento. (Entrevista concedida em março de 2009, pelo Prof. Dr. Leandro Sauer, Pró-Reitor da PREG - UFMS).

Para esse Pró-reitor, a universidade falha no seu papel ao não estabelecer uma relação de “acompanhamento”.

Na verdade não tem nenhum tipo de acompanhamentos, nós estamos... Eu tenho pessoalmente pedido os coordenadores, a antiga e atual (Ana e Daniel) do Programa em que agente faça um acompanhamento maior, ou seja, que agente convide os alunos, principalmente os alunos de PEC-G a fazer um acompanhamento através da assistência social psicológico e social, destes alunos.

Na verdade eu gostaria que isso seja feito para qualquer aluno de UFMS, indiscriminadamente. No entanto, eu entendo que o aluno de PEC-G é um aluno especial, vocês estão aí, entre os seus 18 e 25 anos, muito longe de famílias de vocês num país

completamente diferente de vocês, aí eu acho que tem que dar um atendimento mais específico no sentido de acompanhar psicologicamente vocês no sentido de ver o quanto a distância dos familiares o quanto distancia dos seus pais pode estar influenciando o PEC-G de alguma forma, no primeiro ano. Agente entende de que é um ano especial. A gente permite que o aluno tenha uma quantidade de reprovações maiores de que normalmente poderia (Entrevista concedida em março de 2009, pelo Prof. Dr. Leandro Sauer, Pró-Reitor da PREG, da UFMS).

O papel da universidade deveria ser o de acompanhar os estudantes e assumir responsabilidades maiores quanto as suas trajetórias e não apenas funcionar com uma instância de vigilância.

Não, hoje não tem nenhum, se não a única coisa que agente faz é de receber vocês aqui acompanhar durante o período que vocês passam aqui e depois informar o ministério, dizer assim olha o cara terminou graduação dele, entendeu? É isso que agente faz, agente declara lá para eles de que esta terminada é isso, eu acho que agente deveria sim ter um acompanhamento depois, até porque vocês de PEC-G, foram durante um tempo filhos da UFMS, entre aspas. E agente tem que cuidar dos filhos da gente. Mas eu acho que hoje a responsabilidade é mínima. Ela do ponto de vista contratual, ela só ao longo do tempo que vocês estão aqui, em que nós estamos informando anualmente tipo assim eles estão aqui se estudando qual é a sua performance é um vínculo q nós temos com ministério que agente tem que dizer olha o fulano de tal fez isso esse ano dentro das normas ele pode fazer o ano seguinte pode. Não, nós temos que informar os caras para que eles possam informar o país de origem dizer assim: olha o cara não cumpriu a performance acadêmica que ele deveria ter mandado outro. E, essa pessoa vai voltar para o seu país de origem porque ele não atendeu os designios estabelecidos. (Entrevista concedida em março de 2009, pelo Prof. Dr. Leandro Sauer, Pró-Reitor de PREG - UFMS)

Para esse Pró-Reitor, a universidade deveria ter uma inserção maior, inclusive em questões como moradia, renovação de vistos. A vinda e vida dos estudantes é algo maior do que oferecer um curso da UFMS.

Se o visto está vencido ou não esta, fora de isso mas, por exemplo você já foi a algum lugar para alugar a casa, apartamento para morar. A universidade não tem nenhuma participação nisso, entendeu? É uma coisa que vocês mesmos se acertaram com a sociedade eu acho que a universidade poderia

ter um acompanhamento melhor, então eu acho que a universidade simplesmente falhou... Assim melhor... Está aqui a sua vaga você vai estudar aqui e do resto se vira entendeu. Eu acho que a universidade poderia ter um envolvimento maior que na verdade, ela tem, então e não tem e não chegou nunca ao meu conhecimento algum tipo de problema em que os nossos alunos sejam africanos sejam os alunos de PEC-G em geral tem dado para o nome de UFMS (Entrevista concedida em março de 2009, pelo Prof. Dr. Leandro Sauer, Pró-Reitor de PREG - UFMS).

Embora minha pesquisa tenha sido realizada em 2009 na UFMS, creio que não houve muita mudança no que se refere a uma maior agência dessa IES em relação aos estudantes do Convênio. Uma postura mais propositiva não tem sido uma prática comum às universidades, que se limitam a inserir os alunos em seus cursos, sem levar em conta a situação diaspórica em que se encontram.

2.4 UFMA/UFMS: aproximações e divergências

Nas duas instituições onde realizei pesquisa, a despeito da diferença temporal entre uma pesquisa e outra, encontrei práticas semelhantes no que se refere ao gerenciamento do PEC-G. Também observei diferenças especialmente no que se refere a uma postura mais ou menos propositiva em relação ao Programa. A UFMA tem assumido uma postura mais propositiva, assim como acatado mais as demandas dos estudantes.

Um ponto semelhante diz respeito ao desconhecimento dos gestores em relação as regras do Programa e ao seu andamento na IES. Todos os gestores entrevistados, nas duas instituições, desconheciam as informações sobre o Programa, a despeito de haver documentos oficiais, no âmbito do MEC e disponível *online*, que apresentam as regras e o funcionamento do Programa. Na mesma direção ocorre o desconhecimento do Programa na sua IES, ou seja, o que em princípio lhes compete. Não existem registros da história do Programa na IES, não há dados sobre os alunos participantes.

As diferenças observadas ocorrem na assistência dada por cada IES visando a permanência do estudante. No caso da UFMS nada era feito pela instituição em termos

de moradia e alimentação e mesmo concessão de auxílio financeiro. A UFMA tem fornecido refeições gratuitas e cestas básicas para os dias em que não funciona o restaurante. Também tem disponibilizado vagas na residência estudantil.

Nenhuma das duas realiza um acompanhamento cuidadoso da vida acadêmica desses alunos e tampouco investe na preparação dos estudantes africanos lusófonos para que enfrentem as dificuldades com a língua portuguesa. As IES assumem a postura que expressa *colonialidade do poder* (QUIJANO, 2005) e consideram que estudantes vindos da Guiné-Bissau, por exemplo, são falantes de língua portuguesa. Essa é a língua do colonizador, a língua que foi oficializada, mas a língua corrente nesse país é o crioulo, que se tornou língua franca para permitir a comunicação entre cerca de 40 nações que falam línguas diferentes.

Cabe ainda ressaltar que no caso da Guiné-Bissau, o português é a terceira língua, pois todos aprendem inicialmente suas línguas maternas, depois o crioulo como língua franca que permitirá a comunicação entre as várias nações e depois o português como língua oficial/burocrática.

Conforme Bourdieu (2008, 2011) o enunciado é um instrumento de poder e de distinção entre os agentes envolvidos nas práticas linguísticas. Essa afirmação permite uma reflexão sobre as relações de poder construídas no processo de implementação da unificação ortográfica da língua portuguesa.

Merçon (2014) aponta que a língua portuguesa falada nos países lusófonos apresenta idiossincrasias conforme as práticas linguísticas e os espaços de enunciação nos quais é empregada pelos agentes sociais. Com a unificação ortográfica da língua portuguesa, através de um Acordo Ortográfico internacional, relações de poder são estabelecidas entre os países lusófonos subjugando os maneirismos linguísticos construídos em tempos históricos e sociais distintos

Os estudantes estrangeiros não recebem nenhum apoio em termos de adaptação ao novo país e nem tampouco em relação à dinâmica acadêmica. São tratados como os demais alunos, quando deveriam receber atenção diferenciada que lhes permitisse melhor desempenho. Acabam buscando apoio em colegas e professores mais sensíveis à sua condição de estrangeiro.

3. AFRICANOS ESTUDANDO NO BRASIL

O PEC-G tem sido o caminho de acesso dos estudantes africanos à UFMA. Conforme informei no capítulo anterior, não há registros organizados dos estudantes do Programa que estão atualmente na UFMA. Pelo ano de colação de grau do primeiro africano, 1999, calculo que tenha ingressado nessa IES em 1994.

Gusmão (2014, p. 45) expos sua dificuldade em relação ao registro de entrada e saída de estudantes africanos no Brasil e em Portugal:

As migrações com fins de estudo para o Brasil e Portugal não possuem forma sistemática, precisa e oficial de registro de entrada e saída de estudantes africanos que buscam as instituições de ensino superior (IES) brasileiras e mesmo portuguesas. Os dados variam e conflitam conforme as fontes e são dependentes da natureza do ingresso nesses países, caso sejam individuais, particulares ou por meio das políticas oficiais definidas em Portugal pela Lei do Regime Especial ou no Brasil pelo PEC-G/PEC-PG, entre outros acordos e protocolos possíveis.

A mesma autora (2014, p.44) afirma que no caso brasileiro, atualmente, dentre os estudantes africanos que migram para fins de estudo estão:

Os mais velhos, que fazem parte da geração de herdeiros do “capitalescolar”, já que membros de família e de uma geração anterior possuem escolarização e diplomas de nível superior; os mais jovens, chamados de “novos estudantes”, em maioria não descendem de famílias assimiladas ou de elites do passado colonial. A origem a partir de uma classe média urbana, por vezes com histórico de atuação nas guerras de libertação é fundamental, posto que esse segmento possua condições de influenciar e garantir o percurso educacional dos mais jovens, como projeto familiar de ascensão. Contudo, esse contingente não é homogêneo e, em fins de 1990, surge um novo e pequeno contingente de jovens, oriundos de vida interiorana e rural, que começa a migrar para estudar, principalmente no Brasil e que dependem das políticas vigentes tanto nos países de origem como nos países de acolhimento

Contudo, se os mais velhos puderam contar com bolsa do governo colonial, os mais novos nem sempre podem contar com bolsas e recursos. Assim, enfrentam problemas de sobrevivência, dificuldades para manterem-se nos países de acolhimento

entre outros problemas decorrentes de estar longe de casa e de suas origens, como expressam as narrativas a respeito da experiência de estudar em outro país (GUSMÃO, 2011; 2013).

A migração para estudar se reveste de características muito particulares. Como as demais, em princípio é de caráter temporário, mas neste caso é um tempo demarcado, com data de retorno prevista. O aluno do PEC-G deve retornar ao seu país de origem logo que conclua o curso que veio realizar no Brasil. Nesse sentido, o sentimento de distância da pátria é suavizado, até porque a decisão de vir é fruto de uma escolha, individual ou familiar.

Em seus estudos, Gusmão (2014, p) já havia apontado essa provisoriedade:

Assim, a migração internacional de estudantes africanos dos PALOP que buscam sua formação no Brasil e em Portugal é assumida aqui como migração temporária e especial. Contudo, os próprios estudantes não se veem como imigrantes, mas como “sujeitos de Passagem”, que aqui estão por um tempo que, por mais que se prolongue será sempre delimitado, provisório.

Minhas análises sobre a diáspora africana na UFMA foram construídas, basicamente, a partir de entrevistas e conversas informais que mantive com estudantes africanos e com gestores nessa instituição. Fiz uso também da observação direta. Dos trinta e dois africanos que se encontravam nesta universidade por ocasião da minha pesquisa, entrevistei treze, cujas nacionalidades indico no quadro que segue:

Quadro3:Entrevistados e suas nacionalidades

Nacionalidade	Curso	Total
Nigeriano	Eng. Química	01
Beninense	Ciências Biológicas	01
Gongoles	Engenharia Elétrica	01
Angolanos	Ciências Econômicas	02
	Comunicação Social	01
Moçambicana	Medicina	01
Caboverdianos	Medicina	02
Guineenses	Letras	01
	Comunicação Social	02
	Odontologia	01
Total		13

Os alunos entrevistados chegaram ao Brasil em diferentes momentos. Três da Guiné Bissau e um de Cabo Verde chegaram em 2009. Outro de Cabo Verde, um da Nigéria e um do Congo chegaram em 2011. Em 2012 chegaram um da Guiné Bissau e outro de Benin.

3.1 Em busca de novos horizontes

As motivações relacionadas à vinda de jovens africanos para estudar no Brasil estão diretamente ligadas a continuidade dos estudos, que por vezes não é oferecida em seus países de origem. Mas, esse interesse está diretamente associado à vontade de conhecer outro país, outra cultura, fazer novas amizades. Mesmo alguns estudantes que já faziam curso superior, preferiram deixar seus países de origem em busca de novos conhecimentos, em sentido mais amplo.

No caso dos guineenses entrevistados, a busca por novos conhecimentos foi o motivo principal para migrar. No entanto, não se referiam exclusivamente a conhecimentos acadêmicos, mas outros decorrentes da experiência de viver em outro país. Esse motivo costumava ser associado a outro, como por exemplo, a escolha por um país lusófono

É que eu queria sempre sair da Guiné-Bissau para estudar fora, conhecer outra realidade, outra cultura, inclusive a brasileira, outra coisa também que me atraiu é a língua portuguesa... fica mais fácil para adquirir conhecimento.(Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo Guineense graduado em Letras na UFMA)

Para outro guineense, o fato de estudar fora potencializaria sua formação, dando mais prestígio à sua qualificação em seu país:

Saí para estudar fora do meu país, não porque não tem a universidade no meu país, é como os brasileiros que saem também para fora para estudar e quando terminar de estudar nesse país, voltar para o seu país você ganha mais credito, por razões de que você estudou fora, tipo ainda quando for o EUA.Então é a mesma coisa que eu fiz, para poder ter mais credito assim que eu formar e voltar para o meu país... mais facilidade para conseguir o emprego, devido que estudei fora, ainda quando é no Brasil.(Entrevista concedida em outubro de 2014 pelo Guineense Graduado em Comunicação Social (Relações Públicas - UFMA).

De forma semelhante colocou-se o outro guineense, estudante de Comunicação Social, reforçando a possibilidade de adquirir mais experiência:

O primeiro motivo é de me formar, outro é conhecer outra cultura, povo e fazer outras amizades, no outro ambiente com mais experiência, para levar ao meu país, são os principais motivos que me fizeram a sair do meu país.(Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo guineense estudante de Comunicação Social (Jornalismo - UFMA)

A guineense, única mulher entrevistada, associou a vontade de conhecer outros lugares ao desejo de amadurecimento como pessoa, longe da família:

Preferencialmente, não tenho motivo certo, mas primeiro é vontade de sair do meu país conhecer outras cidades, viajar e me tornar adulta, longe dos meus pais. Isso vai me deixar mais madura e de poder me virar sozinha.(Entrevista concedida em novembro de 2014 pela guineense, estudante de Odontologia- UFMA)

Os alunos de nacionalidade angolana reforçaram a importância de estudar fora de seu país, por entender que em Angola não há cursos superiores no mesmo nível que há no Brasil

Gostaria de fazer uma apresentação breve sobre o meu país, se tornou recentemente um estado de paz, depois da guerra civil e a estabilidade acadêmica no momento, está no processo de construção, devido os conflitos que aconteceram no passado. Então eu sempre sonhei de fazer o curso da Comunicação Social, com ênfase em Jornalismo... e lá no meu país esse curso ainda não está bem desenvolvido, a demanda é muito grande e muita gente vai atrás desse curso para poder se formar nessa área, e o Brasil é um país que já está muito a frente em relação a educação, são um dos motivos que me trouxe aqui. Estudar num outro país, afim de ter outra qualidade acadêmica diferente daquilo que é do meu país (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo Angolano, estudante de Comunicação Social Jornalismo - UFMA)

Por outro lado, foi apontado que a formação no exterior daria maiores vantagens na disputa pelo mercado de trabalho:

Para uma melhor realização profissional no mercado angolano, há uma ligeira vantagem de quem formou fora, no que tange ao mercado do trabalho, a busca de uma realização profissional mais diversificada e ampla que me levaram a sair fora do meu país para estudar no estrangeiro (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo Angolano, estudante de Ciências Econômicas - UFMA)

O estudante nigeriano colocou como principal motivação para estudar fora poder viver a experiência de conhecer nova cultura:

Poder conhecer a outra cultura, aprender as coisas novas, além das que eu já tinha apreendido no meu país, apreender uma nova língua... são os motivos que me levaram sair do meu país. (Entrevista concedida em outubro de 2014 pelo Nigeriano, estudante de Engenharia Química - UFMA)

A mesma motivação levou o beninense a vir para o Brasil:

Na verdade, o meu sonho sempre foi sair fora do meu país para estudar fora. Conhecer outra cultura diferente e ganhar também outros conhecimentos, é um sonho de qualquer que seja jovem da África, e depois formar, levar esse conhecimento, voltar para aplicar em desenvolvimento do seu país. (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo beninense, estudante de Ciências Biológicas - UFMA)

Para a caboverdiana, o que a levou a sair do seu país foi o interesse em cursar medicina, curso que não existia em seu país:

Assim, porque eu queria fazer a medicina, e em Cabo-Verde não existe a faculdade de medicina, então a única opção realmente é procurar um outro país (Entrevista concedida em novembro de 2014 pela Caboverdiana, estudante de Medicina - UFMA)

Estudar foi o pretexto para o deslocamento da África para o Brasil, mas outros interesses pautaram essa decisão, principalmente a busca por uma experiência fora de seu país.

3.1 Por que o Brasil e o Maranhão?

No que se refere aos motivos para estudar no Brasil, quase a totalidade dos entrevistados afirmou não ter sido propriamente uma escolha, mas resultado de questões de ordem prática tais como ser um país lusófono, ter amigos ou parentes que aqui já viviam ou ainda ter sido a única possibilidade que se colocou no país de origem. Apenas um informante disse ter escolhido o Brasil por querer conhecer esse país.

Os estudantes guineenses não apontaram nenhuma razão especial para estudar no Brasil. O que foi enfatizado por eles foi a importância de estudar fora de seu país.

Estudar no Brasil é como estudar no qualquer outro país, porque tenho outro irmão que está estudando no outro país, e tudo é normal, aqui pelo menos não tem preconceito porque eu não deparei com isso como nos outros países e, melhor, nos outros estados do Brasil, principalmente região sul, onde existe mais preconceito, aqui tudo é normal (Entrevista concedida em novembro de 2014 pela guineense, estudante de Odontologia - UFMA).

O determinante em seu caso foram as relações de parentesco, irmãos que já conheciam o Brasil e deram-lhe boas referências.

Eu escolhi o Brasil, porque já tive um irmão que se formou aqui e mais um que ainda está estudando em Fortaleza, me disseram que aqui é bom e escrevi e consegui vir para cá (Entrevista concedida em novembro de 2014 pela guineense, estudante de Odontologia - UFMA).

Surpreendeu-me em certo sentido a afirmação da estudante guineense no que se refere a não ter observado preconceito racial no Brasil. Minha experiência tem sido marcada por atitudes preconceituosas em relação à minha pessoa. Outros guineenses, que aqui vivem, também fazem referência ao preconceito racial. Entendo que no caso da estudante referida acima o preconceito não tem sido sentido devido a cor de sua pele não ser tão escura quanto a dos demais. No Brasil, onde as pessoas são classificadas e discriminadas pela cor da pele (NOGUEIRA, Le), a caboverdiana tem sido classificada como “morena”, tonalidade de pele semelhante a da maioria dos brasileiros. E mais, em um país que aposta no branqueamento da população, a pessoa morena é vista como uma etapa mais próxima do branco.

Outro guineense reconhece a importância de estudar no Brasil, mas não destaca nada específico ao país, o que indica que poderia ser qualquer outro. O que aponta é a possibilidade de viver em um país diferente, acrescentar um aprendizado cultural à sua formação:

Sim, para mim, assim como para minha família. Porque é um aprendizado, além do conhecimento acadêmico que estou adquirindo aqui, eu também estou tendo um extra acadêmico, que é um conhecimento cultural. Hoje eu posso falar sobre o povo brasileiro... mas antes não tinha esse conhecimento e também saber lidar com o povo brasileiro, conhecer o limite deles pelo que eles gostam ou não. Pude fazer uma descrição desse povo agora. ((Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo guineense, Graduado em Letras - UFMA)

Na mesma linha colocou-se outro estudante da Guiné-Bissau. O que ressalta é o fato de estudar fora do seu país e ser o primeiro da família a realizar essa empreitada de ter um curso superior.

Claro que tem... porque é uma reputação grande na família, por parte da minha Mãe, eu sou primeiro filho, também sou primeiro a sair para estudar fora, primeiro a obter uma formação superior universitária, do meu pai também sou primeiro a consagrar esse título... porque nós somos catorze filhos de mesmo pai, e sou o primeiro com esse título... e é um orgulho grande mesmo para toda a minha família em geral. (Entrevista concedida em outubro de 2014 pelo guineense, Graduado em Comunicação Social - Relações Públicas - UFMA)

E reforçou o fato de não ter escolhido o Brasil

Na verdade eu não tinha escolhido... Há eu tenho que ir estudar no Brasil..Mas alguns motivos foram que os meus colegas já estavam aqui e me passaram as informações que aqui é muito bom, procura a embaixada do Brasil no país porque vai abrir de novo as inscrições.Assim que você conseguir, aí estudar aqui e depois que você voltar terá a maior chance de ter uma boa categoria no seu trabalho.Foi nisso que eu resolvi inscrever e fiz a prova e fui selecionado e vim para o Brasil, mas não foi um sonho assim que queria mesmo assim (Entrevista concedida em outubro de 2014 pelo guineense, Graduado em Comunicação Social - Relações Públicas - UFMA)

O outro entrevistado da Guiné-Bissau foi ainda mais enfático em afirmar que estudar no Brasil não tem nenhum significado especial, poderia ser qualquer país.

Tem significado sim para minha família... porque mesmo para o meu país também é bom... mas não só porque estou estudando no Brasil, poderia ser no outropaís.O significado seria o mesmo, mas acho estudar aqui é bom, porque vou ganhar o conhecimento da outra cultura e as vivências que estou tendo aqui que, de certo modo, vai enriquecer muito o meu aprendizado ou o meu ser. (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo guineense, estudante de Comunicação Social-Jornalismo - UFMA).

A vinda de uma das caboverdianas para o Brasil também resultou de contatos familiares e, da mesma forma que os guineenses, o Brasil não foi sua primeira escolha:

Na verdade a minha primeira opção era Portugal, porque eu tenho familiares lá.Só que, para o curso da Medicina o Brasil é que disponibiliza mais vagas e também por aconselhamento... uma tia minha formou aqui no Brasil, e merecomendou e falou que realmente o curso da Medicina é muito bom no Brasil, tem bastante atividades práticas e acabei de concorrer para o Brasil (Entrevista concedida em novembro de 2014 pela Caboverdiana, estudante de Medicina - UFMA).

No caso doalunocaboverdiano, houve uma escolha pautada na estrutura do curso de Medicina:

Após várias pesquisas e escutar opiniões de quem já estudava no Brasil, constatei que o curso de Medicina possuía com uma dinâmica e metodologia de ensino que me agradava. ((Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo caboverdiano, estudante de Medicina - UFMA)

O estudante beninense também não colocou o Brasil como primeira opção. A vinda ao Brasil foi circunstancial, resultado de melhores opções relacionadas a bolsa de estudos:

Na verdade é um problema um pouco complicado, eu não queria vir para o Brasil...Querira ir mais a Venezuela para estudar, mas como a bolsa de lá estava muito atrasada, e surgiu a oportunidade de vir para o Brasil e optei e logo vim para o Brasil e agora estou aqui estudar. ((Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo Beninense, estudante de Ciências Biológicas - UFMA).

No caso do nigeriano, o Brasil também não foi propriamente uma escolha, mas a única alternativa que lhe foi dada em seu país de origem:

Na verdade, no meu país as vagas só foram abertas para o Brasil, em relação aos cursos da engenharia no Brasil, é por isso que escolhi o Brasil... (Entrevista concedida em outubro de 2014 pelo nigeriano, estudante de Engenharia Química - UFMA).

O congolês, assim como o beninense, acabou vindo para o Brasil por questões de oportunidade. No seu país havia mais chances de estudar fora através do PEC-G.

A bolsa do PEC-G, é mais fácil de conseguir lá no meu país, supostamente os melhores vão estudar na França, Bélgica e Alemanha e outros Canadá e EUA.Mas, nós, os outros que consideramos menos inteligentes, não tem essas vagas para agente. E quando chegou esse programa, nós aproveitamos, pensando que ia ser a mesma coisa com os que foram para outros lugares que falei em cima. ((Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo Congolês, estudante de Engenharia Elétrica - UFMA).

As questões logísticas também definiram a vinda de um dos estudantes angolanos para o Brasil:

Eu não tive uma escolha em especial. Na verdade, tentei o seletivo para o Brasil, no ano 2013, então candidatei e tudo.Foi aceito e por

isso que vim para o Brasil, mas se fosse um outro programa para outro país iria na mesma, sem uma escolha especial (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolanoA, estudante de Ciências Econômicas - UFMA).

O moçambicano que estuda medicina foi um dos poucos estudantes a ter feito uma escolha pelo Brasil, afirmando seu interesse em conhecer a cultura brasileira. No caso de dois outros angolanos, também foi possível identificar uma escolha pelo Brasil, muito motivada pela questão linguística.

Dada a facilidade da língua, tanto o Brasil, assim como Angola falam a mesma língua (português), apesar de algumas diferenças, no que tange a pronúncias e expressões e mais a familiaridade próxima entre o Brasil e meu país. Lembrando que entre todos os países que falam português o Brasil, no que disse a educação, tem uma certa notoriedade, é muito bem avaliado por mundo lá fora, principalmente entre os países de (PALOP), são os fatores principais que me levaram a estudar no Brasil (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolanoF, estudante de Ciências Econômicas - UFMA).

Além da identidade da língua, o outro angolano referiu-se as semelhanças históricas:

A escolha do Brasil, eu diria que... só pelo fato de nós fazer a parte dos países lusófonos, já na liga historicamente, um país que foi colonizado pelo mesmo colono e falamos o mesmo idioma. Então é mais fácil de eu estudar num país da mesma língua que minha e que o processo de socialização torna mais fácil, do que num país de idioma diferente com meu. Também tem a ver com as políticas sociais e infraestrutura que encontramos aqui no Brasil (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolano, estudante de Comunicação Social – Jornalismo - UFMA).

Da mesma forma que o Brasil não se colocou como uma escolha para a maioria dos estudantes do PEC-G, o estado do Maranhão acabou se configurando como um destino circunstancial. O que definiu o local foram questões burocráticas do PEC-G (remanejamento) ou a presença de parentes ou amigos que já haviam migrado para São Luís, o que facilitaria a adaptação na cidade.

No caso dos guineenses, as relações de parentesco e de amizade foram significativas na definição da cidade onde estudar no Brasil. Isso pode ser observado no depoimento abaixo:

Na verdade eu não conhecia Maranhão, só que o meu primo, estava aqui... mas as minhas opções foram São Paulo e Fortaleza... só que vim para Maranhão porque esse meu primo me influenciou muito para vir estudar no Maranhão. Devido ao baixo custo de vida, a cidade São Luís é muito calma em relação as outras grandes cidades (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo guineense, Graduado em Letras - UFMA).

O fato de já ter uma referência no local favorecia a indicação da cidade no ato da inscrição:

Maranhão, como eu tinha dito, foi através do meu colega que já estava aqui, que me informou de tudo e na inscrição coloquei o Maranhão, de acordo com a orientação dele. Como eu tinha duas opções da escolha, botei São Luis (MA) e Fortaleza (CE), e acabou de sair no Maranhão (Entrevista concedida em outubro de 2014 pelo guineense, Graduado em Comunicação Social - Relações Públicas - UFMA).

As redes de parentesco e amizade também orientaram a vinda de outra guineense para o Brasil.

Cheguei aqui no Brasil e Maranhão no ano 2012. E passei e fui recebida pelo meu irmão, e aqui em São (MA). Fui recebida pelos estudantes africanos e por um tempo morei com alguns desses estudantes e são do mesmo país, mas das etnias diferentes e depois acabei por morar sozinha (Entrevista concedida em novembro de 2014 pela guineense, estudante de Odontologia - UFMA).

E o Maranhão não foi uma escolha:

Na verdade eu não escolhi o Maranhão. Eu tinha escolhido Aracajú e João Pessoa, só que não tinha vaga nesses estados e me mandaram para cá (Entrevista concedida em, novembro de 2014 pela guineense, estudante de Odontologia - UFMA).

Para os angolanos, a rede de parentesco e amizade foi também decisiva na definição do lugar de destino:

Porque já tem amigo aqui na verdade, que é o Osmilde, que eu já conhecia lá no meu país e queria estar junto dele para melhor facilitar a nossa vivência aqui, com intuito de poder facilitar a interação com a sociedade e demais dos que estão aqui e lembrando que o Adriano Kilala, Graduado em Artes (angolano) e agora está fazendo mestrado na história... primo de Osmilde Miranda, já esteve aqui no Maranhão e com isso tudo optei por aqui mesmo (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolano A, estudante de Ciências Econômicas - UFMA).

Para outro angolano, ter parentes no lugar de destino facilitaria a adaptação ao novo lugar:

O Maranhão foi uma opção diferentemente das todas as perspectivas que acabei de citar. Tudo veio de contato com o meu primo que já estuda aqui (Adriano Kilala), que se Gradou em Educação Artística e agora está fazendo mestrado na história. Então seria mais fácil de estar junto de alguém que eu conheço e socializar, naquele lugar através da sua presença, de poder me mostrar todos os cantos da cidade... Então isso foi umas das opções que me trouxe aqui no Maranhão, ter alguém que eu conheço e familiar (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolano, estudante Comunicação Social - Jornalismo - UFMA).

Para outro angolano, o Maranhão, como segunda opção, foi escolhido também por orientação de amigos:

Na verdade, quando eu vim cá para o Brasil, vim com a intenção de estudar no Paraná. Esse estado foi a minha escolha na embaixada, mas devido algumas fases da adaptação, tanto quanto o curso que eu fazia, assim como o clima que eu encontrei no Paraná, fez com que mudasse de lá para o Maranhão, porque além de Maranhão ser um estado de clima tropical, já tinha também os meus amigos que estudam aqui e mim falaram muito bem da UFMA... são um dos motivos que me levaram a pedir transferência para cá, e estou e gostando muito do Maranhão (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolano F, estudante de Ciências Econômicas - UFMA)

O Maranhão colocou-se como terceira opção para o nigeriano:

Na verdade a minha escolha foi para o centro do país (Brasil), Goiás e Brasília, mas tinha a terceira opção: caso você não conseguir as primeiras, aceitaria outra? Sim... e me colocaram no Maranhão, mas não foi a minha escolha... (Entrevista concedida em outubro de 2014 pelo nigeriano, estudante de Engenharia Química - UFMA).

Mesmo quando o Maranhão foi resultado de uma escolha, isso ocorreu de forma aleatória, como foi o caso da caboverdiana:

Na verdade não fui eu que escolhi, saiu na lista e ai pesquisei e achei que é um bom lugar e com o intuito de querer fazer a medicina, não importei do lugar. (Entrevista concedida em novembro de 2014 pela Caboverdiana, estudante de Medicina - UFMA).

Apenas o beninense assumiu que o Maranhão foi uma escolha, mas lamentou não ter na UFMA o curso que gostaria de fazer:

Na verdade eu tinha duas escolhas e mais uma opcional.No entanto, escolhi Maranhão e mais uma que não lembro de cabeça, mas eu queria fazer outro curso que na verdade não tem aqui na UFMA (MA). Com isso eles me deram CiênciasBiológicas como a minha segunda opção do curso(Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo beninense, estudante de Ciências Biológicas - UFMA).

O Brasil não tem sido o destino preferido pelos africanos que, movidos por questões de oportunidade, logística e laços de parentesco e amizade acabam por viver sua experiência diaspórica no Brasil.

3.2 Que país é esse?

O Brasil conhecido à distância e o Brasil onde hoje vivem são apontados pelos estudantes como bem diferentes. Para alguns, a diferença se dá para melhor, pois costumavam ver imagens de muita violência que ocorria no Brasil e ainda não presenciaram isso aqui⁷. Para outros, a diferença se dá de forma contrária, pois viam imagens de um país do futebol, belas praias e mulheres e aqui encontraram desigualdades e preconceitos.

Por outro lado, alguns estranharam as diferenças culturais que supunham não existir como no caso da língua. Isso foi apontado especialmente pelos guineenses:

Não quando eu estava lá na África, Guiné-Bissau, eu pensava o Brasil de outro jeito... Então logo que cheguei aqui, já senti algumas diferenças do que eu pensava que era, primeiramente, a diferença cultural, levei um choque falando em relação à língua... O Brasil fala português que nem o meu país também fala, e pensei que era a mesma coisa.Quando cheguei aqui e comecei a falar com as pessoas, não entendiam, mas eu entendia que eles me falavam, a maioria não entendia nada.Ai eu perguntava, mas como é? Falo português e vocês não entendem nada... e outra coisa também em relação à cultura, o acolhimento, a forma de receber as pessoas, o brasileiro nunca te convida para casa dele, nunca.Você vai ser amigo da pessoa aqui por muito tempo, mas nunca vai te convidar para a casa dele, é uma coisa muito diferente de nosso.É basicamente isso, e quanto a culinária tem algumas ementas que são diferentes o relacionamento entre as pessoas, principalmente afetivo, me fez estranhar muito (Entrevista

⁷ Cabe destacar que em outro momento vários desses estudantes apontam a violência como o maior problema no Brasil.

concedida em novembro de 2014 pelo guineense, Graduado em Letras - UFMA)

Para outro guineense, a imagem a que teve acesso antes remetia a um Brasil bastante violento, que ele ainda não tinha observado:

Não, eu não acho isso...eles mostravam mais a favela, coisas de trafico mal assim.Mas desde que eu cheguei aqui nunca vi isso. Ouvi dizer dos tiroteios, mas de forma alguma cheguei de vivenciar isso. (Entrevista concedida em novembro de 2014 pela guineense, estudante de Odontologia - UFMA).

Posição contrária assumiu outro guineense, para quem a imagem anterior era plena de maravilhas:

Não. o Brasil que eu via lá... era a imagem importada, não tem índice da violência e não tinha essa discriminação racial.Tudo é uma maravilha, não tem pobre e nada de mal... a realidade afinal é outra, que eu estou vivendo. E lá, eu não conhecia o interior do Brasil.Mas, quando cheguei aqui percebi que deixou de mostrar várias coisas por trás dessa imagem importada do Brasil. Por isso, eu digo a minha experiência aqui no Brasil, foi extraordinário, posso dizer o que é o Brasil e os brasileiros.Então, a verdade é essa o que eu via lá não é o que eu estou vendo agora (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo guineense, estudante em Letras - UFMA)

Os angolanos, embora admitindo que o Brasil que encontraram aqui diferia daquele que haviam conhecido desde Angola, relativizaram suas impressões sobre o Brasil, ponderando aspectos positivos e negativos:

Não, os dados são outros. Às vezes o que dizem na TV, nem sempre o que agente vê na TV.Por exemplo. Em relação às mulheres brasileiras, coisa de gênero, assim. Mas quando você chega aqui, dá para perceber que o Brasil tem dois lados, bom e mau. A cultura como se fosse uma mercadoria, que conserva. Então o Brasil que agente via na TV, para mim é de fantasia, onde todo mundo é bem vindo, onde o negro entra onde quiser, mas que não é bem assim. Tem questões raciais muito forte demais. E para mim é um país que você pode conviver com o bem e mal, deixar o mal de lado e viver o melhor possível. Até acho que é um Brasil melhor em relação ao que ouvi falar (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolanoA, estudante de Ciências Econômicas - UFMA)

Outro estudante angolano reconheceu que a diferença, observada entre o Brasil visto daqui e o Brasil visto de Angola, devia-se ao fato de ter obtido informações sobre o Brasil pelas redes sociais e pela televisão, espaços onde são veiculados estereótipos:

Acredito que não. Porque em Angola, eu via o Brasil a partir das redes sociais e a TV. E aí esse Brasil que eu via lá é construção de estereótipos... só mostrava o lado bom do Brasil/acolhedor, o Brasil em que a pobreza os negros não fazem parte do contexto social, você tem toda a igualdade racial social aqui no Brasil. E, chegando aqui, fui notando que as coisas não são bem assim. E quebrando os estereótipos que eu via construir antes. O que me mais chamou atenção foi no dia que eu cheguei no aeroporto de São Paulo (Guarulhos), passamos pelo processo de *check in*, enquanto esperávamos o nosso amigo em São Paulo e vi os dois homens se beijando e me chamou muita atenção e logo percebi que já não estava mais no meu país, mas sim num país chamado Brasil (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolano, estudante de Comunicação Social - Jornalismo - UFMA).

Nesse sentido, um angolano admitiu que parte do que encontrou aqui no Brasil condizia com a imagem que havia construído em Angola, porque a imagem variava conforme a cidade que era tomada como instrumento de representação do Brasil:

Uma parte sim e outra não. Por exemplo, se alguém quer saber do Angola, ele vai ver Luanda (capital), enfim capitais mais turísticas, províncias... então eu quando estava na Angola, eu via o Brasil a partir do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia... e nós sabemos que o São Paulo é uma cidade comercial e sabemos que Rio e Bahia são as cidades turísticas e, com isso, você vê que os povos que trabalham com essa temática, eles vão ter mais abertura para receber as pessoas, principalmente um estrangeiro e tudo mais. E essa ideia reflete quando você está no seu país, pensando que tudo é assim e sabendo que a nossa presença aqui não diz somente a visita, mas sim uma permanência temporária... Aí você começa a notar as diferenças, porque aqui no Brasil, cada lugar é um estado e com isso todos têm os seus regimes e regras a serem cumpridas seja como for. Então cada estado é um estado (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolano F, estudante de Ciências Econômicas - UFMA).

O estudante nigeriano também relativizou o tipo de imagem do Brasil veiculada pela televisão em seu país e admitiu ter tido surpresas agradáveis, pois imaginava o Brasil como o país da violência:

Não é o mesmo, porque o Brasil que eu via na TV... Eles passavam aquela cultura que posso dizer, coisas de crimes, muitas coisas que não prestam, pessoas vulgares, mas quando eu cheguei aqui encontrei coisas diferentes, como por exemplo: pessoas religiosas, um

pouquinho de tudo, que não dá para generalizar. (Entrevista concedida em outubro de 2014 pelo nigeriano estudante de Engenharia Química - UFMA).

Um Brasil de festas e belezas naturais. Essa havia sido a imagem construída pela estudante cabo-verdiana. Um Brasil de novelas:

Na verdade é diferente, a visão que eu tinha do Brasil, é o algo que é mais passado nas novelas... aquele lugar cheio de folias, de festas as pessoas animadas, lugares lindos. Tanto quando eu fiz a minha pesquisa sobre Maranhão, me lembro que até tinha assistido uma novela que tem sido feito aqui no Maranhão e dava uma perspectiva muito bem diferente do lugar que é..Eu sempre gostei do Maranhão desde início, me adaptei, tanto que no primeiro me deram opção de eu queria transferir para outro estado e optei por ficar aqui mesmo. Porque realmente gostei daqui, mas aquela coisa que agente vê nas novelas que tudo é lindo/maravilhoso, o Brasil tem muitos problemas... desigualdades em relação à pobreza, à violência, corrupção... Tudo isso me fez ter uma outra visão agora, mas continuo acreditando que é um bom lugar para morar (Entrevista concedida em novembro de 2014 pela Cabo-verdiana, estudante de Medicina- UFMA).

No caso do estudante do Benin, não houve relativização. Esse não era o Brasil que ele imaginava e, especificamente o Maranhão, considera mais “atrasado” do que seu país:

Não. Porque quando eu estava planejando a minha viagem para o Brasil, lá no meu país eles me falaram você vai fazer primeiro a língua e depois, se passar, aí começar a fazer o seu curso e você vai começar a receber sua bolsa direto sem mais nada. E eu pensava que ia ver o Brasil em todas as partes de estados bonitos, mas não é isso. O Maranhão, por exemplo, acho eu que é um estado muito atrasado. Ainda, comparando ele com meu país, é muito atrasado demais. (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo Beninense estudante em Ciências Biológicas - UFMA).

Muito embora esses estudantes assumam que o Brasil não foi uma escolha ou não foi a primeira escolha, fazem uma avaliação positiva das pessoas no Maranhão

Eu adoro o povo de Maranhão, não tenho muitos amigos aqui, porque passo mais tempo na faculdade do que em casa, ou saindo para divertir... Mas no final de semana fico mais em casa, sempre tem os vizinhos para conversar/divertir. (Entrevista concedida em novembro de 2014 pela guineense, estudante de Odontologia - UFMA)

E acrescentou:

Em geral fica difícil para mim, porque eu não sou ligada a política em essas coisas... mas, pelo menos na minha visão é uma sociedade amiga, compreendem as pessoas, conversam, se alguém tiver problemas pode chamar eles te ouvem, muito diferente dos europeus que eu ouvi falar cada um no seu canto... mas aqui em São Luís pelo menos o bairro que eu moro, se tem um problema você pode ir na casa do vizinho, conversar numa boa(Entrevista concedida em novembro de 2014 pela guineense, estudante de Odontologia - UFMA)

Também faz referência a boa acolhida que tiveram nesse estado, com o qual se sente identificado pela presença antiga de africanos em decorrência da escravidão:

Eu me sinto muito bem recebido aqui no Maranhão, bem situado... Até porque aqui no Maranhão teve um grande numero de escravos que foram trazidos, e essa história nos identifica muito... Temos uma proximidade com o povo maranhense, devido a nossa cor da pele, a nossa cultura africana, que muitos interessam enquanto comunidades descendentes do povo africanos. Querem muito saber, procurando as origens e com isso me identifiquei muito com Maranhão e senti muito bem recebido, e na verdade não tenho nada que reclamar... Tanto pelos colegas que me aproximam assim como aqueles que me vem de longe. Eu me inseri em várias comunidades de diferentes culturas, mas em todas elas mim adequei muito bem e muito bem recebido (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo guineense, Graduado em Letras - UFMA).

E complementou sua avaliação positiva:

Gentileza, ajuda e por tudo, posso dizer que é boa por parte do povo maranhense, até então ao meu lado... principalmente o povo maranhense que me acolheu, porque eu não tenho que reclamar, acontecem poucas coisas mas isso é de minoria e não da maioria. Faço essa avaliação em relação ao povo maranhense, que me acolheram muito bem (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo guineense, Graduado em Letras - UFMA).

A receptividade também foi reconhecida pela caboverdiana:

Eu não diria a sociedade brasileira, mas pelo menos aqui no Maranhão, uma coisa que eu vi desde que eu cheguei é que o povo é bem aberto, receptivo... tanto que quando cheguei junto com meus pais, fomos para uma pousada e quando o meu pai explicou a situação que agente não conhecia a cidade para estudar... já tem pessoas que ofereceram para ajudar. Uma moça se ofereceu para eu morar com ela e dividir apartamento, o taxista que nos pegou no aeroporto, levou agente para conhecer a cidade, nos levou para casa dele e apresentou para a família dele. Então tudo isso me fez sentir bem mais aceita, mesmo que o meu pai tem voltado, não senti tanto a falta da minha família. Porque fui bem recebida e tudo isso se faz sentir em casa e não tanto longe e isso foi muito bem positivo na sociedade maranhense (Entrevista concedida em pela caboverdiana, estudante de Medicina - UFMA).

Os guineenses, de modo geral, temem muito a violência no Brasil. No entanto, alguns haviam afirmado que a imagem do Brasil como um país violento não condizia com o que encontraram quando vieram para cá. Parece dissonante com esse temor em relação a violência:

A única preocupação aqui é a segurança, porque existem muitos assaltos, assassinatos e já fui várias vezes assaltado aqui. Então, a minha maior preocupação é a segurança, do resto está tudo bem (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo guineense Graduado em Comunicação Social - Relações Públicas - UFMA).

Os que não sofreram nenhum tipo de violência, mas já presenciaram, sentem-se da mesma forma:

É o assalto. Nunca fui assaltada, graças a Deus, mas já estive presente no assalto que aconteceu com a minha amiga. Mas fico muito preocupado pelo fato de ter investido no curso... Porque eu sempre ando com materiais na minha maleta e tenho muito medo de ser assaltada... Porque se roubaram a minha maleta acabou o meu curso (Entrevista concedida em novembro de 2014 pela guineense, estudante de Odontologia - UFMA).

O medo da violência está presente, mesmo para os que nunca viveram ou presenciaram uma situação violenta.

É a violência... Porque o Brasil é um país com índice da violência muito alto, aqui você não pode gozar dos seus bens, usar o que você gostaria de usar, tem que ficar escondendo de tudo, mesmo viajando de ônibus, fazendo uma caminhada, você tem que se cuidar porque a violência está fora do controle. Para mim a violência é uma coisa que me mais assusta aqui no Brasil (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo guineense, Graduado em Letras pela UFMA).

A questão do racismo vai se colocar em várias falas dos estudantes, por vezes de forma mais explícita, por vezes mais dissimulada. Tratarei dessa questão no capítulo seguinte.

3.3 A chegada ao Brasil

A recepção a esses estudantes cumpre ritos distintos nas diferentes universidades brasileiras. Como destacado por Kaly (2001), em Santa Catarina, quando foi recebido no âmbito do convênio, a chegada dos estudantes poderia ser definida como “bem preparada pelas autoridades universitárias”, se considerada a imagem que tinham construído da África. Esperando que os estudantes viessem “diretamente das florestas africanas para a vida urbana”, serviram bananas de sobremesa a fim de tornar mais familiar o cardápio. Em Porto Alegre, segundo Mungoi, realizou-se um coquetel inicial com todos os estrangeiros (MUNGOI, 2006).

A chegada ao Brasil e mais especificamente ao Maranhão, em muitos casos é também intermediada por amigos ou parentes que aqui vivem. Fica a critério de cada IES organizar, ou não, essa recepção. No caso da UFMA não existe nenhuma estratégia de recepção desses estudantes. Isso foi observado pela Profa. Lindalva:

Eu posso falar do momento que eu estive, eu ouvi alguns depoimentos que ninguém recebeu ninguém, chegava no aeroporto e não havia nenhuma recepção. O Erick chegou e foi uma surpresa para nós. Claro que se eu soubesse, eu teria ido buscá-lo, porque eu me coloco bem como uma pessoa humana né? Quem não gosta de ser bem recebido ou ser bem tratado? Mas eu ouvi os depoimentos desses alunos que estavam na época que ninguém recebeu ninguém... E tiveram que se virar. Hoje eu não sei como é que está, se a própria comunidade desses alunos, se organiza e recebe os seus colegas recém-chegados, que vêm dos outros países. Não sei como é que está nesse momento aqui na UFMA (Entrevista concedida em 07/11/2014 pela Profa. Dra. Lindalva - UFMA).

Minha pesquisa apontou que tudo permanece como no tempo em que a citada professora esteve à frente do DEOAC. Conforme informou o Prof. Manoel, que coordenou o DEOAC, após a gestão da Profa. Lindalva, torna-se difícil programar a recepção, pois a instituição não tem a data da chegada dos alunos.

Cada universidade estabelece a sua regra da recepção. Quando eu estava como responsável no DEOAC, como eles não chegavam na mesma data, aí eu nunca sei a data certa de eles chegarem. Dizia chega-se até dia tal, por causa da questão logística de cada país, e não teria como impor. E o grupo que quase chegou no mesmo dia foi o

de 2008. Dentre os 08, chegaram 05 no mesmo dia. E botei eles todos no meu carro e levei eles para almoçar e falei para eles: logo a tarde agente vai fazer as matrículas... mas agente recebia todo mundo na Pró-Reitoria de Ensino. Imediatamente levava cada um para o colegiado ou coordenação dos seus cursos, afim de dialogar com eles e apresentá-los, fazendo rápidas pinceladas, falar da forma como gerenciar aqueles estudantes do Convênio em relação ao interesse do estado brasileiro. Sempre levei algumas atividades específicas para esses alunos e visitava-os sempre que podia. E, fazia questão de explicar aos professores e alunos sobre o Programa, porque em alguns casos ficavam muito preocupados de saber de onde esses alunos vieram, e assim por diante, explicando que é um Programa de convênio do Brasil com esses países, já mencionados lá em cima, e que das vagas para esses alunos, que não interferem nas vagas normais dos alunos brasileiros. São preenchidas pela demanda e, se não houver a demanda então evidentemente não vai existir o aluno. A recepção, quanto ao ponto de vista da reitoria, não tinha muita solenidade, se podemos dizer assim eu diria que a recepção ficaria para frente, porque a reitoria sempre estava pronta para conversar com esses alunos quando eles careciam de qualquer coisa. E, sempre dei a liberdade a eles de aparecerem no meu gabinete assim que eles precisassem, sabendo que não é fácil de estar fora da casa (Entrevista concedida em, 11/11/2014 pelo Prof. Dr. Manoel Jesus de Barros Martins - UFMA).

O depoimento do professor indica que a recepção que fazia era uma iniciativa sua, que considerava a importância do Programa e compreendia a dificuldade desses estudantes por estarem longe de suas casas.

No entanto, essa recepção, como o professor indica, não era sistemática, conforme podemos observar no depoimento abaixo:

Eu e o meu companheiro de viagem, Anacleto Domingos, chegamos no Maranhão no dia 26 de Março de 2013 e fomos recebido pelo meu primo, Adriano Kilala, na sua casa sem nenhum representante da Universidade (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolano, estudante de Comunicação Social - Jornalismo)

Após a mudança do Programa de Pró-Reitoria, continuou a mesma dinâmica. A Profa. Responsável pelo Programa afirmou que ainda não haviam preparado nada para receber os alunos em 2015.

Nós não fizemos nenhuma recepção ainda, para o 2015, nós vamos fazer um encontro para apresentar como a universidade funciona, quais são os direitos, do que ele pode se beneficiar, quais são os programas relacionados para eles, isso é para 2015. Mas, até agora o DAE não fez nenhuma recepção (Entrevista concedida em 08/12/2014 pela Profa. Janiery Queiroga da Costa - UFMA).

A Profa. Janiery reconhece que não há nenhum tipo de recepção a esses alunos que os oriente em relação aos caminhos que devem seguir na instituição, nem são apresentados aos seus cursos:

Se a outra Pró-Reitoria (PROEN) fazia isso, não nos passaram essa demanda. Mas sim é importante que façamos essa apresentação ao curso dele de modo que ele seja recepcionado (Entrevista concedida em 08/12/2014 pela Profa. Janiery Queiroga da Costa - UFMA).

De acordo com o Prof. Dr. Manoel, essa tarefa competiria ao DEOAC:

Na verdade quem deveria fazer esse papel de apresentação é o diretor do DEOAC, e quando eu estava lá, sempre fiz esse papel, juntos aos coordenadores dos cursos desses estudantes, e apresentá-los em que fosse necessário, caracterizar o estudante e informar um pouco sobre o programa, o significado e objetivo no sentido geral. Eventualmente as pessoas que trabalharam comigo, faziam isso. Como por exemplo a Elke, vestia a camisa do PEC-G, e bem vestida no sentido de ajudar esses alunos. Às vezes eu não tinha tempo, devido às minhas viagens, ela assumia todas as responsabilidades (Entrevista concedida em 11/11/2014, pelo Prof. Dr. Manoel Jesus de Barros Martins - UFMA).

A Profa. Isabel Ibarra reconhece a importância de melhor recepcionar esses alunos:

Então é assim, tem algo que poderia se fazer em torno daquelas questões que eram tão fáceis de se resolver. Por exemplo, os primeiros momentos que eles chegam, que não é nada fácil, e que a necessidade de ter contato com um técnico, e que seja acolhido mesmo pelo grupo que está aqui. Esses estudantes vão ter um tempo maior na universidade, para conhecer melhor o país e suprimir as dificuldades que eles vão encontrar dia após dia, em relação ao visto, colegas da turma, a sobrevivência, econômica, enfim... Então, é nesse sentido, pensamos chamar todos os coordenadores dos cursos, por que às vezes a UFMA adere a um Programa, mas não avisa aos coordenadores que vão chegar os estudantes do PEC-G. Então, isso são coisas que foram detectadas nessas reuniões, e isso é fácil de se resolver. Olha, nós selecionamos isso mais aquilo e chegam esses estudantes que ganham vagas na universidade, então temos que chamar esses coordenadores dos cursos para informá-los, sobre o PEC-G, o significado e também em relação aos estudantes mesmo... E os coordenadores têm que entender de que esses estudantes podem ter problemas/dificuldades específicas como por exemplo, a língua. Podem não saber, então era preciso esse tipo de sensibilização entre os professores, coordenadores e estudantes. E as primeiras reuniões que foram realizadas, os próprios estudantes relataram os seus problemas, um deles falou assim: olha eu cheguei como paraquedas, tipo ninguém conhecia o PEC-G, nem sabiam se eu estava aqui de mobilidade. Ai falei assim para eles, que eu vim fazer o curso aqui na UFMA... Com isso nós chamamos os coordenadores, informamos que esses estudantes estão chegando e fizemos uma primeira confraternização, junto com a Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, que estava entrando (Entrevista concedida em 10/12/2014 pela Profa. Isabel Ibarra - UFMA)

A professora Lindalva afirmou que desde o início faltava um melhor acolhimento para esses estudantes e que seria importante que a universidade programasse uma acolhida mais humana

Meu desejo que a Universidade aprenda a se colocar no lugar do outro. Então, é meu desejo que as coordenações dos cursos, centro acadêmico, a reitoria, recebam esses alunos e não criem uma situação de constrangimento. Então, o desejo é que a recepção e cuidados desses alunos que vem de outra parte do mundo, que seja de uma forma humana. (Entrevista concedida em 07/11/2014 pela Profa. Dra. Lindalva da UFMA).

Os estudantes afirmam que conseguem vencer as dificuldades iniciais no novo lugar e na universidade graças ao apoio de amigos e parentes. A recepção acolhedora acaba acontecendo por parte de amigos, parentes e pessoas que vão conhecendo no Brasil:

Apreendi que o Brasil é acolhedor desde o dia que cheguei em São Luís do Maranhão. Fui recebido por pessoas que me fizeram se sentir em casa, pessoas que me disseram que cuidariam de mim como filho e fizeram até o momento que os deixei para ir morar em outro local. O início da convivência não foi difícil do meu ponto de vista, devido ao local em que me instalei e das pessoas que conheci. A vizinhança era muito acolhedora e tinham um senso de comunidade muito forte que me permitiu fazer as devidas comparações com o meu local de nascimento, com o bairro em que vivia em Angola. Ou seja, não via muita diferença na forma como as pessoas viviam lá no Bacanga e como as pessoas viviam no Cazenga, em Luanda. Esse senso de comunidade permitiu-me a adaptação rápida no bairro, conhecer as pessoas e em menos de seis meses se sentir parte do bairro. (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolano A, Graduando de Ciências Econômicas - UFMA)

Embora entenda que a universidade deveria ser o porto seguro numa diáspora como essa, isso em certo sentido só vai acontecer depois:

A universidade é o porto seguro de todo o estudante do Programa Estudante Convênio de Graduação – PEC-G, é através dela que nos sentimos de certa maneira ligados ao Brasil. Este é o primeiro pensamento que nos vem a cabeça, de que longe de casa, da cultura, dos amigos o único lugar que nos pode assegurar proteção e nos fazer se sentir em casa é a universidade. Mas não é bem isso que acaba acontecendo, somos acometidos pelas circunstâncias e percebemos

que estando aqui no Brasil. O bairro pode nos fazer se sentir em casa, a própria universidade, alguns amigos que conhecemos e próprio modo como vivemos aqui. É nesse sentido que a maioria dos estudantes africanos pertencentes ao Programa já citados realizam festas de confraternização e encontros acadêmicos para juntos nos sentirmos um pouco em nossos países natais. Lembro bem da realização em 2014 do encontro dos estudantes africanos alusivo ao aniversário do continente. Foi um evento que teve uma boa participação de brasileiros que culminou com uma festa a moda do continente – pelo menos foi essa a nossa proposta. O que nós africanos pudemos aprender de eventos como esses realizados em 2014 foi que o povo brasileiro está ávido para conhecer mais de perto o continente berço e as pessoas nele residente. (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolano A, estudante de Ciências Econômicas - UFMA)

O descompromisso da UFMA no que se refere ao acolhimento desses estudantes vai se tornar mais grave quando ocorrem situações que requerem maior atenção, como no caso de adoecimento. Um dos estudantes angolanos, ao chegar a São Luís, não teve nenhum acompanhamento da UFMA e, infelizmente adoeceu:

Depois daí, a Universidade não fez nenhum acompanhamento. Graças a Adriano Kilala conseguimos tratar toda documentação na época. Duas semanas depois, adoeci pequei malária e dengue ao mesmo tempo. Só o meu primo e o meu amigo de viagem ficaram a me cuidar de cima para baixo. A Universidade tomou conhecimento mais tarde, mas eu já estava muito grave, quase sem mais forças no hospital da Unidade Pronto Atendimento (UPA), sem o acompanhamento especial da universidade. (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolano, estudante de Comunicação Social - Jornalismo)

São principalmente os amigos aqui construídos, os encontros e festividades que vão permitir se sentir em casa e não na universidade como era esperado.

3.4 A vida na UFMA

Os estudantes africanos divergem um pouco sobre o nível de sociabilidade que estabelecem entre si. Tenho observado esse convívio de perto desde 2010, quando ainda morava em Bacabal, mas frequentava semanalmente campus do Bacanga onde participava, como ouvinte, de uma disciplina da pós-graduação em Ciências Sociais. Na

primeira vez em que estive nesse campus encontrei um aluno africano, com quem estabeleci amizade.

Logo de início percebi uma diferença entre a UFMS e UFMA. No Mato Grosso do Sul, presença dos alunos negros é muito mais visível. Isso me deixou um pouco confuso porque não conseguia identificar os estudantes africanos na UFMA devido ao fato de que alguns estudantes brasileiros terem a mesma cor da pele estudantes africanos.

Nasida e vindas comecei a conhecer mais estudantes africanos do PEC-G, conhecendo um a um tanto pelo nome, assim como sua nacionalidade. Quando eu estava em São Luís, ficava no hotel porque não queria incomodar nenhum deles, até que uma conterrânea minha, estudante de turismo, questionou porque eu pagava hotel se tinha os colegas em São Luís. Mas continuei achando melhor buscar um local para alugar, o que não se concretizou, pois primeiro estudante havia conhecido na UFMA convidou-me para ficar na casa dele: “você é nosso irmão agente não pode deixar você pagando hotel toda vez que está aqui em São Luís, isso não é uma coisa correta”. Em na sua casa moravam mais dois estudantes da Guiné-Bissau. Meus encontros com eles e outros mais ocorriam na hora do almoço, no restaurante universitário.

No início eu conhecia mais os estudantes da Guiné-Bissau, com o passar do tempo, comecei a conhecer outros, de diferentes nacionalidades cultivei uma boa relação com eles. Depois que mudei para São Luís ficou mais fácil a convivência porque fiquei mais próximo deles porque temos algumas coisas em comum.

Há alguns que gostam mais de conversar, se divertir e outros preferem ficar um pouco distantes, mais observando. Entre as nacionalidades que estão aqui presentes, percebo um pouco mais o afastamento dos caboverdianos. Alguns deles preferem ficar sozinhos, sem se misturar com outros estudantes

A sociabilidade desses alunos africanos, no campus, especialmente dos meninos, se dá pelo jogo de sinuca, antes ou após do almoço, das reuniões de grupos para conversar próximo à área de vivência, sobre futebol, política, problemas sociais, ou pessoais ou acadêmicos, cada um falando sobre as suas frustrações em relação as disciplinas, trabalhos, professores, enfim, do curso em geral.

Fora do campus acontecem festas, churrascos, idas a praias, a igreja e estudos durante finais de semana. Sempre que um dos desses estudantes faz aniversário, convida

todos a participarem da comemoração e geralmente é feito um churrasco e todos se divertem com as músicas e danças africanas, de todos os estilos possíveis...

Esse tipo de festa se repete quando um dos países desses estudantes faz aniversário. Houve uma dessas festas para comemorar a independência da Guiné-Bissau, que reuniu os estudantes africanos e brasileiros. A festa teve comida típica, africana e brasileira.

Muito frequente, também, é o jogo de futebol. Os jogos começaram na quadra da UFMA, reunindo estudantes africanos e outros grupos de estudantes da UFMA, assim como servidores que nela trabalham. Depois passaram a ser realizados fora do campus, em um campo no bairro Sá - Viana, próximo da UFMA. Costumam disputar o jogo um time dos africanos contra o time de moradores do Sá Viana com funcionários da UFMA. Após o jogo ocorrem confraternizações, onde se ouvem música tanto da África como do Brasil. Os moradores desse bairro, na sua maioria, são negros e pobres e alegam que nós somos todos do mesmo lugar e ficam muito satisfeitos com a nossa presença no bairro, que lhes permite conhecer um pouco da realidade do nosso continente, onde estão suas raízes.

Observei que alguns tinham problemas pessoais entre si e que isso poderia ser devido aos choques culturais, pois mesmo sendo do mesmo país, há diferenças culturais.

Conforme o depoimento de um guineense, o relacionamento é muito bom, mesmo entre aqueles de diferentes nacionalidades:

Sim no início quando cheguei aqui, praticamente todo mundo vivia numa casa né... pois mudamos e teve separação devido que não conseguimos uma casa que cabe todo mundo e, com isso, moramos nos bairros diferentes. Mas acho que o relacionamento é muito bom entre esses estudantes africanos... Tanto os de diferentes nacionalidades tem uma boa relação. Não sei o porque, mas na minha opinião acho muito bom. (Entrevista concedida em outubro de 2014 pelo guineense, Graduado em Comunicação Social - Relações Públicas - UFMA).

Para um estudante angolano, no geral os estudantes do PEC-G mantêm boas relações entre si. Mas reconhece que alguns interagem mais que outros:

Bem essa pergunta, fica fácil e difícil de responder ao mesmo tempo, porque existem sim uns que interagem e outros não. Por exemplo, no meu caso, interajo com todo mundo, os motivos é saber que você vive no estrangeiro, não dá para viver sozinho e o bom é junto dos seus companheiros/amigos que você pode pedir alguma coisa quando

quiser e ele também. Mas existem aqueles que não misturam com os outros que as razões são desconhecidas por mim. Até porque, mas as relações entre todos os alunos do PEC-G, não só africanos assim como outros também é boa (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolano A, estudante de Ciências Econômicas - UFMA)

A estudante cabo-verdiana afirma que os que estudam no campus do Bacanga mantêm maiores relações entre si. Mas no caso dos alunos de Cabo Verde, que estudam fora do campus, acabam por ficar mais afastados, o que ela atribui a uma questão circunstancial:

Assim, do que eu vejo, depende. Os que estudam na UFMA são realmente unidos, tanto que a maioria mora perto um do outro. Assim, como no início, quando eu morava na residência estudantil, ficava próximo das outras nacionalidades, dava para ver que... principalmente o povo da Guiné-Bissau são mais unidos e eles fazem tudo junto. Agora, o que muitos reclamam é que os cabo-verdianos são mais afastados. Mas, na verdade, a maioria, pelo menos no início, mas agora tem mais cabo-verdianos que chegaram também para estudar, antes era só três e esses fazem o curso de Medicina... E o curso não é aqui na UFMA. É bem lá no centro e agente acaba se afastando. Então ficava aquele clima de que agente não quer misturar, mas nada disso, nós não temos nada contra as outras nacionalidades. Tanto que eu venho para cá e tento falar com todo mundo. A gente é unida mesmo, os caboverdianos que são um pouco mais afastados, agente tenta ficar próximos e conversar (Entrevista concedida em novembro de 2014 pela Caboverdiana estudante de Medicina - UFMA).

O aluno oriundo do Benin, apesar de admitir que há certa interação entre os africanos, ressaltou que também há problemas, brigas, e que as diferenças culturais influenciam essas divergências:

Sim, agente se conversa e interage um com outro, mas quando cheguei aqui no Maranhão já tive problemas com os alunos africanos. Mas isso é uma coisa que não falta, que sempre vai ter, a briga. Eu sou de outro país e único do meu país aqui. E, com isso, as vezes a convivência com os outros africanos não é tão boa. Mas eu tenho amigos guineenses que eu me dou muito bem com eles, mas nem todos e alguns agente só cumprimenta e mais nada, não tem aquela conversa de afinidade mesmo. E, também, devido a cultura dos países diferentes e de outras pessoas querendo ser mais do que os outros, isso também influencia muito. E com isso fico na minha, porque eu não gosto de alguém se mostrando em cima de mim, na hora eu afasto de você e te falo na cara e saio logo, mas vamos nos cumprimentar sim, mas não vai ter mais aquele diálogo íntimo assim (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo Beninense, estudante de Ciências Biológicas - UFMA).

Na mesma perspectiva se colocou outro angolano, ao afirmar que as diferenças culturais entre os africanos acabam por dividi-los. Também, entende que há alguns estudantes que querem se mostrar superiores a outros, o que dificulta as relações:

Na verdade agente chega aqui, cada um com a sua cultura diferente né? E isso não se pode pautar simplesmente pela igualdade, mas sim pelas diferenças que agente vai se apresentar aqui. E, normalmente, essa diferença, em vez de nos unir, acaba de nos separar cada vez mais. Os estudantes aqui são muitos distantes um dos outros. Muito individualismo. A unidade aqui é um fracasso para nós, devido as rivalidades que nós criamos dentro da Universidade. Em que uns querem ser superiores aos outros, coisas que não existem entre a raça humana né? Que ninguém é superior e cada um é o que ele é. E é isso que deveria ser demonstrado dentro da sociedade. Infelizmente isso não é visível entre nós, há uma separação e as diferenças sociais que agente acarreta conosco (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo angolano, estudante de Comunicação Social - Jornalismo - UFMA).

Outro estudante angolano fez referencia aos encontros que procuram fazer para “honrar” o continente africano:

No que tange aos africanos, agente conversa entre nós se reúne de vez em quando. Devido a vida de correria de estudar, não permite agente estar toda hora, mas assim que tiver um tempinho reunimos e confraternizamos como por exemplo, dia da África, agente procura fazer algo para honrar o nosso continente na medida do possível. E, sempre pela UFMA, agente conversa, pode ser dois por ali e por lá, mas sempre tem diálogos... sabendo que nem todos estão no mesmo lugar, mesmo assim procuramos saber como cada um está pela internet, ligação de cel. *watsapp* para ficar informado sobre colega. (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolano, estudante de Ciências Econômicas - UFMA)

Esse mesmo aluno admitiu que, no início, havia um clima de estranheza na sala de aula, por ser estrangeiro:

Quando comecei o curso, o relacionamento é sempre aquele da estranheza, estrangeiro na nossa sala. Ficam ainda com as duvidas de se aproximarem ou se há uma recusa em relação ao colega novo. E, na verdade, os que comecei juntos muitos desistiram do curso. Mas o nosso relacionamento a partir do meu ponto de vista foi normal, sempre me dei bem com os professores e colegas da sala e demais colegas do curso. Sempre relatei muito bem com todo mundo (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolano, estudante de Ciências Econômicas da UFMA).

Para muitos, a grande dificuldade era com a língua, pois mesmo os lusófonos afirmaram que costumam não ser compreendidos pelo seu sotaque de português de Portugal.

Olha, já que eu não sou nativo de português, não falo muito bem a língua, às vezes tenho a dificuldades de interpretar algumas coisas ou textos, às vezes eu procuro os professores para tirar as minhas duvidas ou dificuldades... E me tratam muito bem, da melhor maneira possível, e posso dizer que esses são os tratamentos especiais que eu recebo dos meus professores e alguns colegas também do curso ou da sala de aula me tratam do mesmo jeito(Entrevista concedida em outubro de 2014 pelo nigeriano, estudante de Engenharia Química - UFMA).

A dificuldade de compreensão do que era dito e de se fazer entender foi apontada por outro estudante:

Na primeira instancia os professores tinham a dificuldades de me entender, devido ao meu sotaque, jeito de falar, contudo agente fala o português de Portugal. E tinha dificuldade para me entender, até sentia receio de falar, porque quando eu quero falar uma coisa, tipo tirar a minha duvida, toda a turma vira para me escutar e fica olhando, ai fico com vergonha disso... E muitas das vezes eu fico com muitas duvidas na cabeça e prefiro ficar calado, porque ao abrir a boca, acontece a mesma coisa e fico com a vergonha de falar. Mas se não tem como mesmo, eu falo, questiono a minha duvida(Entrevista concedida em outubro de 2014 pelo guineense Graduado Comunicação Social - Relações Públicas - UFMA).

A pressuposição de que os estudantes, oriundos de países definidos como lusófonos, possuem bom domínio do português é fruto de uma perspectiva pautada pela *colonialidade*. O Português costuma ser, para esses estudantes, a segunda ou a terceira língua. Isso justifica as dificuldades que enfrentam para acompanhar o ritmo dos estudos.

3.5 A vida acadêmica

Apesar das dificuldades encontradas, especialmente em relação à língua, os estudantes africanos se esforçam muito para acompanhar o ritmo do curso:

Eu faço o máximo do possível, para poder aproveitar, todos os conteúdos que os professores passam. O que não deu para entender, vou ler no próximo dia... Mas os professores são bons e fazem o máximo para entender, também os alunos, embora há outros professores que não tem boa didática. Eu faço questão de entendê-los

e não relaxar que nem outros alunos, tentar ler na medida do possível, sem ter os conteúdos atrasados e consigo ler de todas as disciplinas. (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolanoA, estudante de Ciências Econômicas)

A aluna cabo-verdiana considera que, quando os professores percebem que é estrangeira, procuram dar uma atenção especial, pressupondo que tem dificuldades:

Se eu não falar que sou de fora... principalmente agora que eu quase não tenho sotaque nenhum, se não falar que sou de fora ninguém percebe nada e me deixem em paz. Há aquela coisa quando o professor fica sabendo e tenta te dar uma atenção especial. Mas acho que é devido aquela visão que eles têm, país carente precisa de ajuda. Mas entre os meus colegas é tranquilo (Entrevista concedida em novembro de 2014 pela Caboverdiana, estudante de Medicina - UFMA).

Muitos contam com o apoio dos professores e de colegas. O estudante do Benin reconhece que recebe um tratamento especial em decorrência de suas dificuldades com o português:

Sim às vezes, devido eu sou de país francófono, e o meu português não é tão bom, o professor sempre preocupa de saber se está tudo bem comigo, durante a explicação. Assim, também com os meus colegas da sala, quando eu não entender alguma coisa pergunto depois para eles e me falam ou explicam. A gente faz os trabalhos juntos discutimos na medida do possível e tudo fica tranquilo, eu e a outra menina da minha sala somos muito bem aceitos (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo beninense, estudante de Ciências Biológicas - UFMA).

O estudante nigeriano relatou que no início todos supunham que ele não aguentaria o ritmo dos estudos

Não tem como mentir para você. Quando eu cheguei aqui, eu era visto como uma pessoa vista pelos outros como alguém que não ia aguentar ficar nesse curso. Era como se eu estava só preenchendo a vaga. Eu percebia isso, nos olhos dos meus colegas e professores. Mas, com o decorrer do tempo, eles começaram a ver que eu tenho a capacidade de ficar no curso. Então foi a partir daí que eles me aceitaram, mas no início foi totalmente diferente... (Entrevista concedida em outubro de 2014 pelo nigeriano, estudante de Engenharia Química - UFMA).

As dificuldades iniciais, marcadas principalmente pelas saudades do país de origem, levaram a estudante caboverdiana a quase desistir:

No início pensei de desistir do curso, logo no primeiro ano. Como é a fase da adaptação meio difícil e, junto ao emocional saudades da casa,

aí eu queria mesmo desistir do curso. Mas acabei de não desistir, porque a Medicina é o curso mesmo que eu queria fazer e não conseguia pensar no outro curso que vai me agradar tanto (Entrevista concedida em novembro de 2014, pela cabo-verdiana, estudante de Medicina - UFMA)

Com o objetivo de articular os estudantes africanos e realizar discussões sobre as relações entre a África e Brasil, já foram realizados seminários na UFMA. Em 2012 ocorreu o primeiro e em 2014 o segundo. Esse último teve a participação de professores africanos que lecionam em universidades brasileiras, sendo um deles egresso do PEC-Ge do coordenador do PEC-G, em Brasília. Esses eventos não foram promovidos pela administração da UFMA, mas contaram com seu apoio. A iniciativa de promoção e a sua organização foi de alunos africanos e docentes, através de seus grupos de pesquisa.

3.6 A ligação com a África

Os estudantes africanos, em seu período no Brasil, procuram manter contato com seus países de origem. Essa é a forma de cultivar os laços de parentesco e manter-se informado sobre os acontecimentos importantes.

A comunicação se dá por diferentes meios, mas o mais utilizado é o telefone, especialmente a telefonia celular. Outros meios, através da internet, também são utilizados, mas no caso de alguns países o sinal do satélite não é muito bom, o que dificulta esse tipo de comunicação.

Uma forma muito comum é a ligação telefônica via *skype*, que barateia seu custo. Essa tem sido uma estratégia dos angolanos:

Através da internet, os meios sociais... *facebook*, *hotmail*, *msn*, *watsapp* e por vezes de *skype*, ligando de celular. É um dos meios que eu utilizo para se comunicar com meus familiares e amigos/parentes. (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolano F, estudante de Ciências Econômicas - UFMA)

Um dos estudantes guineenses reconhece que a comunicação com o país de origem ficou mais fácil quando conquistaram, junto a UFMA, o direito de fazer uma ligação mensal para os familiares. O que não ocorre mais na atualidade.

Quando agente chegou era muito complicado e difícil. Tinha que comprar cartão de crédito para botar no orelhão para ligar e falar com familiares. E, no celular, não passava, a ligação era muito difícil mesmo... Então, decidimos fazer um pedido junto ao nosso

representante do Programa aqui na UFMA. Ele levou o pedido feito nosso para o reitor, que concedeu a ligação, para todos os alunos estrangeiros de PEC-G na UFMA, 5mn por cada ligação de um mês. E, também o DCE liberou para nós a mesma coisa. Só que depois começou acontecer outras coisas por ai, e as ligações foram cortadas. Até hoje o contato só é possível pelo telefone. Quando a família liga, porque fica mais em conta e, também, pela *internet* (Entrevista concedida em outubro de 2014 pelo guineense, Graduado em Comunicação Social - Relações Públicas - UFMA)

Um dos angolanos ressaltou que as dificuldades de comunicação aumentaram quando a UFMA cancelou o benefício mensal da ligação telefônica que todos os alunos do Convênio poderiam fazer:

Quanto a comunicações com meus parentes em Angola, é o caso mais difícil de se fazer aqui no Brasil. Primeiro porque... antigamente a UFMA tinha dado uma ajuda nesse sentido, mas depois foi retirado devido a má gerência na parte desses estudantes. Atualmente, para entrar em contato com familiares, é preciso recarregar *skype* ou através das redes sociais. E, é sabido que os nossos parentes mais velhos não têm essa cultura de desdobrar com essas novas ferramentas tecnológicas, que é rede social, faz com que fica difícil de entrar em contato. Para que eu possa entrar em contato com eles, recarrego o *skype*, que é muito caro. Cada minuto é um real e falando dez minutos você paga dez reais, que não é nada barato, para quem está estudando aqui, com uma situação econômica vulnerável, que não é nada fácil. E falo com eles no máximo em duas ou três vezes em cada três meses. (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolano, estudante de Comunicação Social - Jornalismo - UFMA).

Um estudante guineense também fez referência ao corte da ligação mensal que havia sido uma concessão da UFMA:

Sim, agente só fala pelo telefone. Para a internet, é muito difícil, só uma pessoa que consigo falar com ele. E, com telefone você tem que comprar crédito, R\$ 10,00 equivale a 5mn... Imagina para você falar 5mn com seus familiares, é muito pouco. Anteriormente, tínhamos uma ligação que agente conseguiu com muito esforço no NAE. A gente ligava uma vez por mês, 5mn também. Mas, depois foi cortado e custo da ligação no Brasil é muito caro que não dá para alguém ficar comprando os créditos toda hora para ligar. Ai fica mais de que um mês ou mais para falar com familiares. E isso só é possível quando agente recebe esse auxílio financeiro de MEC, e mais estágio para poder comprar os créditos. (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo guineense, estudante de Comunicação Social - Jornalismo - UFMA)

O nigeriano afirmou que costuma aguardar a ligação telefônica de sua mãe, pois assim a comunicação fica mais barata:

... a minha mãe sempre me liga.Tenho todas as novidades e acompanho todos os acontecimentos sempre... Sabendo que a ligação do Brasil para Nigéria é muito mais caro de que eles me ligar. E, com isso ela decidiu de responsabilizar de ligar para mim sempre. Assim ela me explica tudo sobre a família e eu passo as minhas informações também para ela. Isso assim com a minha mãe... Mas com outros familiares amigos, tem *watsapp*, *facebook*, são essas vias que eu usopara se comunicar (Entrevista concedida em outubro de 2014 pelo nigeriano, estudante de Engenharia Química - UFMA)

Para alguns, a comunicação é mais frequente e sistemática, como ocorre com a cabo-verdiana.

Eu e meus pais e irmãos, agente se fala todos os domingos, pelo skype que é uma benção para quem mora longe. Geralmente, quando tem uma coisa importante assim, o meu pai me liga.Mas, sempre é no domingo que agente fala. Com meus avós, agente fala muito raro, normalmente eu que ligo, uma ou duas vezes por ano, ate porque aligação é de orelhão, que é muito péssima, cai o tempo todo durante a conversa e ligar de outro lugar seria muito gosto. E,às vezes deixo recado para eles através dos meus pais e amigos é pelo *facebook* e agora pelo *watsapp* (Entrevista concedida em novembro de 2014 pela cabo-verdiana, estudante de Medicina - UFMA).

O angolano também consegue fazer uso da internet para se comunicar com seu país:

Hoje em dia, graças a tecnologia, a forma de se comunicar ficou mais fácil, através da internet... *facebook*, *watsapp*, *e-mail*, *msn* e tudo mais.Assim como próprio celular... Essas formas de comunicação ajuda bastante para agente falar com os nossos familiares o mais que queremos... Nem sempre mantém contato com os meus familiares, devidos as ocupações de dois lados. Mas sempre faço questão de deixar eles informados sobre a minha situação aqui. (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolanoF, estudante de Ciências Econômicas - UFMA).

As comunicações com os familiares que permaneceram em seus países de origem tornam-se mais fáceis com os avanços tecnológicos, mas esse caminho nem sempre é viável pois alguns familiares não dominam bem a tecnologia ou então o sinal de internet não favorece as comunicações em alguns países.

3.7 O futuro pós-diáspora

A opção de vir estudar no Brasil, para muitos estudantes africanos, já estava relacionada ao retorno aos seus países de origem. A escolha do curso muitas vezes esteve ligada à necessidade de profissionais qualificados, nessa área, em seus países. Isso ocorreu com um estudante angolano, que mudou de curso, abrindo mão daquele que mais gostava, para atender o que considerava mais importante para seu país:

Já mudei do curso, quando transferi para cá, porque lá em Paraná eu fazia o curso de Ciências de Computação, e dado as dificuldades que eu tive no decorrer do curso e também baseado nas regras que regem o programa PEC-G... vi por mim mesmo de trocar do curso, mas eu gostava de Ciências de Computação, mas devido os meus objetivos naquilo que eu quero para o desenvolvimento do meu país, vi que esse curso não me abria as portas de maneira que eu pensava... e pelo que eu pretendo ser como profissional futuramente, e a economia, foi uma das minhas paixões e é por isso que mudei de curso...(Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolano F, estudante de Ciências Econômicas - UFMA).

Esse angolano reforçou seu compromisso de um futuro em seu país no sentido de contribuir para diminuir as desigualdades econômicas:

Imagina na Angola temos muitos problemas de distribuição de renda e aí você consegue notar os dois grupos diferenciados muito distintos... Existem aqueles que não têm quase nada e passam fome e de tudo e enquanto os outros tem abundantes. O problema disso se encontra nas políticas públicas... nas suas distribuições de rendas e de programas sociais. Sendo isso me sinto mais formar na Economia para poder ajudar os que precisam e meu país, no que disse no desenvolvimento. (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo angolano F, estudante de Ciências Econômicas - UFMA).

Para o nigeriano, o retorno ainda não está decidido, tendo em vista o clima de tensão vivido pelo seu país:

Na conversa com a minha mãe, vi que ela está um pouco indecisa nesse assunto, de ficar ou voltar para Nigéria... ela deixou para eu fazer a minha escolha, tudo depende de mim... porque na verdade eu gostaria que eu morasse num lugar muito tranquilo, já que ela tem noção de que na minha cidade (Nigéria), a questão da insegurança é muito alta, tem ataques terroristas, ataques contra os cristãos e com isso cria medo porque nós somos cristãos... então com isso toda a decisão cabe a mim tomar perante o assunto (Entrevista concedida em

outubro de 2014, pelo nigeriano, estudante de Engenharia Química na UFMA).

Para os angolanos o retorno é uma certeza, mas planejam, antes disso, cursar o mestrado:

A minha família com certeza não pretende que eu fico aqui, a minha mãe quer que eu volte para cuidar dela, dos meus irmãos e de poder passar o que eu aprendi aqui durante os meus estudos, para Angola, e na verdade também são os meus objetivos de voltar mesmo assim que terminar o mestrado caso se tudo der certo. E é por isso que eu esforço muito para estudar e apreender coisas, assim para que possa depois passar bem aos outros lá em Angola. (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo angolano A, estudante de Ciências Econômicas - UFMA).

O outro angolano manifestou o mesmo interesse pelo mestrado e a vontade de retornar ao seu país, levando seus conhecimentos:

Fazer o mestrado e depois disso arrumar para o meu país. Para poder utilizar aquilo que eu aprendi aqui no Brasil, levar esse conhecimento para o meu país, com certeza está precisando desse conhecimento. Sendo trabalhando, ou dando aulas, mas a pretensão é essa (Entrevista concedida em novembro 2014, pelo angolano A, estudante de Ciências Econômicas - UFMA).

A estudante Cabo-Verdiana demonstrou seu interesse em retornar ao seu país, mas deixou claro que seu principal objetivo manter a família reunida. Acredita que, se quiser permanecer no Brasil, sua família virá para cá:

Com certeza voltar mesmo, eles estão me esperando muito, acho que eu falar que um dia quero ficar com certeza vão mudar para cá. *Medicina, integral* (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo cabo-verdiano, estudante de Medicina - UFMA).

Para essa estudante, a experiência vivida no Brasil vai lhe permitir um futuro autônomo

Sem dúvidas algumas é uma experiência que agente vai levar por resto da vida toda, porque em Cabo-Verde, quando eu estava no ensino médio, eu já imaginava que teria que sair do meu país para estudar fora. Tudo que eu imaginava era que seria maravilhoso ganhar a minha independência, de poder fazer de tudo que eu quero. Parece que tem só ponto positivo, agente nunca pensa o quanto vai sentir a falta da casa, morar sozinho. Porque quando você mora com seus pais, não tem nem mínima noção de nada. Olha no que dá economizar o seu dinheiro para pagar aluguel, as despesas da casa e demais

necessidades e de poder ter uma boa alimentação, o quanto você gasta com transporte. Você não tem ideia certa de tudo isso, então fica difícil de fazer uma poupança. Ainda bem que aqui no Maranhão tudo é muito caro, principalmente transporte/alimentação. Então você acaba aprendendo as coisas sozinha, que vai servir para sua vida inteira. Tanto que hoje se eu voltar para Cabo-Verde, não vou voltar para aquela vida que eu tinha antes com meus pais. Porque eu mesmo não vou conseguir, porque agora sou muito independente e mesmo circular pela cidade, eu não conhecia aqui e andava com mapa na mão, como turista, tanto que o meu pai veio comigo, porque eu era dependente não sabia fazer nada sozinha, então toda essa necessidade de vir comigo, de explorar a cidade e ir juntos em vários lugares. Se fosse eu sozinha não daria conta, e teve apoio da Celeste, que me ensinou andar pela cidade... E o Maranhão, comparando com outras cidades do meu país, é cem vezes maior, e para mim tudo era perto é possível fazer tudo no mesmo dia, mas aqui não. Logo quando agente chega tem que ir já para Polícia Federal, Receita Federal e ficava louca de não saber fazer tantas coisas e hoje eu me desdobrei muito bem, então é uma experiência ótima e só tenho que agradecer porque pude fazer o que eu queria né? (Entrevista concedida em novembro de 2014, pela cabo-verdiana, estudante de Medicina - UFMA).

Para o guineense o retorno não está definido e a família acatará a decisão que ele tomar:

Ah, isso tudo depende de mim, eles não me pressionam, e sempre me deixaram... Claro caso eu quiser voltar, sem problema, e se não quiser também, ficar aqui no Brasil, é mesma coisa. Mas se é para voltar, tem que ser o quanto antes sem muita demora (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo guineense, estudante de Comunicação Social - Jornalismo - UFMA).

A minha família espera que eu volte o quanto antes, apesar de eles não saberem como que é o Brasil. A minha mãe não tem condições de me bancar aqui e muito menos ela sabe como que eu vivo aqui... às vezes ela pode pensar assim: o meu filho está no Brasil, formou tem dinheiro... mas não é isso, a realidade é outra. Só quem está é que pode dizer a realidade e, principalmente, quando você já é formado. Imagina, com o meu real desconhecimento sobre o Brasil, vim aqui estudar e a situação se torna outra, você não recebe nada da sua família, porque eles não têm para lhe bancar e você simplesmente estuda e não pode trabalhar. Porque já formado não posso voltar para o meu país? Por tudo que já passei por aqui é uma lição de vida, também posso passar isso no meu país, talvez lá seja melhor, vou ter as pessoas perto para pedir ajuda. Foi a partir desse princípio que tomei essa decisão de ir embora, porque já passei muitas coisas aqui que você não tem ideia. Quando se fosse lá no meu país, a realidade ia ser outra, talvez ficasse mais fácil de se solucionar junto dos familiares. Se para ser rico vou ser lá e se é para ser pobre também vai ser lá sem problema nenhum. Como falei, viver ou ficar no Brasil, é critério de cada um de nós, se alguém achar por bem ficar aqui, para casar ter filhos e trabalhar ou fazer mestrado, doutorado se já é problema dele eu decido por mim mesmo. Eu sai fora do meu país para formar e

depois que formei vou voltar, porque o meu país precisa de mim, não vou ficar aqui para fazer o trabalho escravo, trabalhar na industria carregando caixas, lavar louças e tudo mais, de forma alguma. Passei 5 anos estudando e depois voltar a ser o que eu não queria ser no meu país, para sê-lo no país dos outros jamais. Lá no meu país não vou muito preocupar de pagar aluguel e se eu não tenho, a minha mãe vai me ajudar. Mas aqui, eu pago tudo sozinho, vida difícil e muito complicado principalmente para quem não pode trabalhar (Entrevista concedida em outubro de 2014, pelo guineense, Graduado em Comunicação Social -Relações Públicas - UFMA).

Os angolanos pretendem retornar e destacam a expectativa da família nesse sentido

Bem, é de toda família querer ver o seu filho próximo delané?E a minha não foge muito dessa lógica. Eles pretendem me ver lá, formado, perto deles, ajudando lá na situação, mesmo vulnerável, que o país se encontra, em particular a situação da ajuda, né? Social e política dentro da família (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo angolano A, estudante de Comunicação Social - Jornalismo - UFMA).

O outro estudante angolano enfatizou a certeza da volta:

Até após da minha formação, que eu retorne, não importa o quanto tempo que vai levar... mas assim que eu acabar tudo, é retornar para o meu país. (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo angolano F, estudante de Ciências Econômicas - UFMA).

E acrescentou, apontando as vantagens da experiência vivenciada com o PEC-G e as possibilidades de no retorno contribuir para o desenvolvimento do seu país:

Na verdade eu acho muito bom, esse programa de PEC-G, que nós estamos aqui a estudar na UFMA... uma vez que tem alguém que tem que saber o que nós estamos fazendo aqui, as nossas relações, se o curso está valendo pena ou não, eu acho muito bom... Mas, na verdade, eu não tenho muito que acrescentar, é só dar a forças e esperar que tudo dar bem, porque nós todos somos estudantes então, e a tendência é essa, depois de formar retornar ao país para ajudar no seu desenvolvimento (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo angolano A, estudante de Ciências Econômicas na UFMA).

A perspectiva do retorno ao país de origem está presente na fala dos vários estudantes entrevistados. Percebi que nenhum se refere a esse retorno como um compromisso assumido no momento em que se torna um estudante convênio. Conforme

disposto no Manual do Programa de Estudantes Convênio de Graduação, o aluno tem prazo determinado para retornar ao seu país.

Ocorrendo, em função da formatura, o desligamento do estudante-convênio, este terá o prazo máximo de três meses para retornar ao país de origem. Esse período lhe é concedido para que possa providenciar e legalizar toda a documentação brasileira que levará consigo. Possibilita, também, ao estudante-bolsista do MRE ou de organismo internacional, como PNUD ou Banco Mundial, obter a passagem de retorno ao seu país (MEC, 2000.p. 27).

E segundo o Protocolo que regulamenta o PEC-G, em sua cláusula 12, há um tempo previsto, inclusive para que o aluno conclua o curso, de modo a não se manter muito tempo no Brasil sob o pretexto de liberar sua vaga para outro estudante.

Cláusula 12 - Tendo em vista o interesse em seu retorno regular ao país de origem, e a ocupação eficiente de sua vaga por terceiros, o estudante-convênio deverá inscrever-se, no mínimo, em quatro disciplinas por período letivo, tendo de, em qualquer hipótese, concluir o curso dentro do prazo regulamentar para integralização curricular (MEC, 2000, p.15).

Portanto, o retorno não é apenas um projeto dos estudantes, mas uma obrigação. A permanência no Brasil implicará no atendimento de condições previstas para qualquer estrangeiro, pois ao concluir o curso, o aluno perde a prerrogativa de estudante-convênio disposta pelo acordo de cooperação.

4. SER AFRICANO E NEGRO NO BRASIL

Os estudantes africanos no Brasil acabam se deparando com situações para as quais não estavam preparados. Uma delas é a variedade de tipos físicos que caracteriza os brasileiros e que, numa estratégia de *colonialidade do poder* (QUIJANO, 2005) são classificados de forma hierárquica. Cabe aos de cor mais escura lugar inferior nessa classificação.

Além da condição de migrantes e de estudantes de convênio, existem pressupostos relacionados ao "ser africano" que são peculiares a um país que tem um passado escravagista. Há, por parte dos brasileiros, uma expectativa a respeito da "África", seja em relação a uma dívida histórica, assim como em relação aos atributos culturais e formas de vida que os africanos deveriam portar, que configuram o que se espera da "África". Ao mesmo tempo, jovens migrantes de vários países africanos chegam ao Brasil com percepções e expectativas em relação a esse país.

Kaly (2001), sociólogo senegalês que estuda a imigração africana estudantil, salienta que se a cor da pele constitui, para o olhar do brasileiro, o elemento homogeneizador desses estudantes, que são vistos e tratados como provenientes de um mesmo país. Essa cor já os coloca nas camadas sociais mais inferiorizadas, mais humilhadas e hostilizadas da sociedade brasileira: os pretos "nativos". Já são colocados "à margem da cidadania". Para o autor, os estudantes africanos, pretos, recebem, basicamente, os tratamentos dispensados aos pretos brasileiros; isto é, são tratados como se fossem necessariamente pessoas pobres, analfabetas, perigosas, faveladas e, ignorantes.

Os africanos que chegam ao Brasil para estudar se deparam com uma realidade em que, para além da condição de estrangeiro e de todo o processo de estranhamento decorrente da socialização no país de destino, enfrentam especificidades relacionadas à condição de "ser negro" e a história dos afro-brasileiros. Esses estudantes se deparam, de início, com situações de discriminação racial. O aeroporto, por exemplo, já indica não ser o "lugar dos negros" e o voo da Air France, como destaca Kaly (2001), com base em experiência própria vivida durante a viagem do Brasil a Alemanha, não é para africanos e negros.

Estudos sobre a experiência de estudantes africanos no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Porto Alegre, também abordam o preconceito com que se deparam senegaleses, moçambicanos, angolanos, etc. Os trabalhos indicam uma situação mais do que comum. Subuhana (2005), no estudo realizado em São Paulo, constata que o "preconceito de cor" e/ou "preconceito racial" é apontado como a principal causa do mal-estar de um número considerável desses estrangeiros em terras brasileiras (SUBUHANA, 2005). O autor constata que, apesar do reconhecimento de que ser universitário e estrangeiro atenua a experiência negativa que representa descobrirem-se em desvantagem social pela simples pigmentação da pele, muitos dizem ter passado por situações constrangedoras pelo fato de terem uma tonalidade de pele escura (negros). A discriminação ocorre em vários ambientes sociais - como em prédios residenciais, ônibus, supermercados, restaurantes, em festas, dentro da universidade, entre outros, o que obriga esses estudantes a refletir sobre a sua condição de "preto" (SUBUHANA, 2005).

Entre os relatos trazidos por Subuhana (2005), é interessante apresentar o de um estudante africano da USP:

Especificamente diria que, foi num restaurante. Na época namorava uma menina branca. A gente entrou para comer e a única possibilidade que o garçom achou, 'é de que ele achou de que sou negro e que tinha que ser estrangeiro'. Ele já veio me atender falando inglês. Aí olhei para ele e disse, mas eu falo português, podes falar português comigo. Levou aquele baita susto e eu falei para ele: 'eu entendo'. Você, provavelmente, por eu ser negro, você achou o que concretamente? Era um garçom negro. E com a mesma menina passei por outra situação. Era bem tarde da noite, a gente estava caminhando a procura de algum táxi, a gente foi parado por policiais, e com arma mesmo, eles nos apontaram com a arma, "mãos para o ar". A gente ficou naquele pânico e tudo, fomos revistados, apontaram arma na nossa cara, pediram documentos. Mas aí, nos documentos tinha a carteirinha da USP. Na hora que ele viu a carteirinha pensou 'é universitário, [...] universitário da USP' e [disse], 'podem ir'. Eu falei que 'não, você nos apontou arma, fez o maior estardalhaço aqui e não vai explicar por quê?'. Ele falou para mim, 'você já tem a sorte de estar vivo. Então, toma cuidado. Você não está em condições de me fazer pergunta nenhuma (Apud Subuhana, 2005)

De forma semelhante ao relatado acima, em Mato Grosso do Sul, os estudantes enfrentam diversas situações de preconceito que podem ser amenizadas, mas não

superadas, pela condição de estudante, conforme pode ser visto no depoimento de um estudante da UFMS:

Em relação à assistência médica não teve nenhum problema, uma vez precisei de... Porque eu tava doente, e levantei e fui para o H. U.⁸ Só que eu notei um pouco de barreiras que eles colocaram ai ah só pode ser urgência, mas só que quando eu falei de que sou acadêmico africano daí eles entenderam de que eu estava um pouco mal também ai eles me ouviram/atenderam. (Entrevista concedida em março de 2009, por Gilberto Rodrigues Fernandes, cabo-verdiano, estudante de Odontologia - UFMS).

O estudante de economia da UFMS, moçambicano, afirmou o seguinte:

Tive a oportunidade de entrar no latino americano, eu era o único negro e eu percebia os desprezos dos professores antes quando eu acabei de entrar ai eles se surpreenderam quando viram as minhas notas viram de que eu era um excelente aluno, então é às vezes eu vejo as pessoas que me desvalorizam e depois se surpreende e essas pessoas que me desvalorizavam antes são as pessoas que me ajudaram depois e a pessoa que me desvalorizou foi a mesma pessoa que me ajudou a fazer o cursinho gratuito para poder entrar na universidade, então é uma coisa assim que eu nunca tive a dificuldades (Entrevista concedida em março de 2009 por Nelson Mucanze, moçambicano, estudante de Economia - UFMS).

O racismo sentido pelos estudantes no Brasil não está relacionado apenas às abordagens diretas - como o caso do estudante cabo-verdiano e do moçambicano, mas principalmente pela ausência de negros em espaços que tradicionalmente são destinados aos brancos, como as universidades. Como os africanos migram para estudar principalmente nas universidades federais brasileiras, a ausência de alunos negros é logo percebida pelos africanos.

É falta de conhecimento das pessoas da aqui sobre África, eu cheguei foi um choque as pessoas perguntavam, como que você anda, come, veste? Mais sabe, eu em São Tome, eu sabia sobre as maiorias de países que fala português, assim como a geografia política, eu tinha

⁸ Hospital Universitário da UFMA.

essa noção e eu esperava que fosse a mesma coisa porque é um país de língua português, mais não é isso, tudo foi meio complicado no primeiro tempo, mais ai descobri que os brasileiros são de boa ai as coisas melhoraram com tempo. E tem coisa mais que me chocou com as pessoas é tipo de... Meio racismo, que não dá toda hora bater nessa tecla porque eu sou da África, porque vocês foram vítimas sempre que puder tem que passar por essas barreiras, mais eu nunca esperava de isso mesmo tipo de globalização aqui também tem afrodescendentes, pensei que o negócio ia ser mais abrangente, tanto que, nem na faculdade por exemplo. Eu lamentava muito por não ver as pessoas afrodescendentes na faculdade. Mais não, só via um ou outro e eu pensava que ia ter mais, graças a Deus e têm os colegas que fazem no sul eles reclamam mais de atos racistas, aqui os alunos brasileiros dão bem conosco. (Entrevista concedida em março de 2009, por Wanderlei Rodrigues Carvalho, santomense, Graduado em Química pela - UFMS).

Se o fato dos africanos estudarem em universidades reconhecidas e serem estrangeiros confere certo capital simbólico, que poderia ajudar a relativizar as intervenções discriminatórias, a percepção sobre o continente africano, arraigada no imaginário brasileiro, não permite que a relativização se complete. Juntamente com a questão do ser negro, dentro da própria universidade, muitas vezes entre os colegas, o fato de ser africano já remete a uma série de estereótipos que reforçam situações de discriminação.

Os projetos de intercâmbio, no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, assim como na Universidade Federal do Maranhão, não consideram a questão do preconceito como uma das preocupações de política educacional firmada com os países africanos. Apesar da Lei n. 10639, de 09 de janeiro de 2003, que torna obrigatória a inserção nos currículos da História e Cultura da África, a política estudantil que contempla estudantes de diferentes países africanos, parece não se dar conta da necessidade de contribuir para a construção de um novo imaginário sobre a África.

Um dos fatores que parecem explicar as situações de discriminação racial vividas pelos estudantes, além do que já foi elencado acima, é o fato de ser "preto", ou seja, a característica do racismo brasileiro, baseado mais num "preconceito de marca" do que de origem" (NOGUEIRA, 2006). Outro fator diz respeito a percepção generalizada dos brasileiros sobre a África como um "país" homogêneo e também exótico e pobre, com animais selvagens, modos de vida tradicionais, etc.

Como afirmou o estudante cabo-verdiano de Odontologia da UFMS:

Bem, pode ser um pouco chocante a minha resposta, mas a visão que os brasileiros têm da agente é seguinte a África é um país onde tem elefante e leão que vive naquela época da escravatura, mas não são todos, digo numa visão generalizada e aqueles macacos pendurados nas arvores que não sabem nada, não querem ligar para vida totalmente desligados não conseguem fazer certas coisas se calhar eles são mais antiquados que agente, sei o que eles pensam. Imagina um cara desses, tipo muitas perguntas estranhas. Por ex: o que vocês comem? O que vocês vestem? Tipo meio que o cara quer confirmar o pensamento dele e se desaponta na hora quando você responde para ele, ué agente come o que vocês comem aqui e vestimos assim também que nem vocês e de mais nós andamos em carro e temos casas, não é aquele negócio como que eram aqueles paus e tal. (Entrevista concedida em março de 2009, por Gilberto, caboverdiano, estudante de Odontologia - UFMS).

Essa percepção sobre a África pode ser apreendida em trabalhos realizados em outros estados do Brasil, o que mostra que esses estereótipos são fortemente arraigados na sociedade brasileira. Mungoi (2006) apresenta, em seu trabalho sobre a vida dos acadêmicos, em Porto Alegre, depoimentos de brasileiros acerca de sua percepção sobre a África que vão ao encontro ao que observei nesse trabalho. A pesquisadora entrevistou uma estudante do curso de letras na UFRGS, que salientou ter sido a partir da convivência com os estudantes africanos e com a literatura africana que *a sua visão sobre África se transformou*. Antes dessa convivência, ela tinha uma percepção de que:

Até o mês de abril deste ano (2005), eu achava que África só era fome, seca e miséria que aparecem na TV. Mas daí conheci dois africanos de São Tomé e Príncipe e a partir deles muitos outros de Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, Ghana, a maioria deles falantes de português, mas também alguns que falam Inglês e estão estudando português aqui na UFRGS. Então descobri que África não é só miséria, que lá tem também, tecnologia e pessoas cultas, além de ter uma ótima literatura [Trecho da entrevista realizada por Mungoi em 2006, com estudante do curso de Letras da UFRGS].

Uma estudante de história da UFMA, brasileira, refere-se a esse desconhecimento sobre a África, que se mantém a despeito da Lei 10 639/03, que obriga o ensino da história de África e da cultura afro-brasileira nas escolas:

África é muito mais que um continente de negros, as suas diferenças são identificadas entre eles não por sua cor, mas por seus costumes, religiões, modos de vida, tradições. Eles são muito mais que pretinhos, são pessoas que merecem o nosso respeito. E nós estudantes, e os professores, a UFMA como todo, temos muito o que aprender com todos eles. Com a sua história, que também é a nossa. A partir dos diferentes africanos aqui chegaram na condição de escravos, e mudaram a história do Brasil para sempre. E dessa relação se construiu uma população miscigenada, cheia de influências, de cores, gostos, ritmos, sensações, costumes e tradições, modos de vida que se diferencia do norte ao sul. De um país que ainda tem muito que aprender sobre a sua própria história. (Depoimento escrito concedido em Janeiro de 2015, pela brasileira, estudante de história - UFMA)

A fala dessa estudante remete para a desconstrução da África como algo homogêneo, mas se prende a ideia de miscigenação presente no Brasil, de contribuição da África para a formação do Brasil, sem apontar para a discriminação racial.

Na análise realizada por Mungoi (2006) para os estudantes que estão nesse processo de imigração temporária, a visão dos brasileiros “estereotipa o diferente, homogeneiza o que é heterogêneo e enfatiza os problemas do continente ignorando os aspectos positivos”. A autora traz trechos bastante interessantes de outras entrevistas:

CALINHA: em primeiro lugar as pessoas te tratam como africano porque pensam de que África é um país. É isso que eles pensam: que a África é como se fosse um círculo todo fechado onde jogaram todo mundo negro lá dentro. A gente vive lá associado ao animal, selva, arvores... Os cenários são completamente diferentes. Fiquei chocado com isso. As pessoas pensam que África não vive transformações ligadas à globalização que afeta a tudo e a todos. (Apud Mungoi, 2006)

Mungoi (2006) refere-se à crítica que Kenedh, um entrevistado, fez a algumas reportagens veiculadas pelo programa dominical fantástico, da rede globo, exibidas entre abril e maio de 2005, por terem se limitado a apresentar o exótico e a vida das comunidades no interior na Nigéria.

Eles foram e não mostraram Lagos que é a capital econômico da Nigéria e nem Abuja, que agora é a capital são duas cidades e bem desenvolvidas. Tem quase tudo que tem aqui no Brasil. Foram lá no interior para mostrar coisas que eu nunca vi para dizer que estavam na África mostram pessoas sem roupas, com fome e depois dizem que

Nigéria é Mãe da África. E se a Mãe é assim o que será dos filhos?
(MUNGOI, 2006).

Muitos estudantes africanos revelaram, em entrevistas e em conversas informais, estarem surpresos pelo lugar ocupado pela África no imaginário social dos brasileiros, tanto no meio universitário, como fora deste. No trabalho de Mungoi, (2006), os entrevistados brasileiros revelaram ter estabelecido contatos diretos com os estudantes africanos como colegas, amigos ou através de participação em eventos relacionados com o continente africano (festas, seminários, palestras, etc), permitiu uma mudança na visão sobre a África.

A partir da observação participante junto aos estudantes brasileiros em Mato Grosso do Sul e no Maranhão, observei que o conhecimento que eles detêm sobre o continente africano é mínimo. A maioria demonstra que a imagem que eles têm sobre o continente africano passa pelas informações recebidas dos órgãos de comunicação, como a televisão, onde o continente e os africanos são associados ao sofrimento, pobreza, desgraça, guerra, fome, selva, HIV etc.

Uma estudante brasileira reconheceu que o PEC-G pode contribuir para um maior conhecimento da África:

Esse convívio com os estudantes do PEC-G, com toda certeza, nos possibilita conhecermos a verdadeira história de África, compreender a nossa própria história, e a nós mesmos como pessoas. Compreender o que de africano existe em nós, nos nossos costumes, nas nossas tradições, na nossa cultura, nos nossos cotidianos, no nosso vocabulário (Depoimento escrito concedido em Janeiro de 2015, pela brasileira, estudante de história - UFMA).

Na UFMA obtive depoimentos significativos no que se refere às atitudes preconceituosas em relação aos africanos:

É do mesmo jeito que acabei de falar né... Tem as pessoas que tratam agente muito bem... Mas em partes, por exemplo. Logo que você sai da sua casa, para quem usa o transporte público percebe esses preconceitos dentro do ônibus até chegar a universidade... Pelas suas atitudes, que você da para entender que é uma forma de discriminação. (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo guineense, estudante de Comunicação Social -Jornalismo - UFMA).

São comuns os relatos que apontam episódios de discriminação racial envolvendo esses estudantes. Por vezes a discriminação ocorre disfarçada em piadinhas, que no caso da estudante de Cabo-Verde, nem foram percebidas como preconceito:

Às vezes tem. Nunca foi preconceituoso ou racista, mas umas piadinhas... E eles não fazem com esse intuito, só querem brincar, mas, no fundo você vê que não é bem preconceito, mas é a falta de informação. Você vê que eles têm aquela visão da África, tribo, pessoas morando no meio dos leões/elefantes, tanto que as primeiras perguntas sempre foram essas, você já chegou perto do elefante e do leão. Você vê que eles não têm informação nenhuma, porque em Cabo-Verde não tem nada desses animais e nem conseguem situar, você fala que sou de Cabo-Verde e ficam perdidos, mas fica aonde? E são muitos limitados e tem visão do Brasil, mas fora nada. Agora sofrer racismo mesmo não... Até porque aqui no Maranhão tem muitos negros nunca cheguei de passar por isso não. (Entrevista concedida em novembro de 2014, pela Cabo-verdiana, estudante de Medicina - UFMA).

O mesmo ocorreu com uma aluna guineense, que percebe essas piadinhas como se não tivessem conotação preconceituosa.

Não, não notei nada. Pelo menos o que eu vejo, Só que as brincadeiras, que no início eu achava normal, mas agora estou achando meio chato. Tipo assim você já chegou perto de leão? Esses tipos de coisas... mas, eu acho que eles fazem isso pela brincadeira, que de certo modo fica chato, mas não é nada relacionado ao preconceito, é mais a brincadeira mesmo. Porque todo mundo na sala é da mesma cor de pele que eu, eu não vejo ninguém que é branco de olhos azuis como dizem... aqui todo mundo é moreno da mesma pele (Entrevista concedida em novembro de 2014, pela guineense, estudante de Odontologia - UFMA).

Há outros que também relataram mal estar com as piadas, mas não perceberam que se tratasse de preconceito racial. No entanto, um estudante de Cabo-Verde reconheceu que colegas seus, africanos, já haviam sofrido preconceito.

Já fizeram piadas com o intuito de serem engraçadas, mas que no final das contas não tinham piada nenhuma. Discriminação pela cor de pele nunca sofri ou pelo menos não me dei conta disso. Em relação aos meus outros colegas africanos, não somente do meu curso, já houve situações de preconceito por parte de professores e estudantes que discriminaram e denegriram a imagem de um amigo meu que cursa engenharia (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo Caboverdiano, estudante de Medicina - UFMA).

Por vezes, o estudante faz referência ao tipo de pergunta que costumam lhe fazer, que teria um caráter preconceituoso em relação à África:

Na verdade, aqui dentro da UFMA, não enfrentei isso... e muito menos na sala de aula. Mas o que posso dizer o que enfrentei foi simplesmente aquelas dificuldades né... é claro que quando a pessoa vem para te fazer umas perguntas, vem com perguntas cabulosas meio confuso, como ele já quer afirmar a ideia dele, mas não consegui anotar com muita ênfase, e tem as pessoas que querem saber sobre a África e Angola, faço questão de lhes informar sobre tal e a maioria das pessoas da minha sala já tem informações mínimas do que é a África. Quanto ao pigmento da minha pele, isso não aconteceu ainda na UFMA, graças a deus (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo angolano A, estudante de Ciências Econômicas - UFMA).

O racismo foi apontado como uma dimensão da violência:

Falando do Maranhão, acho a violência me preocupa muito, é um estado muito violento chega até ser comparado com os outros estados do Brasil mais violentos que agente já ouviu de falar e vimos isso pela TV. A violência é que me mais preocupa, também questão de racismo, essas associações que se fazem do negro com bandidagem, ladrão, mas pelo visto essas questões são bem históricas que o povo em si está tentando amenizar, fazendo com que esses tipos de atos desapareçam da sociedade brasileira (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo angolano F, estudante de Ciências Econômicas - UFMA).

Com relação à aceitação desses estudantes em seus cursos, todos admitiram ter sido boa, com exceção de um entrevistado que reconheceu haver preconceito e racismo.

Com certeza já passei vários episódios, principalmente com o meu professor do cálculo vetorial (Saraiva), durante aulas dele passei algumas coisas de preconceitos e até levou a um processo judicial, e por enquanto o processo está em caminhamento na justiça, e a respeito dos colegas alguns tentam fazer brincadeiras, que da para entender que é de mau gosto... fazem a brincadeira com África, em relação a nossa natureza, modo de vida e algumas coisas de tipo e tentam colocar as coisas que prejudicam o continente e com isso da para entender que é preconceito mesmo... mesmo assim a gente segura a onda e segue para frente, porque no final estamos aqui para estudar não para aceitar esses tipos de coisas que eles fazem com a gente aqui... (Entrevista concedida em outubro de 2014, pelo nigeriano, estudante de Engenharia Química - UFMA)

Portanto, esse aluno afirma ter passado a assumir uma postura cautelosa, colocando limites em seus relacionamentos:

O meu relacionamento com os demais colegas de curso ou na sala de aulas é ótimo, porque eu sou uma pessoa que tem uma cultura/educação boa, mas eu tento colocar limites, devido que já aconteceram várias coisas e tomo muito cuidado de me relacionar com todo mundo de qualquer que seja o caráter que seja a pessoa... mas, na verdade, eu convivo mais com os meus colegas africanos de que brasileiros, porque agente se entende melhor e compartilhamos muitas coisas, que torna a convivência mais fácil... (Entrevista concedida em outubro de 2014, pelo nigeriano, estudante de Engenharia Química - UFMA).

Outro angolano, estudante de Ciências Econômicas, também procura impor limites em seus relacionamentos e se fazer respeitar pelos colegas:

Bem quando eu estou na sala de aula, apenas converso com meus colegas de perto, eu tento entender o máximo o que professor fala, quando da para comentar o assunto que eu não entendia eu falo, também faço algumas cadeiras com outros alunos mais avançados do curso e a maioria deles me conhece e sabe muito bem quem sou eu, eu sou uma pessoa que trata alguém muito bem, e também gosto de ser bem tratado, exijo o respeito e eles também já sabem o que eu gosto ou não, e se cuidam para não fazerem coisas que podem complicar os nossos relacionamentos. Tanto que os professores já me conhecem também me tratam da maneira que eu comporto (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo angolanoA, estudante de Ciências Econômicas - UFMA).

Esse mesmo aluno admitiu que, no início, havia um clima de estranheza na sala de aula, por ser estrangeiro:

Quando comecei o curso, o relacionamento é sempre aquele da estranheza, estrangeiro na nossa sala. Ficam, ainda, com as dúvidas de se aproximarem ou se há uma recusa em relação ao colega novo e, na verdade, os que comecei juntos muitos desistiram do curso, mas o nosso relacionamento a partir do meu ponto de vista foi normal, sempre mim dei bem com os professores e colegas da sala e demais colegas do curso. Sempre relatei muito bem com todo mundo (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo angolanoA, estudante Ciências Econômicas - UFMA).

Alguns fizeram referencia a se sentir como espécime raro na sala de aula, por ser estrangeiro, o que ainda ocorre pouco, na UFMA.

Na verdade eu posso dizer também que há um privilégio para eles de ter um estrangeiro africano dentro do curso e na sala de aula. Com certeza que eles sentem mais privilegiado com estrangeiro europeu de que africano, mas isso não deixa de ser um privilégio para eles... porque comigo eles aprendem a cultura africana através de um africano mesmo, a maneira de pensar e fazer entender que não é só isso que passa na mídia que é África, mas sim outras coisas de valores que talvez eles não sabiam. E, é claro, como sou angolano traz mais a cultura do meu país para eles explicando de tudo e afirmo que não tem e nem vai ter um tratamento especial, apenas posso dizer que existe um tratamento curioso no sentido de tentar entender quem é esse cara, de onde ele vem e como que ele é, já evitando algumas coisas a respeito da África. Que sempre ensinei a eles todos como que é esse continente. E creio que durante esse tempo que estou no curso o conhecimento sobre a África em relação a eles mudou muito mesmo (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo angolanoA, estudante de Ciências Econômicas - UFMA).

Para um estudante angolano, o racismo é o que mais lhe preocupa no Brasil:

O que mais me preocupa aqui no Brasil é o racismo, porque dentro de um país pluriracial/multiracial o racismo não seria um fenômeno abalador, dentro desse país. Porque quando falamos de muitas raças, estamos falando de país que deveria se tornar mais unido, respeitando sempre a diferença/diversidade tanto o próximo como o nosso irmão, isso que não acontece aqui. O individualismo é muito presente aqui nessa sociedade e isso faz com que a indiferença se torna cada vez mais presente (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo angolano, estudante de Comunicação Social - Jornalismo - UFMA).

Acrescenta que o racismo está arraigado na mente das pessoas que não se dão conta de suas atitudes racistas:

O racismo é um fenômeno que acontece em todas as instituições aqui no Brasil, porque há uma enorme diferença entre a sociedade brasileira... Hora, vejamos através do despercebido dentro das mentes de vários indivíduos eles acabam falar/comportar/expressar de forma racista. Eles não dão conta de que o que estão fazendo e acabam magoar outras pessoas indiretamente que estão lá. Eles nunca chegaram a dizer isso para mim, mas através de certas falas de comportamento e dizeres, sem ter o conhecimento, acaba discriminando aquilo que é uma cultura, aquilo que está ligado a pessoa que vem do outro lugar. (Entrevista concedida em novembro de 2014 pelo angolano, estudante de Comunicação Social - Jornalismo - UFMA).

O guineense manifesta-se surpreso com o preconceito racial, pois em seu país, quase todo mundo é negro.

Eu não considero como preconceito, porque na verdade no meu cotidiano, onde eu vivia no meu país, não que agente não sabia o que é preconceito mas, agente não convive com esse conceito, e no meu país existem brancos sim, mas 99% da população são pretos (negros), então eu levo na boa, para não incomodar, alguém pode fazer o que ele achar o problema é dele, eu nem estou ai (Entrevista concedida em outubro de 2014, pelo guineense Graduado em Comunicação Social - Relações Públicas - UFMA).

A discriminação pela cor da pele é percebida pelo angolano, que se refere a haver, no Brasil, uma questão com a “pigmentação da pele”:

A sociedade brasileira é como qualquer outra sociedade, com as suas dificuldades como qualquer uma... Tem os seus momentos da glória e vice-versa... Mas, na verdade eu não tenho uma análise contundente para fazer críticas ou elogios, mas o que eu acho na sociedade brasileira, é a forma de como eles envolvem nas questões políticas, sociais e nós sabemos que o Brasil, tem questões em relação a pigmentação da cor da pele que tem uma parte negra e branca, isso tudo é histórico e vivemos isso dia após dia, uma luta de ideias se calhar na inserção dos outros que são mais discriminados, em relação ao espaços e vagas também e isso é um problema histórico que veio a muito tempo lá trás é isso que eu consigo ver da sociedade brasileira (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo angolano F, estudante de Ciências Econômicas - UFMA).

Outros reconhecem o preconceito, mas tentam justificá-lo como sendo produto da desigualdade social:

Na verdade eu sou uma pessoa muito caseira né... Das vezes que eu saí não noto muito bem para o povo, essa diferenciação da cor da pele, lá fora enquanto sociedade nos faz ilustrar aquele sentimento e falta de oportunidade de uns e na oportunidade exagerada dos outros... Devido a questão histórica, da para entender nos olhos de certas pessoas quando vão fazer o julgamento já olha para a cor da pele/estereótipos que costumam fazer, mas eu procuro encarar isso com maior naturalidade, mas no princípio criava uma certa revolta dentro de mim, quando você vê aquelas cenas por ai tipo dentro de ônibus ou na parada mesmo, quando chega vê que tem mais de que dois ou três negros passa e vai embora. Mas comecei a pensar isso e entendi que é

problema histórico que vem da falta das oportunidades dos outros e geraram esses problemas sociais... Você vê ou entende que os negros não têm a mesmas oportunidades e não são investidos que nem os outros, então isso gera problemas quando um país não dá oportunidades para todos vem a revolta da sociedade que sofre com isso e é isso que nós vimos aqui dia após dia (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo angolanoF, estudante de Ciências Econômicas - UFMA).

No Brasil, o preconceito é dissimulado. Predomina a narrativa de que vivemos num país onde as diferenças são aceitas e valorizadas. Por outro lado, quando o brasileiro reconhece o preconceito, o faz como sendo algo do “outro” e nunca dele mesmo, conforme pesquisa referida pelo Datafolha (RODRIGUES, 1995). Os resultados dessa pesquisa indicam que 89% dos brasileiros afirmam ter ciência do preconceito contra os brasileiros negros mas, somente 10%, se reconhecem como preconceituosos.

Fernandes (1972, p.23) afirmou que o que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante do ‘preconceito de cor’ é a tendência a considera-lo como algo ultrajante (para quem o sofre) e degradante (para quem o pratique).

O depoimento abaixo, de um dos estudantes angolanos da UFMA, aponta para uma discriminação explícita:

Uma vez agente sofreu o preconceito de um motorista de ônibus, que nos associou a bandidos, porque tentamos pegar o ônibus. Eu estava sozinho quando agente ia para praia... e os meus amigos estavam de outro lado da rua. Acenei, ele reduziu, ai chamei-os para vir o mais rápido. E, o motorista viu isso e acelerou e foi embora. É um ato que mais me marcou, o cara nos associou a ladrões, isso pelo menos foi a ideia que tivemos na hora em relação ao comportamento do motorista (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo angolanoA, estudante de Ciências Econômicas - UFMA).

Situação semelhante foi vivenciada por um guineense, que admite que o preconceito nem sempre é explícito:

Olha explicitamente não. Mas implicitamente sim... Uma vez eu andava no centro, eu estava numa rua, ai tinha um rapaz que vinha do sentido contrário, quando ele me viu e achou logo que eu era um bandido e voltou logo e entrou na outra rua, e foi embora... Então essa

é uma das formas de discriminação ou preconceito, julgando as pessoas pela aparência dessa maneira (bandido) (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo guineense, Graduado em Letras - UFMA).

Outros, como o nigeriano, reconhecem que há muito preconceito no Brasil.

Dentro dessa sociedade não tenho muito contato, até posso dizer que tive vários episódios a meu respeito, quando eu cheguei aqui, e tentei colocar no meu limite em relação a algumas pessoas, quando percebo que posso ser prejudicado, porque na verdade tem muito preconceito aqui no Brasil, e com isso tento colocar limites em todos os lugares que eu vou... Com poucos que tenho tratos com eles aqui no Maranhão posso dizer que me tratam muito bem, mas logo que entendo que você não mim respeita saio logo nos primeiros momentos...(Entrevista concedida em outubro de 2014, pelo nigeriano, estudante de Engenharia Química - UFMA).

O mesmo estudante relatou que vivenciou várias situações nas quais foi vítima de preconceito racial

Tem uma menina que eu namorava com ela, sofri bastante por causa desse namoro com ela, porque a própria família não aceitava o namoro, não queriam ver a filha deles namorar a pessoa da minha cor e da minha origem africana. E, por causa da pressão nós tivemos que terminar. Mas tem outros episódios de preconceitos, as vezes no ônibus, na feira, as vezes até na igreja você sente o preconceito, ou eu digo que em todos os lugares que eu já fui... Ou seja, até no bairro onde eu morava, a vizinhança chegava e fazia as brincadeiras de mau gosto para sacanear comigo, perguntas sobre as doenças na África, se eu já treinei com animais na floresta, eles nem sabe se você corre ou não e façam uma afirmação dessa... Mas em relação a essa menina, logo que a mãe percebeu que estávamos namorando, ela decidiu colocar a barreira de não continuarmos namorando e a própria filha dela chegava e mim falava que a sua mãe falava que não teria coragem de andar com os netos negros pela rua da cidade, e isso se mostrou dentro da família dela, porque ninguém queria esse relacionamento justamente por questão da cor e de eu ser africano... E demais coisas pejorativas que não vou falar aqui, que eu mesmo escutei tudo isso me prejudicou muito e me fez sentir muito mal e acabei de falar para as pessoas que eu confiava e explicando de tudo... Essas pessoas são brasileiras da minha sala e alguns africanos, porque a menina queria ficar mas foi dada duas opções: Para escolher eu ou a família, mas ela amava muito a família, e com certeza a situação estava difícil e ela não queria largar a família para ficar comigo e nem me largar para ficar com a família, e decidi pessoalmente terminar o

relacionamento com ela... (Entrevista concedida em outubro de 2014, pelo nigeriano, estudante de Engenharia Química - UFMA),

Há discursos que tentam relativizar o preconceito como sendo algo pontual e resultante do desconhecimento em relação à África:

Aqui no Maranhão, a sociedade não é preconceituosa no geral, mas sim existe casos particulares que agente é tratado de forma diferente né... Uma ignorância quanto a nossa origem, então leva-nos a se relacionar mais dentro da academia de que lá fora. Porque a relação é muito limitada e você tem que estar dentro de uma instituição para poder se relacionar, isso vem de vários preconceitos ainda que existem nessa sociedade tanto maranhense assim como brasileira (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo angolano, estudante de Comunicação Social - Jornalismo - UFMA).

Alguns estudantes reconhecem que já sofreram preconceito, mas fora da UFMA, em diversas situações.

Fora da UFMA sim... Já sofri duas ou três vezes, melhor dizer várias vezes porque no ônibus quando eu entro já sento como eu quiser, porque sei que ninguém vai querer de sentar ao meu lado, a não ser que não tenha outra alternativa... Primeira coisa quando saio da minha casa para pegar o ônibus, e se eu estiver sentado numa cadeira dificilmente alguém vai querer sentar perto de mim, enquanto tiver as outras cadeiras vazias, e também acontece ao contrário, se não há outras alternativas, as vezes, preferem ficar de pé de que sentar ao meu lado, isso já vim percebendo isso há muito tempo... E primeira vez que eu vi isso foi dentro de uma farmácia, fui fazer o saque de dinheiro, no Banco do Brasil, e uma moça estava lá e com muita gente na fila né... E eu estava última pessoa e ela estava na minha frente, quando ela me viu, colocou a bolsa próxima do ombro dela e saiu correndo, e vi que ela estava correndo de mim... Porque sou negro, e isso já mais de que três vezes que aconteceu comigo. Eu estava indo uma vez na calçada e a moça me viu e correu, tipo fugiu, e entrou num lugar ai só para não encontrar comigo (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo guineense, estudante de Comunicação Social - Jornalismo - UFMA).

Embora afirmando que não sofreu preconceito em sua sala de aula, o guineense admitiu ter percebido, na UFMA, situações preconceituosas.

Bem na minha sala, isso nunca aconteceu esses tipos de coisas. Se aconteceu, não percebi, mas fora da sala de aula, já percebi sim aqui mesmo dentro da UFMA... graças a deus nunca dentro da minha sala, nem com alunos e muito menos com os professores... Mas na UFMA, você vê o estranhamento de algumas pessoas que as vezes fazem algumas perguntas muito pesadas, tipo se agente veio de navios, ou de quê mesmo para chegar o Brasil... porque viemos estudar aqui, isso ate fora da UFMA acontece, o mesmo aconteceu com nosso colega africano da Nigéria (Ayuba), que tem problemas com o professor que estava humilhando ele...(Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo guineense, estudante de Comunicação Social - Jornalismo - UFMA).

Mas há os que reconhecem preconceito na sala de aula, que mesmo não sendo explicitado, causa desconforto:

Olha eu dentro da sala de aula, as vezes me sinto desconfortável, porque você percebe a diferença. As vezes, quando você está na sala de aula no meio dos colegas que não são africanos, as vezes você é tratado de forma diferente, pelo seu sotaque diferente, você fala alguma coisa o professor te pergunta as vezes mais de que duas vezes, fala que tem a dificuldade de te entender, e também tem outras coisas pequenas que eu gostaria de não colocar aqui nessa entrevista, mas que são as coisas relacionados a discriminação dentro da sala de aula... as vezes isso me leva a sentir fora, não dentro da sala de aula, mas ao mesmo tempo estou na sala de aula... (Entrevista concedida em outubro de 2014, pelo nigeriano, estudante de Engenharia Química - UFMA).

Uma das estudantes relativizou o preconceito ao alegar que a cor da sua pele se aproxima da cor das pessoas no Maranhão. Nesse sentido, aciona na lógica do preconceito de marca (NOGUEIRA, 2006) que orienta a hierarquização racial no Brasil. Essa estudante seria classificada como morena, o que a isentaria, nos padrões brasileiros, de discriminação pela cor.

No inicio, não sei se é pela questão da cor da minha pele, que é parecido com pessoal do Maranhão, eles não reparavam principalmente os professores só depois que eu falava pelo sotaque, ai sim eles falam você não é daqui? Mas pelo menos até agora não sofri nenhum preconceito, todo mundo mim aceitou de forma legal. Tenho total liberdade dentro do curso, participo de projetos e montes de coisas, mas é tudo numa boa (Entrevista concedida em novembro de 2014, pela guineense, estudante de Odontologia - UFMA).

Esse depoimento expressa o quanto o discurso da identidade nacional brasileira está marcado pela mestiçagem. Segundo Munanga (2008) inserir a mestiçagem na construção da identidade brasileira foi uma tentativa das elites locais de alcançar o branqueamento da população. Conforme Queiroz (2014, p. 400)

A ideologia da mestiçagem carrega a ideia de que não pertencço a um grupo étnico e nem a outro: sou dos dois. Com isso valorizo e qualifico o ser branco, pois esse é o tipo ideal e que me possibilita ter um lugar na sociedade. É um discurso que submete os sujeitos pois não lhes permite ir contra a ideologia da mestiçagem e da harmonia racial, impedindo de se construir um contradiscurso a partir do entendimento de que há uma diferença entre negros e brancos.

Com relação à aceitação desses estudantes em seus cursos, todos admitiram ter tido boa aceitação, com exceção do nigeriano estudante de Engenharia Química na UFMA, aqui já referido, que reconheceu haver preconceito e racismo, inclusive por parte dos professores. Portanto, esse aluno passou a assumir uma postura cautelosa, colocando limites em seus relacionamentos:

O meu relacionamento com os demais colegas de curso ou na sala de aulas é ótimo, porque eu sou uma pessoa que tem uma cultura/educação boa, mas eu tento colocar limites, devido que já aconteceram várias coisas e tomo muito cuidado de me relacionar com todo mundo de qualquer que seja o caráter que seja a pessoa... mas na verdade eu convivo mais com os meus colegas africanos de que brasileiros, porque agente se entende melhor e compartilhamos muitas coisas, que torna a convivência mais fácil... (Entrevista concedida em outubro de 2014, pelo nigeriano, estudante de Engenharia Química - UFMA).

Outro angolano, estudante de Economia, também procura impor limites em seus relacionamentos e se fazer respeitar pelos colegas:

Bem quando eu estou na sala de aula, apenas converso com meus colegas de perto, eu tento entender o máximo o que professor fala, quando da para comentar o assunto que eu não entendia eu falo, também faço algumas cadeiras com outros alunos mais avançados do curso e a maioria deles me conhece e sabe muito bem quem sou eu, eu sou uma pessoa que trata alguém muito bem, e também gosto de ser

bem tratado, exijo o respeito e eles também já sabem o que eu gosto ou não, e se cuidam para não fazerem coisas que podem complicar os nossos relacionamentos. Tanto que os professores já me conhecem também me tratam da maneira que eu comporto (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo angolanoA, estudante de Ciências Econômicas - UFMA).

A discriminação em sala de aula geralmente se torna mais visível no momento de organizar grupos para realizar as tarefas das disciplinas:

Em primeira mão a relação foi aquela coisa tímida né... uma vez que as pessoas estranharam a presença do estudante africano dentro da sala de aula, que nem era a primeira vez porque já passaram alguns estudantes africanos aqui e fizeram a mesma habilitação que estou fazendo aqui. Então houve um estranhamento por um motivo... a visão que eles têm sobre o continente africano. Então houve estranhamento primeiro na relação... essa relação houve a exclusão e só quando me foram conhecendo que me tentaram incluir dentro do grupo. Normalmente na divisão do trabalho sem eles terem o consentimento de quem eu sou, foi difícil mesmo de estar dentro de um grupo, graças a deus apareceu um menino de nome (Djoni) e que me chamou para fazer parte do grupo dele. e eu não tinha grupo em algumas disciplinas, como por exemplo. Teoria da comunicação, a professora fez de tudo para me enquadrar dentro do grupo mas nenhum desses grupos queriam, alegando que já estava fechado e o Djoni que foi a minha salvação que me incluiu no grupo. (Entrevista concedida em novembro de 2014, pelo angolano, estudante de Comunicação Social - Jornalismo - UFMA).

O aluno nigeriano também reconhece que, por vezes, recebe um tratamento diferente, mas não está certo que seja preconceito:

Olha, eu não sei se é preconceito, mas eu as vezes, mas é por justamente eu ser africano e acham que sou uma pessoa diferente deles e a minha cor da pele é bem diferente deles, eu acho que é por causa de isso e também por situação que nós passamos lá na África, quando chegamos aqui, eles pensam que estamos entrando em contato com a educação pela primeira vez na vida... E eles tentam te tratar de forma diferente por pensarem que você não sabe muita coisa, e isso acaba te prejudicando e deixando um pouco fora, tipo quando você está dentro da sala de aula (Entrevista concedida em outubro de 2014, pelo nigeriano, estudante de Engenharia Química da UFMA),

Sobre o PEC-G, o mesmo aluno reconhece sua importância como um espaço de intercâmbio entre culturas:

Só queria falar em relação às vagas que ele reserva para o Programa de PEC-G, acho que é uma grande vantagem, porque é um Programa que visa a intercambiação das culturas, línguas e tudo mais. Isso é muito bom para todos os lados que fazem parte desse programa... com isso, as vezes me preocupo quando você escuta algumas pessoas a falarem mal da gente, que estamos ocupando os espaços e lugares deles, quando que essas vagas deveriam ser dados para os brasileiros, e agora está tendo cada vez mais números desses estudantes estrangeiros dentro dessas instituições brasileiras... E isso proporciona alguns ataques nas redes sociais, principalmente no *facebook*, falando muito mal desse Programa em relação aos alunos, principalmente africanos. Isso deixa uma dor enorme para a gente, que isso tem o preço para nós e dói demais. E, os brasileiros colegas acadêmicos precisam de saber que isso é uma vantagem para eles de ter oportunidade de ficarem ao lado de outras pessoas da cultura diferente de países diferentes e que pode passar algumas coisas para eles de bom... Porque é a mesma coisa que acontece com o Programa Ciências Sem Fronteiras, que já levaram vários brasileiros para fora... e isso vai refletir também neles, porque de mesmo jeito que você trata o outro assim, que você vai ser tratado também lá fora, e os brasileiros sofrem com isso principalmente na Europa e Estados Unidos (Entrevista concedida em outubro de 2014, pelo nigeriano, estudante de Engenharia Química - UFMA).

Esses depoimentos deixam transparecer os incômodos pela condição de imigrante, associada à condição de ser africano, negro, ter uma cor de pele diferente. A discriminação vem carregada pelo estereótipo de que os africanos não sabem nada, “estão tendo contato com a educação pela primeira vez na vida”.

Participar do PEC-G como africano significa associar ao sofrimento vivido por todo migrante, por não ser parte da ordem nacional onde está vivendo, o sofrimento causado pela discriminação racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da construção dessa dissertação pude refletir sobre o sentido da presença dos estudantes africanos em território brasileiro. Trata-se de uma situação complexa – a migração de estudantes africanos para IES do Brasil – a qual me envolve diretamente como pesquisador e sujeito dessa diáspora.

A possibilidade de me apropriar do material que havia construído para a monografia de graduação na UFMS, me permitiu fundamentar melhor minha compreensão sobre esse deslocamento. Como já havia situado na introdução, a condição de migrante vivenciada pelo estudante do Convênio PEC-G, é atenuada pela sua provisoriedade e por seu status de estudante universitário. Viver em outro país, enfrentar dificuldades linguísticas, lidar com as diferenças culturais, situações que poderiam ser muito difíceis, pode ser mais tranquilo tendo em vista que a data de retorno ao país de origem está, em princípio, estipulada. Essa data pode ser alterada, como foi o meu caso que permaneci para cursar o mestrado, mas isso ocorre por escolha do estudante, que pretende investir por mais tempo em sua formação acadêmica e que, para tanto, passa a cumprir outras regras diplomáticas, como os demais estrangeiros.

As dificuldades de viver em um país diferente também são atenuadas pelo objetivo que trouxe o estudante ao Brasil, a obtenção de um diploma de curso superior. Também atenua as dores da saudade e do estranhamento, a oportunidade de conhecer nova cultura, motivo alegado por alguns dos africanos que estudam na UFMA, para migrar.

A forma de recepção no Brasil e, mais especificamente, por parte da Universidade, também tem sido decisiva para minorar ou agravar a condição de migrante. No caso da UFMS, que praticamente se restringia a fornecer a vaga ao estudante africano, muitas dificuldades precisavam ser enfrentadas quanto à moradia e alimentação. A UFMA, por disponibilizar vaga em residência universitária e fornecer refeição gratuita no restaurante universitário, reduz muitos dos incômodos com os quais o migrante se depara.

No entanto, no que se refere à dinâmica burocrática e acadêmica, todos os estudantes-convênio enfrentaram dificuldades. No que se refere às Universidades que recebem os estudantes, observei um grande despreparo dos técnicos em relação ao Convênio PEC-G. À desinformação, soma-se a falta de estrutura das IES para dar acolhimento a esses estudantes. As ações de acolhimento ficam por conta da iniciativa

de alguns funcionários mais sensíveis à condição do imigrante, ou de “benefícios” concedidos pela reitoria, mas nada institucionalizado. Tudo fica na dependência de reivindicações, como foi o caso da conquista da gratuidade da alimentação na UFMA, ou das chamadas telefônicas, não havendo nada formalizado no sentido de acolher esses estudantes.

Os entrevistados reconhecem muitos aspectos positivos na experiência que a diáspora lhes proporciona, através da oportunidade do PEC-G, especialmente a possibilidade de se qualificar em uma Universidade que consideram de boa qualidade e de conhecer outra cultura. Mas apontam as dificuldades que enfrentam, os preconceitos que os vitimam, tornando essa experiência diaspórica uma vivência marcada por sabores e dissabores.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa:Difel, 1989.

BOURDIEU, P. Um analista do inconsciente. In. SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração**. São Paulo: EDUSP, 1998

BOURDIEU, P. **A economia das trocaslinguísticas**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CÓ, João Ribeiro Butiam. As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense. In. **SOCIUS WorkingPapers**, N° 12; Lisboa-Portugal, 2004.

CÓ, João Ribeiro Butiam. Os “limites” da racionalidade migratória guineense: redes, capitais sociais e determinantes sócio-culturais nas dinâmicas migratórias contemporâneas. In. **SOCIUS WorkingPapers**, N° 04; Lisboa-Portugal, 2007.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Os filhos da África em Portugal: antropologia, multiculturalidade e educação. Texto apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais; Coimbra-Portugal, 2004.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. África e Brasil no mundo acadêmico: diálogos cruzados. In **colóquio saber e poder Focus**, Unicamp, 10/2008. Acessado no site: [HTTP://www.fe.unicamp.br/focus/textos/gusmao%20-%20africa%20e%20brasil%20no%20mundo%2](http://www.fe.unicamp.br/focus/textos/gusmao%20-%20africa%20e%20brasil%20no%20mundo%2)

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Intelectuais negros:migração e formação entre conflitos e tensões. In:O público e o privado - N° 23 - Janeiro/Junho –Fortaleza:UECE, 2014

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972

HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardiã Resende... (et al). Belo Horizonte: Editora UFMG, (Humanistas) 410 p. 2003.

KALY, Alain Pascal. O Ser Preto africano no “paraíso Terrestre” brasileiro, Um sociólogo senegalês no Brasil.In**Lusotopie**, 2001.105-121.

MEC. Termo de Responsabilidade Financeira (PEC-G) 1988.

M E C . Protocolo do PEC-G.(<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>)
<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie380empdf.pdf>.

MERÇON, Marineis. **Acordo em desacordo**: a dinâmica de construção do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2014

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chale João. "O Mito Atlântico": relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas. (Dissertação de Mestrado) UFRGS: PortoAlegre, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil.: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte, Autêntica, 2008

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. In. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul/set. 2005.

QUEIROZ, Ana Maria Martin. Identidade Negra e Identidade Nacional. Questões Ideológicas? In:GAUDIO,., R. S e PEREIRA, D. B. Geografias e Ideologias. Submeter e qualificar. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2014.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. IN; LANDER, e, A Colonialidade do saber. Buenos Aires, CLACSO, 2005

RODRIGUES, F. Racismo cordial. In:**Racismo cordial**– Folha São Paulo – Datafolha – A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil, 11-55. São Paulo, Ática, 1995

SANTOS, Milton. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves. São Paulo: Publifolha, 221 p. 2002

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração**. São Paulo: EDUSP, 1998

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. In. **Revista Mana**. Porto Alegre. 1997, 3(1) 95-131.ESS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

SUBUHANA, Carlos. O estudante convênio: a experiência sócio-cultural de universitários da África Lusófonaem São Paulo, Brasil. Texto apresentado na 26º Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro-BA, 2008.

SUBUHANA, Carlos. **Estudar no Brasil**: Imigração temporária de estudantes moçambicanos do Rio de Janeiro. p. 210 Tese (Doutorado em Serviço Social). USP, 2005

TRAJANO, Wilson, Filho. Série de Antropologia 380. A sociabilidade de Diáspora: o Retorno. Brasília, 2005.